Gastronomia
Dez personalidades revelam sua sobremesa favorita, como o tiramisù do Fasano, escolhido por Mauricio Leme EU&

Vinhos
Dez vinícolas paulistas se reúnem para incrementar o enoturismo no Estado e abrir mercados EU&

Cinema
'Zona de Exclusão', de Agnieszka Holland, retrata a tensão na fronteira entre Belarus e a União Europeia EU&

Sexta-feira, 5 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5974 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Governo cogita trocar Prates por Mercadante; ações da Petrobras têm dia de forte oscilação

Governança Papéis, que fecharam em queda, tiveram pregão de grande volatilidade, também influenciados por informação de que dividendos extras podem ser pagos

De Brasília, São Paulo e do Rio

A troca de comando na Petrobras voltou ontem à ordem do dia, com informações de que o presidente da empresa, Jean Paul Prates, pode ser substituído por Aloizio Mercadante, hoje no comando do BNDES. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confidenciou a interlocutores a disposição de demitir Prates, que tem o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, como principal adversário no governo.

As ações da Petrobras tiveram um dia de forte oscilação, alternando momentos de altas e baixas. As notícias de que Prates poderia ser trocado por Mercadante fizeram inicialmente os papéis caírem, pelo temor de maior interferência na empresa. Por volta das 12h, passaram a subir, com a informação de que os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil) e Silveira teriam acertado a distribuição de dividendos extraordinários da companhia. No fim do pregão, os papéis voltaram a recuar, fechando em baixa — as ON em queda de 0,46% e as PN, de 1,41%. Com esse cenário, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu abrir processo administrativo para analisar "notícias, fatos relevantes e comunicados referentes" à Petrobras.

No entorno presidencial, o nome mais cotado em caso de troca na presidência é o de Mercadante, a quem o convite já teria sido feito, segundo o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. Outros nomes em discussão são os de Magda Chambriard, ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Rafael Dubeux, secretário-executivo-adjunto da Fazenda, indicado por Haddad para o conselho da Petrobras, e Ricardo Savini, fundador da 3R Petroleum.

As discussões sobre a troca de comando da Petrobras ocorrem num momento em que crescem as pressões por reajuste nos preços de combustíveis, com o barril de petróleo rompendo a barreira dos US$ 90 pela primeira vez desde outubro e o dólar acima de R$ 5. O debate sobre o pagamento de dividendos, por sua vez, ganha importância diante da necessidade do governo cumprir a meta de déficit zero em 2024. Esses recursos tornaram-se peça-chave para reforçar o caixa do Tesouro e, ao mesmo tempo, transformaram-se em ponto de discórdia entre o alto comando da petroleira e parte do governo. **Páginas A5, A6 e C2**

- Empresa pagou R$ 177 bi à União, entre dividendos, impostos e royalties. **Página A6**

A dama segue nos palcos

'Fernanda Montenegro lê Simone de Beauvoir' inicia nova temporada no Rio, e a atriz renova o pacto com sua vocação 'inarredável'. EU&

ROBERTO MOREYRA/AGÊNCIA O GLOBO

Dados prévios de março indicam receita abaixo do esperado

Lu Aiko Otta
De Brasília

A arrecadação de impostos em março foi elevada, mas o desempenho não foi tão forte quanto o do 1º bimestre. Dados preliminares informados por fonte com acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) indicam que as receitas administradas pela Receita Federal cresceram cerca de 15% em termos nominais em relação a março de 2023. O resultado seguiu robusto, mas a expectativa de arrecadação do governo era mais elevada. Os números apontam frustração quanto ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O forte desempenho desses tributos em janeiro e fevereiro pode estar relacionado a recolhimentos antecipados, avaliou a fonte. Os valores de março seriam insuficientes para atingir a meta de zerar o déficit primário em 2024, embora se avalie que ainda é cedo para revisá-la. **Página A4**

Fugitivos de Mossoró são recapturados

Mariana Assis
De Brasília

Após 49 dias foragidos, os dois presos que escaparam da Penitenciária Federal de Mossoró (RN) foram recapturados ontem, em Marabá (PA), em ação conjunta da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Deibson Nascimento e Rogério Mendonça, ligados à facção Comando Vermelho, no Acre, foram detidos com mais quatro comparsas na BR-222. Com o grupo foram apreendidos um fuzil AR-15, munição e oito celulares. "Não foi disparado um tiro. Não houve feridos, não houve mortos. Seja por parte da polícia, dos criminosos ou da população. Foi um trabalho de inteligência", disse o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que classificou a recaptura como "uma vitória do Estado brasileiro" contra o crime organizado. **Página A2**

STF exclui multas em reversão de 'coisa julgada'

Beatriz Olivon
De Brasília

Os contribuintes conseguiram, no Supremo Tribunal Federal (STF), reduzir o impacto bilionário da decisão que permitiu a "quebra" de sentenças definitivas — a chamada "coisa julgada". Os ministros decidiram que, em relação ao caso analisado, que envolvia a CSLL, as dívidas podem ser pagas sem as multas punitivas e de mora. Para advogados, a retirada das multas é uma vitória, e o precedente pode ser utilizado pelos contribuintes para obter o mesmo benefício em outras discussões tributárias. **Página E1**

Setor de autopeças eleva investimentos

Marli Olmos
De São Paulo

A indústria brasileira de autopeças está pronta para acompanhar a onda de investimentos anunciados pelas montadoras. O Sindipeças, que representa o setor, estimava alta de 2% nos investimentos neste ano, mas com a expectativa de aumento do índice de nacionalização dos veículos a previsão ficou defasada. Agora, pode chegar a 5%, o que representaria R$ 6,1 bilhões.

É o caso da alemã Bosch, que pretende produzir em Campinas (SP) componentes do sistema híbrido — combustão e elétrico — hoje fabricados na Europa. "Desta vez, as montadoras não visam ampliação da capacidade, mas renovação tecnológica. Isso ajuda que essa produção seja feita no Brasil", diz o presidente da empresa na América Latina, Gastón Perez. **Páginas B1 e B3**

Recursos para a transição

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

"Iremos discutir finanças em Baku [na COP 29, em novembro], mas ali falaremos de recursos públicos. No G20, falamos de como atrair os trilhões que existem no mercado", diz o embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil nas conferências de clima das Nações Unidas. Página A20

PIB da soja cresce em 2023, mas renda recua

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O Produto Interno Bruto da cadeia da soja e do biodiesel teve expansão de 21% em 2023 em relação ao ano anterior, reflexo da safra recorde no país. Mas a queda nos preços, devido aos estoques elevados e ao aumento da oferta global, fez com que a renda da cadeia da soja recuasse 5,34% no período, para R$ 635,9 bilhões. Os dados são de relatório feito pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). "Tudo indica que o grosso da correção dos preços em dólar ocorreu em 2023, e agora voltamos ao nível em que estavam antes da pandemia", diz Geraldo Barros, coordenador do Cepea. **Página B10**

Indicadores

Ibovespa	4/abr/24	0,09 %	R$ 31,2 bi
Selic (meta)	4/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	4/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	4/abr/24		5,0231/5,0237
Dólar comercial (mercado)	4/abr/24		5,0495/5,0501
Dólar turismo (mercado)	4/abr/24		5,0537/5,2337
Euro comercial (BC)	4/abr/24		5,4566/5,4593
Euro comercial (mercado)	4/abr/24		5,4696/5,4703
Euro turismo (mercado)	4/abr/24		5,5165/5,6965

Destaque

Rumos 2024
O **Valor** realiza na próxima segunda-feira o evento Rumos 2024, que reunirá autoridades, especialistas e empresários para debater o futuro do país em áreas como economia, educação e meio ambiente. A abertura do encontro, desdobramento do caderno especial "Rumos", que o **Valor** publica todos os anos, contará com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. **Página A2**

Segurança pública Ação conjunta da PF e da PRF localiza foragidos de prisão federal em Marabá

Fugitivos de Mossoró são capturados no Pará após 50 dias

Mariana Assis
De Brasília

Depois de 50 dias de fuga, os dois presos que haviam escapado da Penitenciária Federal de Mossoró foram recapturados nessa quinta-feira (4). Eles foram encontrados em Marabá, no Pará, em uma ação conjunta da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, classificou a recaptura como "uma vitória do Estado brasileiro".

Deibson Nascimento e Rogério Mendonça foram cercados em uma rodovia federal próximo a Marabá, a 1.600 Km da unidade prisional de onde haviam saído. Segundo Lewandowski, eles estavam no que o ministro classificou de "comboio do crime" e estavam se dirigindo ao exterior.

"Nesta abordagem constatou-se que os dois fugitivos estavam em um verdadeiro comboio do crime, com três carros, celulares e um fuzil, que é uma arma extremamente letal", explicou Lewandowski, que informou que junto a eles foram presas quatro pessoas.

A fuga dos dois criminosos — a primeira a ser registrada em uma penitenciária federal — ocorreu poucos dias após Lewandowski assumir a pasta da Justiça e Segurança Pública, num momento em que a preocupação com índices de criminalidade se destaca entre os problemas de popularidade do governo.

Nessa quinta, o ministro afirmou que a notícia da recaptura reforça o papel do Estado no enfrentamento desse problema.

"É uma notícia asseguradora, no sentido de que ela conta com forças de segurança competentes, que cumprem suas missões constitucionais", afirmou o ministro, que vinha sendo pressionado a dar respostas sobre a fuga.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Ricardo Lewandowski: "Quero afirmar a todos que é uma vitória do Estado brasileiro, das forças policiais do país e que o crime organizado não será bem-sucedido"

"Eu quero afirmar a todos que é uma vitória do Estado brasileiro, das forças policiais do país e que o crime organizado não será bem-sucedido", disse o chefe do Ministério da Justiça a jornalistas.

> Ministro diz que tempo entre a fuga e a captura "é razoável" para padrão mundial

Os presos vão voltar à Penitenciária de Mossoró. De acordo com Lewandowski, eles vão ficar em celas separadas e haverá vistorias diárias. "A direção foi trocada, os protocolos foram reafirmados e aperfeiçoados e de lá certamente não se evadirão", afirmou o ministro.

Rogério Deibson Nascimento, que são ligados à mesma facção criminosa, escaparam da penitenciária de segurança máxima na madrugada do dia 14 de fevereiro, durante o feriado de Carnaval.

Lewandowski disse que "é razoável" o tempo de 50 dias para recaptura dos fugitivos. "Segue os paradigmas internacionais", disse.

"Demonstra, obviamente, que foram coadjuvados por criminosos externos e tiveram, portanto, auxílio de seus comparsas e de organizações criminosas às quais eles pertenciam", disse o ministro.

Ele afirmou que a operação que culminou na captura, que contou com diversas forças policiais, mostra que "é possível haver, sim, operações conjuntas de forças distintas e, sobretudo, demonstrou o êxito do trabalho de inteligência". "Nós combateremos o crime organizado, sobretudo com trabalho de inteligência, integração das distintas forças", acrescentou.

Lewandowski disse, ainda, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu parabéns pela ação e disse estar satisfeito com a recaptura.

Evento Rumos, do 'Valor', debate economia, educação e ambiente

De São Paulo

O **Valor** realiza na próxima segunda-feira, 8, o evento Rumos 2024, que reunirá autoridades, especialistas e empresários em São Paulo para debater futuros prováveis e desejáveis para o Brasil em áreas como economia, educação e meio ambiente.

O encontro é desdobramento do caderno especial Rumos, que o **Valor** publica todos os anos com reportagens discutindo temas fundamentais para o futuro do Brasil.

A abertura contará com palestra e entrevista com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Também participa do evento o ministro da Educação, Camilo Santana. Além dele, estarão presentes nos debates ao longo do dia membros da equipe econômica do governo, como o secretário Marcos Barbosa Pinto (Reformas Econômicas) e o diretor Daniel Loria (Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária); o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, Sergio Firpo; o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, o senador Eduardo Braga (MDB-PA), relator da reforma tributária no Senado, e Letícia Bartholo, secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.

Em cinco mesas, as autoridades e representantes de instituições financeiras, acadêmicas e empresariais — JP Morgan, Santander, FGV Ibre, Insper, Instituto Feira Preta, Instituto Iungo, Ibram e Suzano vão discutir como o Brasil pode aproveitar seu protagonismo em energia limpa, os próximos passos da reforma tributária, os desafios para aumentar a produtividade e o crescimento econômico e como combater a desigualdade e a fome.

O evento, que é exclusivo para convidados, ocorre das 8h30 às 17h no Hotel Rosewood, em São Paulo. Para mais informações, é possível escrever para o e-mail eventos3@valor.com.br.

A realização é do **Valor Econômico**, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Sete em cada dez jovens querem conciliar estudo com trabalho

Rafael Vazquez
De São Paulo

Sete em cada dez jovens entre 14 e 16 anos, ingressantes no primeiro ano do ensino médio em 2024, pretendem conciliar os estudos com trabalho, segundo mostra uma pesquisa do Datafolha encomendada pela ONG Todos pela Educação.

Entre estudantes da rede pública, a intenção de dividir o dia entre estudo e trabalho chega a 74%, enquanto nas escolas particulares o índice é de 55%. Os alunos entrevistados afirmam ter a expectativa de receber um salário mensal de R$ 860, em média.

As pretensões da maioria dos alunos, indiretamente, afetam os planos de expansão de escolas em tempo integral no ensino médio. Segundo o Datafolha, 33% dos estudantes que não estudam em tempo integral indicaram como principal motivo para isso questões relacionadas ao trabalho. Além disso, 20% dizem ter essa preferência para obter independência financeira e 13% para ajudar a família financeiramente.

O Todos Educação aponta que, segundo dados do Censo Escolar 2023, só 20,4% dos estudantes do Ensino Médio estavam em escolas de tempo integral no Brasil.

Para o diretor de políticas públicas do Todos Pela Educação, Gabriel Corrêa, os dados são importantes para ajudar a pensar em políticas de bolsa e poupança para estudantes do ensino médio, como o recém-lançado "Pé-de-Meia", do governo federal. "O programa é, sem dúvida, um bom incentivo contra o abandono e a evasão. Mas bolsas maiores atreladas ao tempo integral na escola são muito importantes para viabilizar que jovens mais pobres possam cursar essa jornada expandida", avalia.

O Datafolha ouviu, presencialmente, 462 pessoas de 14 e 16 anos, de escolas públicas e privadas, em todas as regiões. As entrevistas ocorreram entre 29 de janeiro e 6 de fevereiro. A margem de erro é de cinco pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

valor.com.br
Claudia Safatle excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Conjuntura Mesmo com resultado aquém do esperado, governo acha cedo para revisão da meta fiscal

Arrecadação cresce em março, mas em ritmo menos 'brilhante'

Lu Aiko Otta
De Brasília

Depois de um primeiro bimestre muito forte, a arrecadação federal teve um desempenho menos brilhante em março, comenta-se nos bastidores do governo. A avaliação, porém, é que ainda é cedo para discutir alguma revisão da meta fiscal de 2024.

Dados preliminares informados ao **Valor** por fonte da área técnica com acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), base de dados do governo federal, corroboram essa informação. Março teria sido um mês de receitas elevadas, possivelmente um recorde, mas insuficientes para alcançar os valores projetados pelo governo para atingir a meta de zerar o déficit público ao final deste ano.

Os números indicam que as receitas diretamente administradas pela Receita Federal cresceram cerca de 15% em termos nominais, na comparação com igual mês do ano passado. O desempenho seguiu robusto, com taxas de crescimento de dois dígitos, como as vistas em janeiro e fevereiro.

No entanto, a expectativa de arrecadação do governo era mais elevada do que isso. Os dados apontam para frustração, por exemplo, em relação aos recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O forte desempenho desses tributos no primeiro bimestre pode estar relacionado a recolhimentos antecipados, avaliou a fonte.

Outro dado que chama a atenção é o recolhimento do Imposto de Renda sobre os fundos exclusivos, medida aprovada pelo Legislativo no ano passado. O montante que aparece no Siafi é da ordem de R$ 3 bilhões, ante recolhimentos na casa dos R$ 4 bilhões vistos desde dezembro.

Não é possível saber, só com bases nesses números, o que aconteceu. E certamente é prematuro estabelecer qualquer tendência a partir desses resultados, alertou a fonte.

No entanto, medidas propostas pelo governo para elevar as receitas em 2024 não avançaram no Congresso Nacional, o que ajuda a explicar o resultado aquém do esperado. É o caso da extinção do Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse) e da volta da cobrança de contribuição previdenciária sobre a folha em 17 setores intensivos em mão de obra, além de prefeituras.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem chamado a atenção para a existência de despesas que estão no orçamento sem a correspondente cobertura de receitas. Ele repete que o resultado das contas públicas depende de decisões dos três Poderes da República, e não é tarefa exclusiva do Executivo. A área econômica considera que, se o Congresso não concorda com as medidas propostas para elevar receitas, é necessário ajustá-las ou encontrar alternativas.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad: alerta para existência de despesas que estão no orçamento sem a correspondente cobertura de receitas

O diálogo com o Legislativo em torno dessas medidas está em aberto, e é por isso que se considera prematuro rever a meta fiscal de 2024.

No momento, as atenções da área econômica estão concentradas na definição da meta de 2025. Os números que balizarão essa decisão estão em fase de fechamento. Desde o ano passado, há indicação que o objetivo deverá ser um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, as dificuldades vistas este ano são uma demonstração dos riscos que existem em se estabelecer um objetivo muito ambicioso.

> Escolha de meta menor para 2025 seria sinal político ruim para a solidez do arcabouço fiscal

Por outro lado, a escolha de uma meta menor para 2025 seria um sinal político ruim para a solidez do novo arcabouço fiscal.

A meta fiscal do próximo ano será definida até o próximo dia 15, data final para envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025.

Esse projeto é também o veículo para se propor a revisão do objetivo fixado para este ano, se for o caso. Na semana passada, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que as metas de 2024 e 2025 estão sobre a mesa para serem discutidas.

"Vamos colocar na mesa receitas e despesas. Se a conta não der 0,5% do PIB, vamos levar para a JEO (Junta de Execução Orçamentária) decidir o que fazer", disse a ministra a jornalistas.

Conforme determina o novo arcabouço fiscal, o PLDO de 2025 trará um anexo com projeções para a dívida pública nos próximos dez anos. Um ponto de atenção é se o ponto de partida desses números, dado pela a meta fiscal de 2025, estará adequado para indicar uma trajetória crível.

Já com relação à meta fiscal de 2024, a arrecadação de abril promete ser um elemento importante. Com esse dado, será possível verificar o comportamento das receitas em relação ao projetado em dois bimestres. Os dados indicarão se será necessário ou não ajustar as projeções de receitas do ano. Em março, uma primeira análise levou à redução de R$ 31,5 bilhões nas receitas totais e de R$ 16,8 bilhões nas receitas líquidas. Um novo cálculo será divulgado em 22 de maio.

Se de um lado há frustração nas receitas, de outro é possível ver os esforços de Haddad e sua equipe para reforçar o caixa. Está em curso uma discussão, por exemplo, sobre o pagamento de dividendos extraordinários da Petrobras, o que poderia render cerca de R$ 12 bilhões.

Outro exemplo é o esforço para recolher o IRPJ e a CSLL que deixaram de ser pagos nos últimos cinco anos por causa do uso de incentivos estaduais para custeio. A Receita abrirá no dia 10 um programa de autorregularização desses débitos que vai até o dia 31 de maio. Depois dessa data, será deflagrado um programa de fiscalização. Esses recursos não foram incluídos nas projeções para o ano.

Questionada sobre a arrecadação de março, a Receita Federal respondeu que ela "ainda será divulgada". O dado oficial sai depois do dia 20.

Conta corrente tem saldo negativo de R$ 4,3 bi em fevereiro

Alex Ribeiro e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

O Brasil registrou déficit em suas transações correntes de US$ 4,373 bilhões em fevereiro, conforme divulgado nessa quinta-feira pelo Banco Central (BC). No mesmo mês de 2023, o saldo da conta corrente foi negativo em US$ 4,355 bilhões.

No acumulado de 12 meses, a diferença entre o que o país gastou e o que recebeu nas transações internacionais relativas a comércio, rendas e transferências unilaterais foi de um saldo negativo de US$ 24,705 bilhões, o equivalente a 1,11% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado pela autoridade monetária.

> Investimentos estrangeiros em ações resultaram em saída de US$ 2,257 bilhões

Ainda no segundo mês de 2024, o ingresso líquido do Investimento Direto no País (IDP) somou US$ 5,012 bilhões. Um ano antes, o IDP tinha somado US$ 7,168 bilhões.

Fazem parte do IDP os recursos destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais as suas filiais no país e vice-versa. O retorno de investimento brasileiro no exterior também integra essas estatísticas.

Nos 12 meses encerrados em fevereiro, o IDP somou US$ 62,006 bilhões, ou 2,8% do PIB, contra 2,92% do PIB vistos no mesmo período de 2023. O montante é mais do que suficiente para cobrir o déficit em conta corrente de 1,11% do PIB nos 12 meses.

O BC apontou ainda que a remessa líquida de lucros e dividendos das empresas para o exterior ficou em US$ 2,923 bilhões em fevereiro, contra US$ 2,490 bilhões um ano antes.

Os investimentos estrangeiros

BETO NOCITI/BCB

Fernando Rocha: mercados "permanecem abertos para empresas brasileiras"

em carteira tiveram saída líquida de US$ 1,324 bilhão no período. Em fevereiro de 2023, por sua vez, houve entrada de US$ 1,078 bilhão. No mercado de renda fixa, entraram liquidamente US$ 766 milhões em fevereiro. Considerando apenas as negociações no país nesse segmento, o resultado foi negativo em US$ 857 milhões.

As novas emissões de dívida externa de médio e longo prazo por empresas privadas e estatais somaram o equivalente a 210% das amortizações vencidas ao longo do segundo mês de 2024. Rolagem abaixo de 100% mostra que as novas colocações foram insuficientes para cobrir todos os pagamentos. Um ano antes, a taxa de rolagem havia sido de 104%.

O chefe do departamento de estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse que a taxa de fevereiro mostra que os mercados financeiros internacionais "permanecem abertos para empresas brasileiras para servir ou rolar sua dívida".

Para empréstimos tomados diretamente, ou seja, sem emissão de títulos no mercado internacional, o BC apurou taxa de rolagem de 165% em fevereiro (99% em fevereiro de 2023). Para emissões envolvendo lançamento de títulos, como bônus, "notes" e "commercial papers", o percentual foi de 2.334% no período (342%).

Já o fluxo de investimentos estrangeiros em ações via bolsas de valores resultou em saída de US$ 2,257 bilhões no mês, considerando tanto aplicações via bolsa brasileira quanto via Bolsa de Nova York.

Já em relação a gastos de turistas no exterior, o BC informou que os brasileiros gastaram em viagens internacionais US$ 1,052 bilhão em fevereiro, contra US$ 868 bilhão no mesmo mês de 2023. Já os estrangeiros que estiveram no país deixaram US$ 673 milhões, contra US$ 529 milhões um ano antes. Assim, houve déficit na conta de viagens de US$ 379 milhões no período, contra US$ 339 milhões de igual período do ano anterior.

Indicador de aluguéis recua em março, indica FGV

Rafael Rosas
Do Rio

A desaceleração do Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (Ivar) entre fevereiro e março é uma boa notícia, mas a aceleração em 12 meses mostra que ainda há certa resiliência nos preços dos serviços de locação. A afirmação é de André Braz, coordenador de Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e responsável pelo evento.

Em março, o Ivar subiu 1,06%, contra 1,79% no mês anterior. Apesar da desaceleração, o indicador ainda acelera no acumulado em 12 meses, passando para 8,48%, contra 8,38% acumulados até fevereiro. "Estar em desaceleração na ponta é parte da história, mas ele também está acima da inflação média, o que preocupa", diz.

Ele ressalta que a inflação média dos IPCs e do IPCA acumulada em 12 meses está abaixo dos 4%. Segundo ele, apesar de subir "a passos de passarinho", o Ivar em 12 meses pressiona os preços dos serviços, mantendo um alerta no Banco Central sobre a resiliência desses preços livres.

Braz explica que os juros altos acabam aumentando o demanda por aluguéis, uma vez que o financiamento imobiliário fica mais caro, o que por sua vez inibe a compra de imóveis. O economista frisa que o serviço de locação tem peso de 10% dentro da inflação dos serviços. Como os serviços livres comprometem, em média, 30% do orçamento familiar, o aluguel compromete 3% na média. "A taxa em 12 meses não para de subir. Pode até parar de subir, mas ao se manter acima da média de inflação, indica resistência de preços nos serviços", diz Braz.

Entre fevereiro e março, o Ivar registrou aceleração no Rio, saltando de 3,63% para 5%. Houve desaceleração em São Paulo, de 2,95% para 0,64%, e Belo Horizonte, de 6,41% para 3,75%. Porto Alegre apresentou uma deflação menor, de -3,90% para -2,08%.

A taxa interanual do aluguel desacelerou em três das quatro cidades analisadas. Em Belo Horizonte, a taxa anual passou de 11,01% para 9,94%, refletindo uma moderação no ritmo de aumento dos aluguéis. Em Porto Alegre, a taxa de variação anual recuou de 8,36% para 7,91%, enquanto em São Paulo, a taxa anual teve uma leve desaceleração, passando de 6,61% para 6,50%, indicando tendência de estabilização no crescimento dos preços de aluguel nessas regiões.

O Ivar foi criado para medir a evolução dos aluguéis residenciais no Brasil, utilizando como referência os valores mensais em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

Gestão pública Decisão ainda não está tomada, mas presidente teria dito a interlocutores que pode realizar a troca; Nelson Barbosa assumiria o BNDES

Lula sinaliza trocar Prates por Mercadante na direção da Petrobras

Renan Truffi, Andrea Jubé e Rafael Bitencourt
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já confidenciou a alguns interlocutores a disposição de demitir o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. No entorno presidencial, o nome mais cotado para a função é o do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, conforme informou o Pipeline, o site de negócios do **Valor**. Nesse cenário, um dos cotados para assumir a instituição de fomento é Nelson Barbosa, hoje diretor de Planejamento do banco.

Mercadante desfruta da confiança irrestrita do chefe do Executivo e mantém com ele um vínculo de mais de 40 anos, que remonta à fundação do PT. Mas a escolha do eventual sucessor de Prates não foi sacramentada nem quando a substituição ocorrerá.

A notícia veiculada nesta quinta-feira (4) no jornal "Folha de S. Paulo" de que Prates pediu uma audiência com Lula para discutir sua situação na empresa, em face das divergências públicas com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, não foi bem recebida no Palácio do Planalto. A percepção foi de que Prates contribuiu para tensionar ainda mais o ambiente, e de que até hoje não aprendeu "como Lula funciona" — ou seja, que o presidente não admite ser pressionado.

A assessoria de imprensa da Presidência da República negou que Lula tenha decidido substituir Prates. Acrescentou que não há previsão de reunião entre ambos nesta semana. Lula está em agenda de viagens pelo Nordeste.

Por sua vez, o presidente da Petrobras negou em seu perfil na rede social X (ex-Twitter) que vá deixar o cargo. Ele publicou uma resposta em tom de ironia à pergunta se ele sairia da empresa: "Acho que após as 20h02. Vai pra casa jantar. E amanhã às 7h09 estará de volta na Empresa, pois sempre tem a agenda cheia".

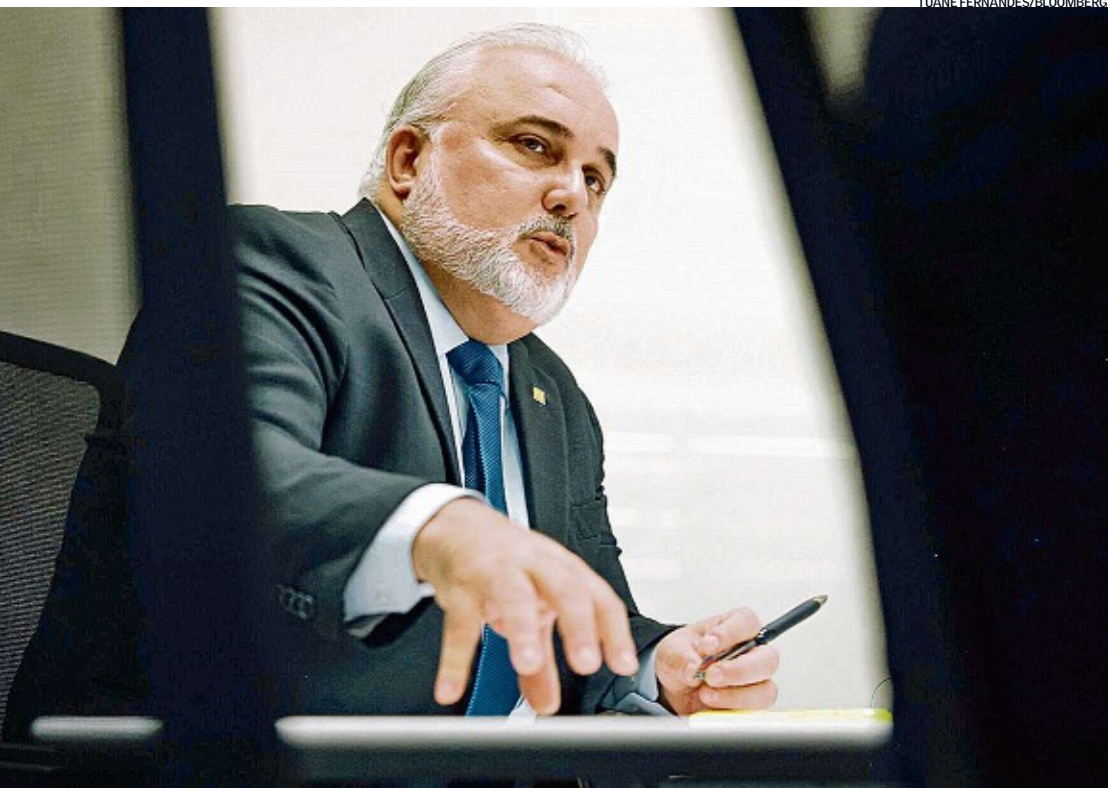
Nos bastidores, entretanto, auxiliares de Lula e fontes do PT ouvidos pelo **Valor** confirmam a intenção do presidente de afastar Prates. Mas ressalvaram que Lula pode mudar de ideia, o que já ocorreu em outras situações.

> "Confortável" no BNDES, Mercadante por ser "forçado" a aceitar mudança

Neste caso, todavia, veem o líder petista mais inclinado a substituir Prates, sobretudo porque tem mantido uma relação de sintonia fina com Alexandre Silveira, que, em meio ao pacote de divergências, se tornou algoz do presidente da estatal.

A relação entre Lula e Prates começou a estremecer ainda em 2023, em meio à elaboração do plano de investimentos da Petrobras, que destinava dezenas de bilhões de dólares à instalação de parques eólicos offshore. Lula, por sua vez, via como prioridade a retomada de investimentos em refinarias.

Em janeiro, Lula anunciou, em grande evento, a retomada das obras da refinaria Abreu e Lima, que foi alvo da Lava-Jato, em Ipojuca (PE). O plano de investimentos acabou destinando US$ 17 bilhões até 2028 para dobrar a capacidade de refino de petróleo e produção de óleo diesel no país.

O impasse mais recente envolveu a decisão da companhia de adiar o pagamento de R$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários aos acionistas, ao qual Prates se opunha. Ele acabou se abstendo na votação sobre a matéria na assembleia de acionistas.

TUANE FERNANDES/BLOOMBERG
Jean Paul Prates: comportamento "independente" do executivo é apontado como um dos fatores para insatisfação e Lula

Dias depois, diante da má repercussão do gesto, Prates publicou nota na rede social X afirmando ser legítimo que o conselho de administração se posicione "orientado pelo Presidente da República e pelos seus auxiliares diretos que são os ministros". Foi uma tentativa de se reabilitar com Lula.

O episódio é considerado um exemplo de que o comportamento "independente" do executivo, como se o cargo não tivesse ligação com o governo, o fez perder pontos com Lula, observaram fontes palacianas. Apesar de ter a União como acionista controlador, no entanto, a Petrobras é uma empresa de capital aberto, com outros acionistas, e precisa seguir regras de governança.

O **Valor** apurou que o calcula o impacto de uma troca de comando na estatal, diante da recente desvalorização da companhia em meio ao impasse dos dividendos. A avaliação, por ora, é que a eventual substituição de Prates seria melhor absorvida com a confirmação de que os dividendos extras serão pagos, total ou parcialmente.

Embora seja o nome mais forte para a função no entorno de Lula Mercadante, afirma a interlocutores que está satisfeito no comando do BNDES. No entanto, se o convite vier a ser formalizado, sobretudo, como "missão", auxiliares de Lula dizem que ele não teria como recusar.

Outros nomes que ainda aparecem na bolsa de apostas para a Petrobras são os de Magda Chambriard, funcionária de carreira da Petrobras e ex-diretora geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); Rafael Dubeux, secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, indicado pelo ministro Fernando Haddad, para o conselho de administração da Petrobras; e Ricardo Savini, fundador da 3R Petroleum.

Procurado, Rafael Dubeux disse, por meio de sua assessoria, que seu nome não está cotado para a presidência da Petrobras. O **Valor** não conseguiu contato com os demais citados.

Mais Petrobras nas páginas A6 e C2

Convite já teria sido feito

Maria Luiza Filgueiras
De São Paulo

O presidente Lula já fez o convite a Aloizio Mercadante para assumir a Petrobras, afirmaram duas fontes com conhecimento do assunto ao **Valor**. O atual presidente do BNDES teria manifestado interesse na empreitada. As fontes não afirmaram se a troca seria de imediato ou se o presidente quer esperar a poeira baixar.

"Foi feito. Mas é Petrobras e é governo. A qualquer hora, tudo pode mudar", disse uma fonte.

Na bolsa, investidores já tinham minimizado esse risco. As ações caíram quando a CNN e a GloboNews revelaram que o Planalto cogitava o nome. Com a possibilidade de distribuição dos dividendos extraordinários, que estão no fundo de reserva, voltaram a subir.

Contas públicas Empresa repassou R$ 177,5 bi ao governo no ano passado entre dividendos, impostos, royalties e participações especiais

Petrobras pagou à União em 2023 valor igual ao Bolsa Família

Rafael Rosas, Fábio Couto, Estevão Taiar e Marta Watanabe
Do Rio, Brasília e São Paulo

Diante da necessidade do governo de cumprir a meta fiscal de déficit zero em 2024, o pagamento de dividendos pela Petrobras tornou-se peça-chave para reforçar o caixa do Tesouro Nacional e, ao mesmo tempo, transformou-se em ponto de discórdia entre o alto comando da petroleira e parte do governo. Os recursos oriundos da estatal em diferentes frentes — dividendos, impostos, royalties e participações especiais — tornaram-se, nos últimos anos, fontes de recursos importantes para o governo tentar fechar as contas e ter algum fôlego para investir, como mostra levantamento feito pelo **Valor** e análise de especialistas.

Em 2023, a empresa pagou, nas três rubricas, R$ 177,5 bilhões à União, o que seria suficiente para bancar o Bolsa Família no ano passado, que teve dispêndios de R$ 171,2 bilhões. Os valores pagos pela Petrobras representaram ainda 7,33% da receita total do Tesouro no exercício passado, de R$ 2,421 trilhões, a valores constantes de fevereiro de 2024, corrigidos pelo IPCA, segundo a Tendências Consultoria.

Por qualquer métrica, os números mostram a relevância da estatal para as contas do governo. Ainda em 2023, os dividendos, tributos e participações governamentais somados pagos pela Petrobras à União corresponderam a 1,63% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2022, essa participação foi até maior, de 2,46% do PIB, com R$ 248,8 bilhões, em dados atualizados pelo IPCA.

Na distribuição do bolo da Petrobras, a remuneração aos acionistas na forma de dividendos e juros sobre capital próprio tem papel importante para ajudar a equilibrar as contas do governo no atual quadro de dificuldades fiscais. Pela legislação, os dividendos podem ser usados apenas para melhorar o resultado primário do governo federal e, consequentemente, abater a dívida pública.

A União, na condição de controladora da Petrobras, é, portanto, uma das maiores beneficiadas com o pagamento de dividendos da estatal. Mesmo assim, desde o começo do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT criticam a distribuição de dividendos da Petrobras por considerá-la alta demais. O argumento vem da ideia, questionável segundo especialistas, que ao distribuir menos dividendos seria possível abrir espaço para investimentos. Os dois aspectos não têm vínculo direto.

Para investir mais é preciso ter um portfólio de projetos bem estruturados, capaz de assegurar retorno positivo sobre o capital aplicado, o que no caso da Petrobras, nas gestões anteriores do PT, muitas vezes não aconteceu. Os erros em projetos e o controle de preços levaram a empresa a alcançar, no fim de 2014, aquela que foi considerada a maior dívida corporativa do mundo.

Carlos Kawall, economista e sócio fundador da Oriz Partners, diz que se a empresa não distribuir dividendos há outras possibilidades de destinação dos recursos que não são consideradas positivas, diz. Uma delas, como já aconteceu, é segurar o preço dos combustíveis no mercado interno e "queimar" o resultado via redução de rentabilidade. "Chama atenção que agora voltamos a ter defasagem de preço de combustíveis no mercado doméstico", diz Kawall.

Um eventual reajuste dos preços da gasolina e do diesel é mais um elemento de pressão sobre o comando da companhia neste momento de "fritura" do atual presidente, Jean Paul Prates.

Com o barril de petróleo rompendo a barreira dos US$ 90 pela primeira vez desde outubro do ano passado e o dólar acima de R$ 5, crescem as pressões por reajustes nos preços dos combustíveis. A última vez que a Petrobras mexeu nos preços da gasolina foi no dia 21 de outubro (faz 168 dias), quando aplicou redução de 4,1% (R$ 0,12/litro). O diesel está sem mudanças nos preços desde 27 de dezembro, há 101 dias, quando a companhia reduziu os preços do insumo nas refinarias em 7,94%. O câmbio e o barril do petróleo Brent são os principais componentes para reajuste dos combustíveis.

> "Voltamos a ter defasagem de preço de combustíveis"
> *Carlos Kawall*

Cálculos da StoneX apontam uma defasagem de 10,8% nos preços do óleo diesel, o que equivale a R$ 0,38 por litro, e de 12,6% para a gasolina (R$ 0,35/litro). De acordo com Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado da StoneX, a escalada de preços do barril de petróleo verificada nos últimos dias se deu por causa das tensões no Oriente Médio e no Leste Europeu, o que suscitaram temores quanto à oferta de petróleo no mercado internacional.

O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima defasagem média de 25,77% nos preços da gasolina, o que corresponde a uma alta de R$ 0,98 por litro, e de 8,82% nos preços do óleo diesel (R$ 0,34/litro). A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) projeta defasagem média de 19% para a gasolina (R$ 0,64/litro) e de 12% para o diesel, o que significaria um reajuste de R$ 0,49 por litro do combustível.

Walter de Vitto, sócio e analista do setor de energia da Tendências, ressalta que não é trivial concluir que a retenção do dividendo para investimento vá significar, no futuro, a volta em forma de dividendos mais robustos: "Há diversas variáveis que determinam a lucratividade da empresa e que não estão sob o controle da companhia, como os preços do petróleo e o preço da energia." Os projetos escolhidos, diz, sempre trazem algum nível de risco. Um exemplo está nas energias renováveis, uma vez que não está claro qual vai ser a tecnologia de geração renovável que irá prevalecer. (O investimento) "Pode gerar mais lucro no futuro? Depende de muita coisa", resume.

De Vitto afirma que o ideal seria a Petrobras seguir, como regra para pagamento de dividendos, a referência de petroleiras de porte semelhante: "As 'majors' têm certa estratégia e pagam dividendos em certa faixa. A Petrobras deveria ter essas empresas como referência", diz. "A grande questão da Petrobras é que ela fica no meio do caminho. Sempre vai existir a tentação de o governo da hora a utilizar de uma forma ou de outra."

Ex-secretário do Tesouro Nacional, Kawall lembra que a Petrobras teve em 2023 um dos melhores desempenhos considerando as ações negociadas em bolsa. As altas de mais de 90% e de 70%, respectivamente, nas ações ordinárias e preferenciais da estatal foram responsáveis por boa parte da elevação de mais de 20% do Ibovespa no ano passado. "Todo o desgaste veio em 2024, com a história dos dividendos. Até então o desempenho da empresa vinha bem, com contribuição importante da produção de petróleo que vem crescendo de forma expressiva. Após um período negativo, sobretudo no governo Dilma [Rousseff], marcado por controle de preços de combustíveis e má alocação de capital, houve um processo forte de ajuste que culminou em um ciclo de investimento em exploração de produção e melhora de resultados", diz.

Em 2023, os investimentos da Petrobras somaram US$ 12,7 bilhões, segundo o ValorData. O montante fica acima dos US$ 8,1 bilhões de 2020, mas aquém dos US$ 45,2 bilhões de 2013, quando a empresa era vista como motor do investimento. Essa visão volta agora no terceiro governo de Lula.

Kawall diz que há sete anos não existia a discussão sobre dividendos porque não havia lucro. Em 2016 e 2017, a Petrobras teve prejuízos considerando dados sobre o lucro líquido recorrente, que busca retirar o lucro vindo de eventos extraordinários, como a venda de ativos, por exemplo. "A partir de 2018 e 2019, a Petrobras começou a ter lucros expressivos, com exceção de 2020, que interrompe a trajetória, por conta da pandemia de covid-19. Mas os bons resultados retomam o ritmo em 2021 e seguem com muita força na década atual", diz. Somados, os lucros líquidos recorrentes de 2021 a 2023, destaca, chegam a quase R$ 400 bilhões (R$ 398,77 bilhões).

Em período mais longo, entre 2019 e 2023, a petrolífera transferiu R$ 871,5 bilhões para a União. A maior parte, R$ 386 bilhões, veio de royalties e participações. Outros R$ 370 bilhões tiveram origem em tributos, como Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins). Já R$ 115 bilhões vieram de dividendos, segundo números do Relatório Fiscal da Petrobras e do Resultado do Tesouro Nacional (RTN).

A discussão recente sobre dividendos ganhou força, em março, depois de o conselho de administração da companhia vetar a distribuição de R$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários do quarto bimestre de 2023. A decisão fez a empresa perder R$ 55,8 bilhões em valor de mercado em um único dia, com queda de 10,57% no preço das ações preferenciais. Conforme publicado pelo **Valor** na ocasião, o pagamento desses recursos significaria aumento de arrecadação entre R$ 6 bilhões e R$ 12 bilhões para a União este ano.

Dias depois, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a pasta não estava "pressionando para um lado ou para o outro" e lembrou que o pagamento de dividendos extraordinários não estava previsto no Orçamento de 2024. "Se [os dividendos] vierem, melhoram o Orçamento, mas não contamos com isso", disse. O comportamento da receita é importante para definir se pode haver revisão da meta fiscal deste ano.

Em 2023 a Petrobras já tinha realizado uma série de mudanças que, na prática, diminuíram os dividendos pagos pela empresa. Uma dela foi que os pagamentos ordinários representariam 45% do fluxo de caixa livre, contra 60% estabelecidos anteriormente. Nos dois primeiros meses deste ano, por sua vez, o governo federal recebeu R$ 3,8 bilhões em dividendos de estatais, sendo R$ 2,6 bilhões da própria Petrobras e R$ 1,2 bilhão do Banco do Brasil. A projeção da equipe econômica é que a União arrecade R$ 43,6 bilhões com dividendos de estatais em 2024.

> "O investimento pode gerar mais lucro? Depende de muita coisa"
> *Walter de Vitto*

Para Gabriel Leal de Barros, economista e sócio da Ryo Asset, os números dos últimos cinco anos "deixam clara a relevância da Petrobras para o governo federal". Segundo ele, o desempenho da empresa é "um caso em que uma decisão micro afeta o macro", o que "deveria ser mais do que suficiente para que as decisões da companhia sejam pautadas por racionalidade econômico-financeira". "Os efeitos fiscais da Petrobras serão tão maiores e positivos quanto mais racional e equilibradas forem as decisões ao longo do tempo. Esse é um jogo de médio, não de curto prazo", diz.

Para Helder Queiroz, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), "os números falam por si só" sobre a importância da Petrobras para as contas públicas e a conjuntura. "Como o governo federal é o acionista majoritário, o fato de a empresa ir bem cumpre um papel fundamental também na arrecadação", diz.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que o desempenho do setor de petróleo como um todo tem "efeito significativo" em termos fiscais e contribui "para o equilíbrio das contas públicas". "São volumes expressivos", diz. "No entanto, é importante pontuar que esse resultado ocorreu em conjunto com um choque nos preços internacionais do petróleo. Parte desses choques é de natureza não recorrente." Ela também lembra que o leilão do excedente da cessão onerosa rendeu R$ 68,6 bilhões em receitas não recorrentes para o governo federal em 2019.

Procurados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento não se manifestaram. Em nota, a Petrobras informou que, em 2023, distribuiu R$ 99,9 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas, sendo R$ 36,5 bilhões ao controlador (União Federal, BNDES e BNDESPar). A empresa disse que não há qualquer decisão tomada em relação à distribuição de dividendos ainda não declarados.

A divisão da riqueza da Petrobras

Contribuição da estatal à União oscila ao longo dos anos tanto para tributos quanto para dividendos

Tributos à União* — Em R$ bilhões

2019	2020	2021	2022	2023
81	36,2	61,9	103,3	87,4

Dividendos* — Em R$ bilhões

2019	2020	2021	2022	2023
1,6	1,9	24,3	59	28,7

Investimentos anuais da estatal — Em US$ bilhões

2019	2020	2021	2022	2023
27,4	8,1	8,8	9,8	12,7

Royalties e Participações Especiais — Em R$ bilhões

2019	2020	2021	2022	2023
136,5	38,8	63,0	86,5	61,4

* Deflacionado pelo IPCA

Fonte: Valor Data, Petrobras e Tesouro Nacional; Elaboração Valor. *Atualizados pelo IPCA

Léo Pinheiro/Valor

Dividendos extras voltam à pauta em meio à crise

Fábio Couto e Juliana Schincariol
Do Rio

A distribuição de dividendos extraordinários pela Petrobras voltou à pauta um mês após ter sido vetada pelo conselho de administração da empresa. A discussão coincide com a crise de relacionamento entre o presidente da companhia, Jean Paul Prates, e alas do governo, discussão que escalou a ponto de ser cogitada a substituição do atual CEO da estatal pelo presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

Ao longo da quarta-feira (4), as ações da Petrobras caíram com a notícia de que Lula poderia trocar Prates por Mercadante. Depois, subiram com o possível pagamento de dividendos retidos. Porém, as ações fecharam o pregão na B3 em queda: os papéis ON recuaram 0,46%, a R$ 39,12% e as ações PN caíram 1,41%, para R$ 37,88.

A colunista Malu Gaspar, do jornal "O Globo", publicou que ministros do governo Lula chegaram a um consenso pela distribuição dos dividendos extraordinários e que o tema seria levado para aprovação do conselho, em reunião prevista para 19 de abril, a uma semana da Assembleia Geral Ordinária (AGO) da estatal, dia 25.

Fontes ouvidas avaliam que a solução para o tema pode vir da própria AGO. Bastaria que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), representante da União, vote na assembleia pela distribuição de até R$ 43,9 bilhões retidos em reserva estatutária. O conselho também se reúne nesta sexta-feira (5), mas os dividendos não estão na pauta.

Em comunicado, a empresa disse que não há decisão sobre dividendos extraordinários. O Ministério da Fazenda estima receber R$ 12 bilhões ainda em 2024 caso o pagamento de dividendos extraordinários seja realizado. O recurso não está previsto na contabilidade orçamentária, já que se trata de uma receita extraordinária.

O advogado Claudio Luiz de Miranda Bastos Filho diz que para deliberar sobre a destinação de resultados os acionistas baseiam-se no relatório da administração, o que não aconteceria se a mudança fosse realizada. "Entendo que não seja ilegal, a assembleia é soberana no que diz respeito a palavra final e não me parece que violaria o seu conteúdo. Porém, isso segue as melhores práticas de governança corporativa? Não", diz o advogado, sócio do escritório Chalfin, Goldberg e Vainboim.

Os dividendos extras foram o pivô da "fritura" de Prates em março. A diretoria da estatal propôs dividir meio a meio os R$ 43,9 bilhões que seriam destinados a uma reserva de capital. Metade seria pago a acionistas e o restante, direcionado para reserva. O conselho negou a proposta e aprovou pagar o mínimo previsto na regra da estatal, de 45% do fluxo de caixa livre, o que desagradou o mercado. Prates se absteve de votar, criando insatisfação no governo.

Há dúvidas também sobre como seria uma eventual troca no comando da estatal a três semanas da AGO. Mesmo tendo indicado os oito candidatos da União ao conselho, que inclui Prates, o governo pode substituir nomes da lista até a AGO. Na visão de Bastos Filho, incluir um novo candidato é algo complexo a ser feito até a próxima AGO: "Seria necessário um rito de governança seguindo a lei das Estatais, o estatuto da companhia e a política de indicações para [o nome de Mercadante] entrar no rol de elegíveis ao conselho. Se Prates renunciasse, poderia haver movimentação mais rápida. Mas, pela ótica da governança, seria "fora do comum", diz. ***(Colaborou Guilherme Pimenta, de Brasília).***

INÊS 249

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	-	-0,1	1,2	0,6	-0,1	-0,8	1,1	-2,6	1,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	0,4	1,6	0,7	-0,3	-0,7	0,0	-0,4	0,0
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,2	0,9	-0,1	0,8	0,6	0,9	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	2,5	-1,4	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-0,2	1,5	0,0	1,1	-0,4	0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,7	0,7	0,5	-0,2	-0,1	-1,4	1,0	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,3	-0,1	0,4	0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.538	27.016	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.091	20.490	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.447	6.527	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mar/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2024	Janeiro-fevereiro 2023	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**

	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	dez/23 Valor	dez/23 Var. %*	jan/23 Valor	jan/23 Var. %*
INSS	**51,7**	**-32,82**	**77,0**	**58,48**	**46,2**	**-33,50**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mar/24	fev/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mar/24	Número índice fev/24	Número índice dez/23	Número índice mar/23
IBGE									
IPCA	-	0,83	1,25	4,62	4,50	-	6.858,17	6.773,27	6.609,67
INPC	-	0,81	1,38	3,71	3,86	-	7.051,03	6.954,74	6.832,32
IPCA-15	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
IPCA-E	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
FGV									
IGP-DI	-	-0,41	-0,67	-3,30	-4,04	-	1.098,10	1.105,54	1.140,36
Núcleo do IPC-DI	-	0,42	0,79	3,48	3,63	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,76	-1,35	-5,92	-6,98	-	1.276,92	1.294,35	1.362,96
IPA-Agro	-	-1,02	-2,48	-11,34	-13,28	-	1.740,99	1.785,32	1.986,71
IPA-Ind.	-	-0,66	-0,93	-3,77	-4,47	-	1.084,36	1.094,53	1.128,55
IPC-DI	-	0,55	1,17	3,55	3,59	-	742,25	733,67	721,89
INCC-DI	-	0,13	0,40	3,49	3,39	-	1.092,69	1.088,31	1.060,12
IGP-M	-0,47	-0,52	-0,91	-3,18	-4,26	1.113,84	1.119,06	1.124,07	1.163,36
IPA-M	-0,77	-0,90	-1,75	-5,60	-7,05	1.310,88	1.321,06	1.334,20	1.410,30
IPC-M	0,29	0,53	1,41	3,40	3,14	726,53	724,46	716,46	704,38
INCC-M	0,24	0,20	0,68	3,32	3,29	1.093,50	1.090,87	1.086,15	1.058,65
IGP-10	-0,17	-0,65	-0,40	-3,56	-4,05	1.138,81	1.140,76	1.143,35	1.186,93
IPA-10	-0,40	-1,08	-1,06	-6,02	-6,77	1.352,24	1.357,71	1.366,78	1.450,40
IPC-10	0,48	0,62	1,56	3,43	3,50	732,11	728,64	720,87	707,37
INCC-10	0,27	0,10	0,76	3,04	3,21	1.078,34	1.075,47	1.070,21	1.044,81
FIPE									
IPC	0,26	0,46	1,18	3,15	2,87	683,22	681,45	675,27	664,14

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mar/24 -0,31% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mar/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
		No prazo legal		
1ª ou única	31/05/2023	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	
4ª	31/08/2023		3,14%	
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	
7ª	30/11/2023		6,25%	
8ª	28/12/2023		7,17%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	dez/23 Valor	dez/23 % do PIB	jan/23 Valor	jan/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.565,1**	**59,99**	**6.612,8**	**60,84**	**5.613,9**	**55,21**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-37,0	-0,34	-36,4	-0,34	5,0	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-749,0	-6,84	-724,1	-6,66	-750,3	-7,38
Dívida fiscal líquida	**7.351,1**	**67,17**	**7.373,4**	**67,83**	**6.359,2**	**62,54**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.219,4	65,97	7.271,3	66,89	6.298,7	61,95
Dívida externa líquida	-654,3	-5,98	-658,5	-6,06	-684,9	-6,74
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.619,3	51,35	5.657,3	52,04	4.711,3	46,34
Governos Estaduais	842,3	7,70	852,4	7,84	805,4	7,92
Governos Municipais	54,0	0,49	55,6	0,51	40,0	0,39
Empresas Estatais	49,6	0,45	47,4	0,44	57,1	0,56

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	dez/23 Valor	dez/23 % do PIB	jan/23 Valor	jan/23 % do PIB
Total nominal	**991,9**	**9,06**	**967,4**	**8,90**	**497,8**	**4,90**
Governo Federal**	818,0	7,48	813,6	7,48	438,8	4,32
Banco Central	86,3	0,79	65,5	0,60	39,4	0,39
Governo regional	80,4	0,73	80,7	0,74	14,3	0,14
Total primário	**246,0**	**2,25**	**249,1**	**2,29**	**-123,2**	**-1,21**
Governo Federal	-44,4	-0,41	-42,1	-0,39	-319,4	-3,14
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,4	0,00
Governo regional	-18,4	-0,17	-17,7	-0,16	-66,7	-0,66

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2023	Janeiro-fevereiro 2022	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**

Discriminação	jan/24 Valor	jan/24 Var. %	dez/23 Valor	dez/23 Var. %	jan/23 Valor	jan/23 Var. %
Ajustes metodológicos	0,8	-	-8,8	6.700,09	1,5	1.114,22
Discrepância estatística	0,0	-	-2,7	331,80	-1,0	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**81,3**	**-**	**-129,1**	**225,75**	**83,7**	**1.186,19**
Juros Noninimais	**-71,6**	**30,46**	**-54,9**	**54,05**	**-46,5**	**-13,44**
Result. Nominal do Gov. Central	**9,7**	**-**	**-184,0**	**144,44**	**37,1**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Contas públicas Expansão afeta planos em uma das principais apostas do governo para redução de gasto

Concessão de auxílio-doença dispara, e despesa com benefício aumenta 22% sem reduzir a fila

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Uma das apostas do governo para a redução de despesa via revisão de gastos, a emissão de benefícios de auxílio-doença ultrapassou 1,4 milhão de benefícios em fevereiro deste ano, alta de 33,3% em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Ao mesmo tempo, a despesa total com este benefício em doze meses chegou a R$ 34 bilhões em janeiro, último mês disponível. Esse valor representa uma alta de 22% na comparação com o mesmo mês de 2023.

O crescimento do benefício por incapacidade temporária, o novo nome do auxílio-doença, ocorre no momento de implementação do Atestmed, sistema que visa facilitar e agilizar a análise e concessão dos pedidos dispensando perícia presencial dos casos mais simples. A ferramenta tem como objetivo garantir, ao mesmo tempo, a diminuição da fila de requerimentos à espera de análise e também uma economia pela redução do chamado "custo atraso", ou os valores pagos a mais ao segurado pela demora na realização da perícia presencial.

Desde o seu lançamento, a ferramenta tem ajudado a diminuir o tempo médio de concessão de qualquer benefício INSS — passou de 69 dias em dezembro de 2022 para 50 dias em janeiro de 2024, segundo dados do Portal de Transparência Previdenciária.

Já a fila de requerimentos pendentes de análise, no entanto, caiu apenas 4,4%, de 596,9 mil em junho para 570,2 mil em janeiro. Neste mesmo período, a emissão de benefícios concedidos cresceu 29,3%.

Em entrevistas recentes, representantes do governo dizem esperar uma economia na casa de R$ 11 bilhões com revisão de benefícios previdenciários. Somente o Atestmed traria uma economia de R$ 5,5 bilhões este ano. A outra parte viria de ações de combate à fraude e correção de erros.

Para o pesquisador associado do Insper, Marcos Mendes, duas hipóteses podem explicar o forte crescimento do auxílio-doença. A primeira delas é que os filtros implementados até aqui para coibir requerimentos indevidos sejam fracos. "Isso cria um incentivo para surgir um novo tipo de demanda, e a gente sabe que existe uma indústria desse tipo, escritórios que vão atrás potenciais beneficiários oferecendo serviços em troca de um porcentual do benefício, que podem também recorrer à fraude ou judicializando, como parece ser o caso do crescimento do estoque do Benefício de Prestação Continuada (BPC)."

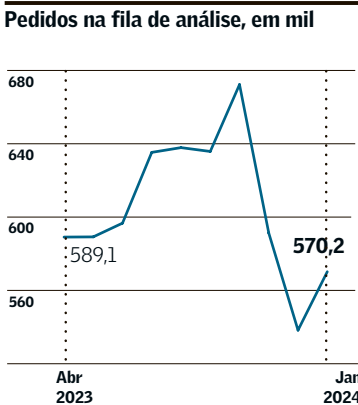
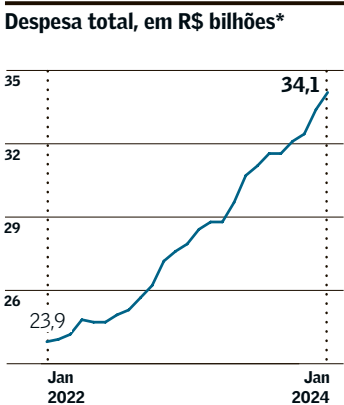
Uma segunda hipótese é este crescimento de demanda pelo auxílio estar completamente dentro das regras, mas ter aparecido agora porque estava represado por questões como a própria demora na concessão de benefícios. "Se este for o caso, é questão de verificar se parâmetros legais não estão muito frouxos, já que o ritmo de concessão dos benefícios não é sustentável", afirma Mendes.

"Em teoria, essas novas tecnologias — não apenas o Atestmed, mas outras medidas para agilizar o pedido e a análise, como mutirões — permitiriam processar mais rápido a fila dos requerentes, o que elevaria apenas temporariamente estoque de benefícios e faria a fila de espera estabilizar em um patamar menor. Acontece que o ritmo de queda da fila é muito devagar", nota Fabio Serrano, economista do BTG Pactual. "De abril até janeiro, a queda no total de requerimentos pendentes de análise pela Previdência é de 269 mil. E a grande maioria é de pedidos relacionados ao BPC, não a pedidos de auxílio".

Nos cálculos da Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), o número de requerimentos mensais de auxílio-doença dobrou após a entrada em operação do Atestmed, passando de 600 mil para R$ 1,2 milhão por mês.

De acordo com Francisco Cardoso, vice-diretor da entidade, sete em cada dez auxílios eram concedidos antes da implementação da ferramenta. A maior parte dos pedidos aceitos, no entanto, eram de trabalhadores com carteira assinada, ao passo que os pedidos de contribuintes autônomos ou facultativos representavam tinham seus pedidos majoritariamente negados.

"Depois do Atestmed, o que cresceu foi justamente essa segunda categoria", afirma Cardoso. "Criou-se uma demanda artificial. Pessoas que não precisam do benefício agora mandam na esperança de conseguir uma renda."

A ANMP, inclusive, entrou recentemente com uma denúncia junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF) acusando o INSS de prometer realizar o pagamento do bônus somente aos peritos que darem "ok" para 70% ou mais dos pedidos recebidos via Atestmed.

"Como um perito vai chegar a esse porcentual de concessão se temos informação de que o próprio INSS admite que 56% deles têm indício de fraude?", questiona Cardoso.

Segundo Mendes, o governo tem defendido que a fila não caiu, mas sua composição mudou — agora conta com menos benefícios à espera de análise há mais de 45 dias. "Isso, em tese, significa uma economia, porque a pessoa que pediu três meses de auxílio, mas teve seu auxílio aprovado depois de outros três meses, acaba recebendo seis meses ao todo", explica. "Só que, na minha avaliação, essa economia é de segunda ordem. Pode estar sendo engolida pelo fato de que o volume de requerimentos aumentou muito."

Outra parte da economia projetada pelo governo deveria vir de ações de fiscalização e revisão de benefícios de longa duração, como ocorreu no governo Temer, lembra o economista.

"Só que para isso virar realidade, é preciso uma mobilização do governo, alguma ação em andamento, não é algo que ocorre de uma hora para outra. Então não sei se em 2024 a gente consegue ver algum impacto disso."

As dúvidas em relação ao comportamento do auxílio-doença são parte do quadro de desconfiança mais ampla sobre as projeções do governo para os gastos benefícios previdenciários. Para analistas, as cifras apresentadas até aqui podem estar subestimadas.

Em seu relatório bimestral, o Tesouro projetou que o gasto financeiro com esses benefícios - incluindo o auxílio-doença, deve fechar 2024 em R$ 914,2 bilhões, alta de 5,6 bilhões na comparação com a última estimativa.

Separadamente, o Ministério da Previdência Social divulgou que a despesa total com benefícios previdenciários cresceu 5,6% em termos reais em fevereiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. O avanço é superior ao permitido pelo novo arcabouço fiscal, de 2,5%.

O Itaú Unibanco trabalha com um déficit primário de 0,7% do PIB para este ano, em linha com a mediana de mercado. Desse total, 0,2 ponto porcentual (p.p.), ou aproximadamente R$ 23 bilhões, seria relacionado a uma previsão de despesa com a Previdência maior que a estimada pelo governo — o banco vê esse gasto terminando o ano em R$ 938 bilhões.

"Isso não significa que não vemos espaço para ganho de eficiência, focalização e identificação de irregularidades. Mas a gente acha muito difícil uma economia dessa ordem em curto espaço de tempo", diz o economista Pedro Schneider.

Em suas contas, pondera, o governo tem trabalhado com um crescimento nominal dos gastos da ordem de 5%. No entanto, somente o reajuste nominal do salário mínimo, que indexa dois terços dos benefícios, foi de 6,97%.

"Ou seja: se o reajuste não vai acontecer do lado dos preços, só poderia vir pela quantidade. Ocorre que nunca vimos um ano de crescimento negativo no estoque. Além disso, ele está crescendo fortemente há dois anos, uma média de 2,8%", nota Schneider.

Serrano, do BTG, ressalta que a política de reajuste do salário mínimo, sozinha, já imprime uma elevação importante dos gastos previdenciários — uma valorização de 1% gera um dispêndio extra de R$ 5 bilhões.

Aliado a isso, vem o forte crescimento do estoque de benefícios concedidos, especialmente dos auxílios, como o auxílio-doença, mas também do PBC, que cresceu 11,5% em janeiro na comparação ano contra ano.

"Diante de todas as questões em aberto, a gente prefere ser mais cautelosos nas nossas projeções e não incorporar a economia divulgada pelo governo. Nas nossas projeções, o gasto com a Previdência deve fechar o ano em R$ 927 bilhões e o BPC, em R$ 103 bilhões", diz.

Mendes lembra que, embora as receitas venham crescendo a um ritmo mais forte este ano, o avanço das despesas é permanente. "A receita tem dependido, em grande parte, do crescimento econômico e de medidas de arrecadação que devem se esgotar já este ano. Já as despesas crescem e são permanentes, e é muito mais difícil de segurar seu crescimento. O governo precisa explicar melhor o que está acontecendo e de onde vai sair essa economia", afirma o pesquisador do Insper.

DIVULGAÇÃO

Pedro Schneider: benefício "está crescendo fortemente há dois anos, uma média de 2,8%"

Forte crescimento

Estoque do auxílio-doença avança sem queda da fila

Benefícios mensais emitidos, em mil

Despesa total, em R$ bilhões*

35
32
29
26
23,9
34,1
Jan 2022
Jan 2024

Pedidos na fila de análise, em mil

680
640
600
560
589,1
570,2
Abr 2023
Jan 2024

Fonte: Boletim Estatístico Mensal de Benefícios por Incapacidade, Portal de Transparência Previdenciária e Resultado do RGPS *acumulado em doze meses

"O ritmo de concessão dos benefícios não é sustentável"
Marcos Mendes

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Companhia Aberta

CNPJ 43.776.517/0001-80

NIRE 35.3000.1683-1

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª **E** 2ª SÉRIES EMITIDAS NO ÂMBITO DA **30ª (TRIGÉSIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), ficam os titulares das debêntures da Primeira e Segunda Séries em circulação objeto da 30ª (trigésima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Debenturistas" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 30ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas* Séries, para Distribuição Pública, *com Esforços Restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP*", celebrado em 11 de fevereiro de 2022 e aditado em 15 de março de 2022, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instrumento de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada **exclusivamente de forma digital e remota**, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, em primeira convocação, no dia **26 de abril de 2024**, às **15:00 horas**, por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("Assembleia" e "Ordem do Dia", respectivamente):

1. Consentimento prévio para a alteração do controle acionário da Companhia, como consequência da desestatização da Companhia, a ser realizada nos termos da Lei Estadual nº 17.853, de 08 de dezembro de 2023 ("Potencial Operação"), sem que seja configurada a ocorrência do evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (iii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
2. Caso seja aprovada a matéria acima, alteração da redação da Cláusula 6.1.2, inciso (iii), nos termos da Proposta da Administração.
3. Aprovação para alteração da definição de "Dívida Líquida" utilizada no cálculo do índice financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" constante da Cláusula 6.1.2, inciso (xii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
4. Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens acima, incluindo a celebração de aditamentos ao Instrumento de Emissão.

No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Companhia propõe o pagamento de prêmio nos termos da Proposta de Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS

(A) *Documentos à Disposição dos Debenturistas*. A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, bem como nos *sites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), da Companhia (ri.sabesp.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), para exame pelos Debenturistas. A Proposta da Administração referente à Assembleia será disponibilizada, nesta data, nos *sites* acima indicados, e poderá ser atualizada mediante reapresentação nos mesmos canais ("Proposta da Administração").

(B) Quóruns

Quórum de Instalação. Nos termos das Cláusulas 9.3.1 e 9.6.4, inciso (i) do Instrumento de Emissão, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão) das respectivas séries. Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novo edital será publicado pela Companhia e a Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer quórum.

Quóruns de Deliberação. Nos termos das Cláusulas 9.5.1 e 9.6.4, inciso (i) do Instrumento de Emissão, as deliberações sobre as matérias da Ordem do Dia deverão ser tomadas em primeira convocação por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso, e em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma do total das Debêntures em Circulação.

(C) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos):

Debenturista. O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/592346900), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81:

(i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

(ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e

(iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal.

Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

Procuradores: O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/592346900), e apresentar os documentos indicados abaixo:

(a) documento de identificação com foto;

(b) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1 e 2 da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e

(c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações.

O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

(D) Instrução de Voto:

Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como anexo à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras:

(i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Orientação de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/592346900), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou

(ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/592346900), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos da Proposta de Administração, digitalizada por meio do referido website preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81.

Por fim, a Companhia esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia.

Esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados na Proposta da Administração. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu *site* de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário.

Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos no Instrumento de Emissão.

São Paulo/SP, 02 de abril de 2024.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Companhia Aberta

CNPJ 43.776.517/0001-80

NIRE 35.3000.1683-1

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª SÉRIE EMITIDA NO ÂMBITO DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), ficam os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação objeto da 23ª (vigésima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Debenturistas" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 23ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas* **Séries, para Distribuição Pública,** *com Esforços Restritos, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP*", celebrado em 25 de abril de 2019 e aditado em 22 de maio de 2019, entre a Companhia e a Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instrumento de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada **exclusivamente de forma digital e remota**, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, em primeira convocação, no dia **24 de abril de 2024**, às **15 horas**, por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("Assembleia" e "Ordem do Dia", respectivamente):

1. Consentimento prévio para a alteração do controle acionário da Companhia, como consequência da desestatização da Companhia, a ser realizada nos termos da Lei Estadual nº 17.853, de 08 de dezembro de 2023 ("Potencial Operação"), sem que seja configurada a ocorrência do evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.1.2, inciso (iii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
2. Caso seja aprovada a matéria acima, alteração da redação da Cláusula 6.1.2, inciso (iii), nos termos da Proposta da Administração.
3. Aprovação para alteração da definição de "Dívida Líquida" utilizada no cálculo do índice financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" constante da Cláusula 6.1.2, inciso (xii) do Instrumento de Emissão, nos termos descritos na Proposta da Administração.
4. Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens acima, incluindo a celebração de aditamentos ao Instrumento de Emissão.

No caso de aprovação pelos Debenturistas das matérias da Ordem do Dia, a Companhia propõe o pagamento de prêmio nos termos da Proposta de Administração.

INFORMAÇÕES GERAIS

(A) *Documentos à Disposição dos Debenturistas*. A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, bem como nos *sites* da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), da Companhia (ri.sabesp.com.br) e do Agente Fiduciário (www.fiduciario.com.br), para exame pelos Debenturistas. A Proposta da Administração referente à Assembleia será disponibilizada, nesta data, nos *sites* acima indicados, e poderá ser atualizada mediante reapresentação nos mesmos canais ("Proposta da Administração").

(B) Quóruns

Quórum de Instalação. Nos termos das Cláusulas 9.3.1 e 9.6.4, inciso (ii) do Instrumento de Emissão, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Segunda Série em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão). Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novo edital será publicado pela Companhia e a Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer quórum.

Quóruns de Deliberação. Nos termos das Cláusula 9.5.1 e 9.6.4, inciso (ii) do Instrumento de Emissão, as deliberações sobre as matérias da Ordem do Dia do Edital deverão ser tomadas tanto em primeira, quanto em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures da Segunda Série em Circulação.

(C) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos):

Debenturista. O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/397339481), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81:

(i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);

(ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e

(iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal.

Após a análise dos documentos, o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

Procuradores: O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/397339481) e apresentar os documentos indicados abaixo:

(a) documento de identificação com foto;

(b) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1 e 2 da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e

(c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações.

O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima.

Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado.

(D) Instrução de Voto:

Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como anexo à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras:

(i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Orientação de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/397339481), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou

(ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/397339481), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos da Proposta de Administração, digitalizada, por meio do referido website em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81.

Por fim, a Companhia esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia.

Esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados na Proposta da Administração. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu *site* de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário.

Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos no Instrumento de Emissão.

São Paulo/SP, 02 de abril de 2024.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Governo Presidente foi a seu Estado natal para inaugurar estação que levará água a 9 cidades do Agreste

Em Pernambuco, Lula mira evangélicos em discurso recheado de Deus, fé e milagres

Renan Truffi e Mariana Assis
De Brasília

De volta a Pernambuco, seu Estado natal, para a inauguração de uma estação de água e adutora nessas quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou estar empenhado em ajustar seu discurso político para atingir um segmento específico do eleitorado, o evangélico. Diante de uma plateia de apoiadores e da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), Lula relacionou a obra a Deus e tratou a entrega do sistema de água como "um milagre da fé".

Ao todo, em menos de 30 minutos de discurso, o presidente repetiu 16 vezes a palavra "milagre", fez 11 menções a "Deus", citou 5 vezes o vocábulo "fé" e repetiu em 2 oportunidades o termo "crença".

As diversas menções ao "homem lá de cima" — outra expressão usada por ele — coincidem com o resultado de pesquisas recentes de opinião. Os levantamentos mostram que a aprovação do governo Lula caiu principalmente entre os eleitores neopentecostais. Nos últimos dias, o governo lançou um novo slogan para entregas de obras: "Fé no Brasil", mote criado pela Secretaria de Comunicação Social (Secom).

No evento, Lula disse que não iria ler um discurso escrito, mas demonstrou ter entendido a necessidade de se comunicar com o segmento cristão. Logo no início de sua fala, Lula perguntou se os apoiadores acreditavam em Deus e em milagres.

"Queria perguntar se vocês acreditam em Deus, se acreditam em milagre? Então vou contar dois milagres para vocês que estão acontecendo agora", disse. Em seguida, o presidente passou a lembrar da sua infância, justamente em Pernambuco, quando ele tinha de buscar água em açude para beber.

"A obsessão que eu tenho pelo Nordeste e em levar a água para o Nordeste é porque, quando eu tinha 12 anos de idade, eu tinha que buscar água em açude, uma água barrenta. Tinha que deixar a água assentar, a gente não tinha filtro, não tinha cultura de ferver a água. Tinha muita gente que morria de esquistossomose na época", disse.

Ao fazer esse paralelo, o presidente repetiu por diversas vezes que ele chegou à Presidência para ajudar a realizar um "milagre". "O primeiro milagre que a gente está vivendo hoje aqui é porque ninguém acreditava que seria possível fazer a transposição [de água] que estamos fazendo hoje aqui. Eu saí daqui para não morrer de sede e volto agora para fazer a transposição [do Rio São Francisco]. Isso só pode acontecer por causa da fé de vocês, da crença de vocês", defendeu.

Seguindo esse raciocínio, Lula deu a entender que "Deus" teria escolhido um "nordestino" para resolver o problema da escassez de água na região. "O homem lá de cima falou que ia ajudar os nordestinos através de um nordestino", contou.

Lula citou um "segundo milagre". "O outro milagre que estamos tentando fazer é que as pessoas tenham acesso a ensino de qualidade", citou. "Eu resolvi investir na educação e, com a graça de Deus, com o milagre da fé, eu sou o presidente que mais fez universidades e escolas técnicas nesse país", repetiu.

Por fim, Lula voltou a defender que o governo existe para dar oportunidade aos mais pobres, mas voltou a citar "Deus". "A gente pode ser o que a gente quiser, é só o governo dar oportunidade. A gente não fez opção para ser pobre, a gente não quer ganhar mal, estudar mal, a gente nasceu para querer todas as coisas boas que Deus deu. Pode ter certeza que esse milagre será completo", concluiu.

O evento foi a inauguração da Estação Elevatória de Água Bruta (EEAB) de Ipojuca e do trecho Belo Jardim-Caruaru da Adutora do Agreste de Pernambuco, no município de Arcoverde.

Com esta nova estação, nove municípios do agreste pernambucano passam a ter abastecimento regular de água, atendendo a aproximadamente 615 mil pessoas. Segundo o governo, quando o sistema for finalizado, serão 1.400 km de adutoras que levarão 4 mil litros por segundo de água da transposição do Rio São Francisco para abastecimento da região.

RICARDO STUCKERT/PR

Lula ao lado de Raquel Lyra fez discurso que mostra empenho em reverter imagem negativa junto a evangélicos

Presidente foi convencido a calibrar tom de pronunciamento

Análise

Andrea Jubé
Brasília

Em meio à queda de popularidade mais expressiva junto aos evangélicos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi convencido a calibrar o discurso para tentar se reaproximar desse público e melhorar a aprovação do governo. A população evangélica representa cerca de 30% dos brasileiros e é majoritariamente ligada ao bolsonarismo.

Nesse contexto, é sintomático que nesta quinta-feira (4), Lula tenha feito um discurso em Arcoverde, Pernambuco, no qual repetiu 16 vezes a palavra "milagre", fez 11 menções a "Deus", 5 citações a "fé" e 2, a "crença".

Ele iniciou a manifestação, em evento de inauguração de uma adutora que levará água para o sertão, perguntando aos presentes se eles acreditavam em Deus ou em milagres.

Em clara semelhança com o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que costuma se apresentar como "escolhido por Deus" — porque teve a vida preservada após a tentativa de homicídio que sofreu na campanha eleitoral de 2018 —, Lula afirmou que sua vitória nas urnas é manifestação de fé do povo brasileiro.

"Se vocês não tivessem fé, jamais teriam votado num pernambucano para a Presidência da República", disse o petista. "Foi um ato de fé, um ato de coragem, esse foi o primeiro milagre", reforçou.

O pronunciamento dialoga abertamente com a nova campanha publicitária concebida pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência para tentar elevar a aprovação do governo. No esforço de tentar gerar otimismo na população, o mote será "Fé no Brasil", com comerciais para rádio, televisão e redes sociais.

A campanha foi elaborada com o reforço do publicitário Sidônio Palmeira, que foi marqueteiro da campanha de Lula em 2022, e foi convidado pelo ministro da Secom, Paulo Pimenta, para dar ideias e contribuições sobre a comunicação do governo.

Mas o tema "Fé no Brasil" acabou dividindo auxiliares de Lula. Uma avaliação é de que a amplitude da palavra "fé" permite, simultaneamente, o diálogo com o público evangélico, bem como com a população em geral por força da religiosidade brasileira.

Porém, surgiu o receio de que o uso da palavra "fé" em propaganda de governo gerasse mais desconforto com os evangélicos. Diante disso, as futuras campanhas vão explorar, paralelamente, outro mote: "É bom para todos".

Segundo uma fonte a par dessas articulações, a segunda proposta não traz risco de incompreensão. "Mais um milhão de vagas em escolas de tempo integral, poupança para alunos do ensino médio, queda da inflação, tudo isso é bom para todos", justificou. Será preciso aguardar as próximas pesquisas para ver se a estratégia vai funcionar. Como diz o ditado, ver para crer.

Conflito Por telefone, líder dos EUA diz que o apoio à guerra de Israel contra o Hamas depende de mudanças para proteger os civis

Biden pede cessar-fogo imediato em Gaza em ligação a Netanyahu

Agências internacionais

O presidente dos EUA, Joe Biden, pediu um cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza e alertou o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, que o apoio dos EUA à sua guerra contra o Hamas estará condicionada a novas medidas para proteger os civis. Trata-se de uma mudança de posição de Biden, que enfrenta uma pressão crescente dos americanos para adotar uma linha mais dura contra Israel em meio ao aumento de mortes.

Os alertas foram dados dias depois que um ataque israelense matou sete pessoas da organização humanitária World Central Kitchen (WCK), que entregavam alimentos a palestinos na Faixa de Gaza. Biden classificou o incidente como "inaceitável", de acordo com uma descrição da conversa na Casa Branca.

Biden disse que Israel deve tomar imediatas "para lidar com os danos civis, o sofrimento humanitário e a segurança dos trabalhadores humanitários" e "deixou claro que a política dos EUA em relação a Gaza será determinada pela nossa avaliação da ação imediata de Israel nestas medidas", segundo comunicado da Casa Branca.

O presidente americano não especificou quando e como sua abordagem poderá mudar em relação à guerra Israel-Hamas, que está no seu sexto mês e já matou dezenas de milhares de palestinos. Mas a declaração de ontem é o mais próximo que chegou de impor novas exigências ao apoio dos EUA às operações militares israelenses no enclave palestino.

O governo israelense não divulgou imediatamente um comentário sobre o pedido de cessar-fogo de Biden. Porém, ontem, Netanyahu prometeu prosseguir com seu esforço de guerra.

O porta-voz da Casa Branca, John Kirby, recusou-se a explicar quais as medidas que os EUA poderiam tomar se Israel não fizer mais para proteger os civis, incluindo se Biden suspenderia a assistência militar ao país. Após a ligação entre os líderes, Kirby disse que os EUA esperam "alguns anúncios vindos de Israel nas próximas horas e dias", sem detalhar.

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, destacou durante reunião da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) em Bruxelas que "se não verificarmos as mudanças que precisamos de ver, haverá mudanças na nossa política". Ele não detalhou a natureza dessas mudanças potenciais.

Há semanas que Washington pressiona Netanyahu a conter as mortes de civis e contra um plano de Israel para invadir Rafah, no extremo sul da Faixa de Gaza, para onde mais de 1 milhão de palestinos fugiram desde o início da guerra contra o Hamas.

O ataque aéreo israelense desta semana contra um comboio de voluntários da WCK, um grupo de ajuda humanitária fundado pelo famoso chef espanhol José Andrés, sinalizou um ponto de ruptura para a Casa Branca. Kirby disse que a ligação de ontem durou cerca de 30 minutos, foi descrita como "direta" e "profissional", e agendada em resposta ao incidente com o WCK. Biden ficou "abalado com o ataque" que matou os trabalhadores humanitários e "sentiu fortemente" que era hora de conversar com Netanyahu, disse ele.

Israel disse que suas forças identificaram erroneamente os veículos que transportavam os trabalhadores da WCK como alvos hostis e os atacaram. Em resposta ao incidente, os militares israelenses disseram que estavam mudando a coordenação com os grupos de ajuda em terra e que estão conduzindo uma investigação para determinar como ocorreu o erro. Kirby disse que essa investigação está "quase concluída".

> "Esperamos alguns anúncios vindos de Israel nas próximas horas e dias"
> *John Kirby*

O presidente Biden enfrenta uma pressão política crescente interna dos democratas, bem como dos árabes e muçulmanos americanos, que se opõem ao seu apoio ao esforço de guerra de Israel. O ataque aos voluntários do WCK levou os democratas a renovar as pressão para que a Casa Branca imponha condições ao apoio militar americano a Israel.

Os sinais de escalada do conflito Israel-Hamas no Oriente Médio levaram os preços do petróleo Brent — referência internacional — a subir acima de US$ 90 o barril pela primeira vez desde outubro.

"O petróleo está precificando um risco geopolítico adicional depois que uma ligação entre Biden e Netanyahu terminou com uma escalada nos discursos", disse Rebecca Babin, trader de energia da CIBC Private Wealth. "O mercado também antecipa uma resposta do Irã ao ataque de Israel à sua representação diplomática na Síria e teme outro aumento das tensões."

Brasil vê bravata eleitoral de Maduro em menção a base militar americana

Análise

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Ao dizer que o Comando Sul das Forças Armadas dos EUA instalou "bases militares secretas" na região de Essequibo, na Guiana, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, faz uma provocação contra uma cláusula pétrea da política externa brasileira, a manutenção de um continente pacífico longe da interferência de potências alheias à região. Ainda assim, o governo brasileiro não está disposto a polemizar com Maduro. "É um tema destinado à agenda eleitoral do país", diz o assessor internacional da Presidência da República, Celso Amorim. O discurso "antiimperialista" atravessa a política venezuelana da direita à esquerda.

Foram os exercícios militares americanos na região, depois do agravamento do conflito no ano passado, que levaram o governo brasileiro a mobilizar o encontro, de dezembro do ano passado em São Vicente e Granadinas, entre Maduro e o presidente da Guiana, Irfaan Ali, com a mediação da Comunidade Caribenha (Caricom) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos (Celac), do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro-ministro daquele país, Ralph Gonsalves.

Daquele encontro, saiu a "Declaração de Argyle" que, na quarta-feira, foi confrontada por Maduro com a promulgação da lei que cria um Estado venezuelano na região de Essequibo hoje administrada pela Guiana. A atitude do presidente venezuelano confronta ainda todos os desdobramentos posteriores, como a reunião da Comissão Conjunta Guiana-Venezuela, com a presença dos chanceleres dos dois países no Itamaraty, em janeiro deste ano, em que se renovou a busca por uma solução pacífica para a região.

O governo brasileiro tem como prioridade a manutenção do acordo de Argyle e vê como uma 'fantasia' as declarações de Maduro sobre a base americana na Guiana. No limite, registra-se com dissabor o envio de uma fragata britânica para a região, que tem presença abundante de petrolíferas estrangeiras, e a visita recente, à Guiana, de dirigentes da CIA. A percepção de que Maduro está guiado no tema pela agenda eleitoral é partilhada por Luis Vicente Leon, presidente da consultoria Datanálisis, de Caracas. "É algo que unifica a população", diz.

REPRODUÇÃO X

Maduro promulga lei orgânica sobre direitos da Venezuela à região de Essequibo

Na semana passada, o Itamaraty divulgou uma nota em que diz acompanhar com "expectativa e preocupação" a eleição venezuelana. Citou ainda o impedimento da candidata da Plataforma Unitaria, Corina Yoris, "sobre a qual não pesavam decisões judiciais" não é compatível com o acordo de Barbados, de outubro de 2023, no qual a Venezuela se comprometeu com a libertação de oposicionistas presos e a realização de eleições em troca do levantamento parcial de sanções americanas. Atribuída por Maduro a "interesses dos EUA", a nota respondeu a insatisfações domésticas com uma postura excessivamente conciliatória do Brasil com a Venezuela.

A despeito do impedimento de Corina Yoris, o governo brasileiro alimenta a expectativa de que, entre os 14 candidatos das eleições de julho, haja, pelo menos dois minimamente competitivos da oposição, Manuel Rosales, governador de Zulia e ex-adversário de Hugo Chávez, e o ex-embaixador Edmundo González Urrutia. Ambos têm diálogo com interlocutores no Brasil e nos EUA.

Otan diz que 'não é e não será' parte de guerra na Ucrânia

GEERT VANDEN WIJNGAERT/AP

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, disse ontem que a aliança militar ocidental "não é e não será parte do conflito na Ucrânia", embora esteja comprometida com a assistência para que Kiev resista à invasão da Rússia. "A Otan está mais unida do que nunca", disse, na sessão de celebração do 75º aniversário da aliança. "A Europa precisa dos EUA para a sua segurança", afirmou. "Mas os EUA também precisam da Europa, que tem militares de qualidade, redes de inteligência e diplomática", disse. A Otan também anunciou um plano para enviar à Ucrânia um fundo de € 100 bilhões nos próximos cinco anos. Na reunião, a Alemanha afirmou que estuda uma reforma para reinstituir o serviço militar obrigatório para reforçar a Otan. Na foto, autoridades dos 32 países-membros reunido na sede da aliança, em Bruxelas.

Após décadas, guerra volta a ser uma ameaça global

Análise

Humberto Saccomandi
Para o **Valor**, de Bruxelas

Ventos de guerra estão novamente soprando pelo mundo. Há décadas não falava tanto em guerra, seja das que estão em andamento como do risco de novos e importantes conflitos. Líderes ameaçam guerra, e países já se preparam para ela. Há hoje uma perigosa semelhança com os períodos que antecederam as duas guerras mundiais, quando o conflito parecia ser iminente e até inevitável.

"A guerra não é mais um conceito do passado. Ela é real e começou dois anos atrás. A coisa mais preocupante neste momento é que literalmente qualquer cenário é possível. Não víamos essa situação desde 1945", afirmou o premiê polonês, Donald Tusk, em entrevista publicada na semana passada pelo jornal alemão "Die Welt".

Tusk, um político muito experiente, se referia à guerra na Ucrânia, iniciada há dois anos, e ao risco crescente de um conflito militar direto entre a Rússia e a Otan (a aliança militar ocidental). Para muitos na Europa, a invasão da Ucrânia pela Rússia é apenas o início desse conflito mais amplo.

O presidente francês, Emmanuel Macron, propôs em março o envio de tropas ocidentais para ajudar na defesa da Ucrânia, ao que o líder russo, Vladimir Putin, respondeu com uma ameaça de guerra nuclear. Putin ameaçou também atacar bases aéreas na Europa Ocidental que servirem de apoio à Ucrânia.

O tema domina o debate público no continente e está diariamente na mídia. A guerra já entrou no dia a dia. Vários países discutem a volta do serviço militar obrigatório, para preencher um déficit de tropas. O governo francês ameaçou intervir em empresas privadas para que elas acelerem a produção de equipamento militar. Em janeiro, um ministro sueco disse que "pode haver guerra no país", e o comandante militar alertou que a população sueca precisa estar mentalmente preparada para isso.

"Se quisermos a paz, temos de estar preparados para a guerra", afirmou em março o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, na véspera da cúpula de líderes da União Europeia (UE). A Europa está em declarada mobilização militar, numa "economia de guerra", como vem dizendo Macron, para se preparar para um confronto com a Rússia.

Os gastos militares, que já vinham subindo, devem aumentar ainda mais nos próximos anos. Este ano, segundo estimativas, todos os países da UE devem gastar mais de 2% do PIB com defesa. Em 2014, a média era de 1,47%. "Estamos enfrentando agora a maior ameaça de segurança desde a Segunda Guerra Mundial", justifica Michel.

Essa sensação de urgência na Europa é agravada pelo risco de Donald Trump ser eleito novamente presidente dos EUA. Ele já disse que a Otan está superada e insinuou que, sob seu governo, os EUA podem não defender seus aliados. Também disse que não dará um centavo a mais para a Ucrânia.

Além da Ucrânia, há um outro conflito importante em andamento, em Gaza, entre Israel e o grupo palestino Hamas. Assim como na Europa, existe um risco elevado de essa guerra também se alastrar pelo Oriente Médio. Já houve ataques israelenses no Líbano e na Síria, e o Irã ameaçou retaliação. A milícia ligada ao Irã que controla parte do Iêmen está atacando navios comerciais no Mar Vermelho. EUA e Reino Unido responderam bombardeando a milícia iemenita.

Na Ásia, está crescendo perigosamente a tensão militar entre a China e as Filipinas, por conta de uma disputa de fronteira marítima. O jornal estatal chinês "China Daily" disse que, assim como em 1914, uma nova guerra mundial pode começar num incidente, desta vez na Ásia, e acusou as Filipinas, "um país relativamente pequeno", de querer levar China e EUA a uma guerra.

Em novembro, segundo relatos da mídia americana, o presidente chinês, Xi Jinping, disse ao presidente Joe Biden que a China vai realizar a unificação com Taiwan, mas que o momento disso ainda não foi decidido. A unificação sempre foi um objetivo chinês, mas afirmar numa cúpula que isso ocorrerá é inédito. Segundo avaliações militares americanas, Xi quer a unificação ainda no seu governo. Os EUA têm acordos de defesa tanto com as Filipinas como com Taiwan.

Num discurso em janeiro ao órgão de disciplina do Partido Comunista chinês, Xi afirmou que décadas de regime pacífico tornaram parte da autoridades do país complacentes e despreparadas para "a grande luta". Ele não elaborou o que seria essa luta.

Essa escalada beligerante global, tanto na retórica como em ações como rearmamento, não tem paralelo nas últimas décadas. É preciso voltar ao final da Guerra Fria, nos anos 80, quando Sting lançou a música "Russians", sobre o risco de uma guerra nuclear entre os EUA e a extinta União Soviética.

Mas um paralelo pode ser feito também com os períodos que antecederam as duas grandes guerras mundiais. Discutia-se e se ameaçava e todos se preparavam para a guerra, tanto que ela acabou acontecendo, quase como se fosse uma consequência inevitável.

"Eu sei que soa devastador, especialmente para as novas gerações, mas temos de nos acostumar com o fato de que uma nova era começou: a era pré-guerra. Eu não estou exagerando, está ficando mais claro a cada dia", afirmou o premiê polonês Tusk na entrevista da semana passada.

Guiana garante que não cederá nada à Venezuela

Bert Wilkinson
Associated Press, de Georgetown

A Guiana condenou ontem com vigor a decisão do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, de firmar a lei que reivindica a região de Essequibo, que representa dois terços do território guianense e está há anos em disputa.

Em comunicado, a chancelaria da Guiana prometeu não ceder nenhum território à Venezuela e qualificou a medida de "violação atroz dos princípios mais fundamentais do direito internacional".

Em 3 de dezembro, Maduro realizou um referendo para reivindicar a soberania sobre a região rica em petróleo e minerais, argumentando que foi roubada da Venezuela quando a fronteira foi traçada há mais de 100 anos.

No referendo, aprovado por mais de 95% dos votos, os venezuelanos foram questionados se apoiavam o estabelecimento de um novo Estado, no qual a Venezuela planeja conceder cidadania aos residentes atuais e futuros. Também foi aprovada a rejeição da jurisdição do tribunal máximo das Nações Unidas para resolver a controvérsia entre os dois países.

Maduro promulgou a lei, classificando o referendo como histórico. "Se a Venezuela quiser contestar o título do território em questão, o fórum adequado é a Corte Internacional de Justiça", respondeu em nome do governo da Guiana.

A região está em disputa pela Guiana e Venezuela há décadas e as tensões aumentaram após as descoberta de vastos depósitos de petróleo perto da costa da Guiana em 2015, em áreas offshore que atravessam o território em disputa. A Venezuela realizará eleições presidenciais em 28 de julho e a maioria dos venezuelanos apoia a reivindicação de Essequibo.

Curtas

Imóveis na Europa

Os preços da habitação na Europa caíram em 2023 pela primeira vez em uma década, segundo dados do Eurostat. Os preços dos imóveis residenciais caíram 0,3% na União Europeia e 1,1% na zona euro. O mercado imobiliário da Alemanha foi um dos que mais caíram, com 8,4%.

Greve na Argentina

A Central Geral de Trabalhadores da Argentina anunciou ontem uma greve nacional de caminhoneiros para a segunda-feira, caso o governo não homologue o acordo salarial entre a categoria e os empresários. Os valores do pacto superam o limite imposto pelo Ministério da Economia.

Valor ECONÔMICO

Estímulos ao crédito tiram força da política monetária

Com mais pessoas empregadas, ganhando salários maiores, e com inflação em queda, o crédito, uma das alavancas do crescimento, está dando saltos. As novas concessões de empréstimos nos 12 meses encerrados em fevereiro avançaram 9,1%, com uma expansão muito mais significativa no crédito destinado à compra de bens, de 18,1%. A inadimplência parou de crescer, mas continua muito alta, assim como a taxa de juros, cujo declínio será sentido com mais força apenas mais alguns meses à frente. A inflação passou a cair mais devagar, o que complicou a tarefa do Banco Central. O governo Lula, por outro lado, não está muito preocupado com isso e não para de anunciar novos programas de expansão do crédito.

A aceleração do crédito não é compatível com o estágio atual de aperto monetário, o que exprime uma contradição interna ao governo desde sua posse. Algum esfriamento da economia é necessário para que os preços se aconcheguem à meta de 3%, mas isto não ocorreu no ano passado e pode não ocorrer neste também. As projeções do boletim Focus sobem a cada semana, encostaram em um PIB crescendo 2%, e o freio dos juros, em queda, tende a ser cada vez menos poderoso para harmonizar o ritmo de expansão do consumo à marcha ordenada dos preços.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem feito a coisa certa ao insistir em que os programas de crédito que o governo anunciou ou vai anunciar — todos eles, segundo a promessa, com juros abaixo de mercado — não contarão com recursos do Tesouro. Mas o Planalto parece ter seus olhos agora mais voltados para os bancos estatais para injeção de recursos na economia. Programas oficiais já trouxeram gastos encomendados de R$ 270 bilhões ao BNDES, com o programa Mais Produção, base da nova-velha política industrial, e garantias do Tesouro a empréstimos de Estados e municípios estimados em R$ 74 bilhões neste ano, ante R$ 56 bilhões em 2023.

O governo deve anunciar mais estímulos ao crédito em breve. Está no forno o ProCred 360, com o qual se pretende facilitar os empréstimos para pequenas e médias empresas, além de Microempreendores individuais (MEI). Os juros poderão chegar à metade dos vigentes, mas há indefinição sobre o volume de recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO), que em tese seria o mesmo que já ampara o Pronampe, para pequenas e médias empresas, instituído na pandemia, e o Desenrola, para renegociação de dívidas de pessoas físicas, no qual 14 milhões de pessoas negociaram descontos e parcelamento de débitos equivalentes a R$ 50 bilhões.

Em entrevista em 27 de fevereiro, o presidente Lula anunciou outros desejos que podem se tornar realidade. Um deles é estender o crédito consignado, no qual um percentual do salário é dado em garantia do empréstimo, para todos os trabalhadores. A modalidade já existe para os empregados formais. Como será operacionalizado para os informais, que não têm fonte de renda garantida ou documentada, não é um problema trivial, mas a intenção do governo é essa.

Mais ainda, o Planalto pretende abrir linhas de empréstimos aos que recebem o Bolsa Família, um auxílio para que se equilibrem precariamente acima da linha de pobreza. O governo de Jair Bolsonaro ampliou o crédito consignado para o Bolsa Família e as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada. O governo do PT achou que isso era um escândalo e revogou a autorização.

Ainda em cogitação no governo, desde o início, está a possibilidade de ampliação do crédito permitindo a aceitação como garantia do dinheiro existentes nos fundos de previdência complementar e em seguros pessoais, como os de vida. A intenção faz parte de um pacote parcialmente executado — a permissão para uso de um mesmo imóvel para garantia de vários empréstimos já foi regulamentada. Além disso, o governo garantiu um recorde de recursos para o Plano Safra de 2023/2024, com R$ 101 bilhões, do total de R$ 364 bilhões, a taxas subsidiadas.

Aos estímulos para a expansão do crédito somam-se o dinheiro disponibilizado para consumo da antecipação do 13º salário dos aposentados e pensionistas em duas parcelas, depositadas neste mês e no próximo, que somam R$ 67 bilhões, e quitação antecipada de precatórios de R$ 30,1 bilhões. O governo está lançando mão das ferramentas do crédito, pois os gigantescos impulsos fiscais dados pela PEC de Transição, de R$ 167 bilhões, em 2023, não mais se repetirão. Ao buscar fazer com que os programas de empréstimos tenham juros abaixo dos de "mercado", ele retira a força da política monetária, que conta só com juros altos para domar a inflação.

O crédito potencializará a recuperação antes estimulada por impulsos fiscais e tende a sustentar um bom crescimento, maior provavelmente do que aquele que é hoje estimado. Isso tem vários custos, e um dos maiores é que a taxa de juros poderá não estacionar no nível esperado (ainda alto e contracionista, de 8,5%). O governo pagará mais caro por sua dívida crescente, e mais caro ainda se não cumprir a meta de zerar o déficit primário. A busca de crescimento a qualquer custo não é bom augúrio sobre o perfil do próximo presidente do BC a ser indicado por Lula.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Interesse estratégico no Brasil contrasta com esforço para conter onda conservadora na Europa. Por **Ingo Plöger**

Contradições francesas e o Acordo Mercosul-UE

A visita do presidente da França, Emmanuel Macron, ao Brasil espelha acentuadas contradições na política externa. Ao mesmo tempo em que destaca a importância do relacionamento político e econômico com o Brasil, ressaltando investimentos privados e públicos, Macron classifica como "péssimo" o acordo Mercosul-UE. Do outro lado, seus anfitriões brasileiros, dos setores público e privado, afirmam que o acordo é positivo e que interessa sim aos dois blocos.

Macron baseia sua posição no argumento de que o acordo, iniciado há 24 anos, está desatualizado e que não inclui questões ambientais. Essa seria a razão para a França não ratificar o acordo. É uma posição que reflete contradições europeias atuais, mas que também visa às eleições do Parlamento Europeu no início de junho: Macron quer salvar o que for possível da coalizão que sustenta seu governo.

No mesmo dia em que Macron fez essa referência contundente ao acordo Mercosul-UE, durante visita à sede da Federação das Indústrias de São Paulo, o Instituto Jacques Delors, um destacado think tank social-democrata francês, fez um apelo para uma nova diplomacia verde na Europa. Liderado por Pascal Lamy, que por muitos anos esteve à frente das negociações com o Mercosul, representando a Comissão Europeia — e que mais tarde se tornaria diretor-geral da Organização Mundial do Comércio —, esse instituto exerce papel relevante nas posições francesas e europeias.

O chamado para uma nova diplomacia revela a preocupação francesa em rever posições insustentáveis trazidas pelo Green Deal, que incluem dois assuntos permanentemente debatidos no Brasil e no Mercosul: o Mecanismo de Ajuste Fronteiriço de Carbono (CBAM) e o Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR). É visível a mudança de posição francesa perante o cenário atual na UE pelo favoritismo de posições conservadoras para fazer frente aos exageros legais da Comissão Europeia e à reação dos agricultores, mas também da indústria e dos eleitores. Em seu texto, Lamy exclama que a nova diplomacia deve considerar as críticas internas e externas que o Green Deal recebe e que afetam profundamente as relações internacionais e econômicas da França e da Europa.

O Acordo Mercosul-UE já está assinado pelas partes envolvidas, mas recebeu um adendo, na forma de uma side letter, que adiciona condicionantes ambientais e sociais ao texto já acordado e que envolve mais de 9 mil itens previamente negociados. Pelo esforço brasileiro na presidência do Mercosul, estas posições já se encontravam bem negociadas, mas a Argentina, que recentemente passou por uma transição de governo, e o Paraguai deixaram posições em aberto, de tal ordem que as negociações sobre a side letter continuam.

Uma surpresa ocorreu em janeiro, quando a Alemanha cortou seu orçamento, atingindo não só sua agricultura, mas outras áreas, o que provocou protestos de agricultores que se alastraram para outros países. Fica claro que o "sonho verde do Green Deal" virou um pesadelo. É neste contexto que Macron, para conter a debandada de seus apoiadores, prega a não ratificação do acordo Mercosul-UE.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Os negociadores da Comissão Europeia, em suas visitas quase semanais ao Mercosul, receberam, de maneira profissional e não politizada, críticas à operacionalidade do CBAM e do EUDR. Perceberam o risco que essas iniciativas trarão para a UE, especialmente a partir de janeiro de 2025, quando poderemos ter o início do espelhamento dos reveses comerciais. Isso pode causar à Europa desabastecimento, alta de preços e críticas de que agiram contra os socialmente fragilizados. No retorno às suas bases, os negociadores perceberam que a onda conservadora do novo Parlamento Europeu poderá propor alterações profundas nas determinações da comissão. Por isso, já sinalizam a seus interlocutores a possibilidade de postergar prazos de implementação.

Em meio a esse cenário, uma ironia do destino: dois atores do passado — Pascal Lamy e Celso Amorim — reassumem o papel de influenciadores dos presidentes de França e Brasil. Em 2004, eles tiveram, em Lisboa, uma oportunidade de fechar o acordo, quando na mesa de negociação restavam não mais do que dez produtos, de um universo de mais de 9 mil já acordados. Não avançaram, pois Lamy tinha pretensões na OMC e Amorim apostava no multilateralismo. Lamy reconhece, no relatório do Instituto Jacques Delors, os equívocos da internacionalização do Green Deal e sustenta que negociar alternativas comerciais e de investimento, sem comprometer reputação, é fundamental na manutenção dos poderes constituídos.

É exatamente essa a posição de Macron no Brasil: fortalecer os laços comerciais e de investimentos, ao mesmo tempo em que se opõe à ratificação do acordo com o Mercosul, sinalizando seu eleitorado de que um prejuízo maior à França poderia ser causado se grupos de viés mais conservador estivessem no poder.

Muitos dos investimentos franceses no Brasil refletem a atratividade do nosso país e do Mercosul na atual conjuntura da geopolítica. No entanto, essa relação de investimentos, também na área industrial, poderá ser afetada por contradições, já que, na prática, o Green Deal estabelece o fechamento do mercado agroindustrial da UE até 2050.

A visita de Macron ao Brasil foi proveitosa, pois mostrou que o interesse francês no Brasil e em seu entorno é estratégico. Mostrou também que as contradições que cercam essa relação são alimentadas por uma força na Europa que poderá mudar de viés majoritário, de social-democrata para conservador. Não sabemos o que essa tendência nos oferece de positivo, mas algumas comportas serão abertas ao Green Deal, o que nos traz uma questão: sendo o Mercosul uma iniciativa de caráter democrático e com afinidades com a Europa, ratificar o acordo não seria melhor do que se abrir ao mundo inteiro, aceitando os riscos do acesso a mercados sem o mínimo domínio de requisitos ambientais e sociais?

Ao Mercosul cabe uma reflexão sobre o redirecionamento de preferências estratégicas. O Brasil precisa retomar o pragmatismo na sua política externa, não só no Mercosul, mas na América Latina, região na qual o país exerce liderança natural. Temos pressa, e nossa liderança no G20, entre os Brics e na COP30 proporciona uma oportunidade ímpar para destacarmos nossos potenciais.

Ingo Plöger é empresário brasileiro, presidente do capítulo Brasil do Conselho Empresarial da América Latina (Ceal) e vice-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

Relações externas Diplomata afirma que para resolver o problema do clima será necessária uma abordagem abrangente em vez de específica dos investimentos

‘Finanças é discussão mais importante do ano’, diz embaixador Corrêa do Lago

Daniela Chiaretti
De São Paulo

A crise do clima vem subindo degraus nas discussões do G20, o grupo das maiores economias do mundo, que responde por 80% do PIB mundial e 80% das emissões. O G20 já vem dando prioridade ao desafio global há anos e o Brasil decidiu dar ainda mais relevância ao tema durante a sua presidência. Um ponto crucial é como conseguir mobilizar fluxos financeiros de trilhões de dólares para apoiar a transição das economias.

Dinheiro é também o ponto-chave da rodada da conferência climática das Nações Unidas, a COP 29, em Baku, Azerbaijão. Ali participam governos de todos os países — ricos, emergentes e pobres. Os embates giram em torno de recursos públicos que deveriam vir dos países ricos aos em desenvolvimento.

O embaixador André Aranha Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil nas conferências de clima da ONU, copreside quatro frentes no G20. Ele resume: “Finanças é a discussão mais importante do ano.”

Há grandes diferenças, contudo. Em Baku, o nó dos conflitos extrapola os famosos US$ 100 bilhões ao ano, prometidos pelos países ricos em 2009, para ajudar o mundo em desenvolvimento a transitar suas economias para o baixo carbono. Isso teria que ocorrer todos os anos entre 2020 e 2025 e até agora não se concretizou. Na COP 29 trata-se de discutir qual a soma para 2026 a 2030 e de onde virão os recursos.

Não só. “Achar que se vai resolver o problema da crise do clima com dinheiro especificamente só para clima, não existe. O que vai resolver é que o clima seja integrado nos investimentos normais. Na língua inglesa tem uma expressão muito boa, ‘mainstream’, é isso que temos que fazer”, explica ele.

Alguns estudos estimam em US$ 4 trilhões a US$ 6 trilhões ao ano a soma necessária para o mundo transitar para o mais próximo possível do zero-carbono. A Agência Internacional de Energia diz que é preciso aumentar investimentos em energia limpa do US$ 1,8 trilhão este ano para US$ 4,5 trilhões até 2030.

Corrêa do Lago copreside dois grupos já tradicionais no G20. Um deles, com o Ministério do Meio Ambiente é o de sustentabilidade climática e ambiental. Irá se debruçar sobre adaptação aos eventos climáticos extremos, pagamento por serviços ecossistêmicos, oceanos, resíduos e economia circular.

O outro é sobre transições energéticas, em conjunto com o Ministério das Minas e Energia. “Transições, no plural, porque os países do G20 concordaram que cada um tem circunstâncias inteiramente diferentes. Têm países do G20 que ainda estão com mais de 80% de carvão; outros, como o Brasil, têm matriz energética majoritariamente renovável”, explica.

O Brasil criou, no G20, uma força-tarefa inédita — da Mobilização Global contra a Mudança do Clima. Junta as duas dimensões do G20, a política, dos sherpas, e a de finanças. Tem duas prioridades: eliminar o gargalo do financiamento privado nos bancos de desenvolvimento, e apoiar planos de transição ecológica.

Outra das novidades propostas pelo Brasil é igualmente insólita — a iniciativa de bioeconomia. “Nunca se falou de bioeconomia no G20. Para nós é uma prioridade”, diz o diplomata. Trata-se de um conceito sem definição, ainda em disputa, dentro e fora do Brasil — “um conceito em construção”, como prefere dizer. “O Brasil quer que o mundo, ao debater a bioeconomia, não a reduza a um número limitado de interpretações”, diz. A seguir os principais pontos da entrevista do diplomata ao **Valor**.

O Brasil no G20

O G20 propicia um tipo de diálogo muito flexível, uma vez que a presidência tem liberdade de escolher suas prioridades. O Brasil procurou acentuar os temas que considera prioritários para debate entre os 20 países mais ricos do mundo.

Clima é prioridade

O G20 já vem dando prioridade ao clima há alguns anos. Fiquei impressionado quando acompanhei a reunião de ministros das Finanças e presidentes de Banco Central em Bangalore, em 2023 — quando ainda era embaixador do Brasil na Índia —, o quanto, nas intervenções dos ministros, falava-se em clima.

O Brasil, tendo em vista o fato de que vai presidir a COP 30 em 2025, e tendo em vista que o governo brasileiro assumiu plenamente a relevância do que a Ciência vem alertando em relação à crise do clima, decidiu dar ainda mais prioridade ao tema.

G20 e COP 29

Finanças é a discussão mais importante do ano. Iremos discutir finanças na conferência do clima de Baku, a COP 29, mas ali falaremos de recursos públicos. No G20 falamos de como atrair os trilhões que existem no mercado. É uma discussão que abre grandes avenidas.

A COP 29, no Azerbaijão, irá discutir a questão das finanças no contexto do que foi acordado nas negociações do clima. Ali se espera, essencialmente, recursos públicos. Os US$ 100 bilhões por ano que os países em desenvolvimento deveriam ter recebido de 2020 a 2025 (compromissos dos países ricos que vem de 2009, da COP de Copenhague), já não foram cumpridos, e agora espera-se que aumente o valor, naturalmente. Neste debate dentro da convenção do clima, os países desenvolvidos dizem que não é possível dar esses recursos e que é preciso ter dinheiro privado também. E os países em desenvolvimento, por seu lado, não aceitam essa discussão.

No G20 estamos insistindo nos famosos trilhões, que não viriam de dinheiro público dos países ricos, mas de bancos de investimento, investimentos privados e mecanismos inovadores. Ali tratamos de finanças para o clima de forma mais ampla.

Maiores emissores globais

O dado básico do G20 é que está ali cerca de 80% do PIB mundial e cerca de 80% das emissões mundiais. Os 170 países além do G20 emitem 20% do global. No G20 existem 10 países em desenvolvimento que têm emissões muito elevadas. Então, nesse grupo, vamos discutir estímulos para que os países médios tenham planos de transição ecológica.

Trilhões, não bilhões

Como se faz isso? Há muitas propostas, de taxação de petróleo e outras, que iremos examinar. Se todos os investimentos a partir de agora levarem em conta o elemento clima, teremos US$ 9 trilhões ou US$ 10 trilhões para investir.

Porque o Brasil provoca essa discussão? Pelo convencimento do governo brasileiro da urgência climática. Temos poucos anos para assegurar que a temperatura suba menos que 1,5°C. Se não agirmos agora, não vai acontecer. Incorporamos no G20 a ideia do limite de 1,5°C como referência para todos.

Urgência x emergência climática

Usamos urgência climática e evitamos usar emergência. É um debate curioso. O que estamos realmente falando é da urgência, de algo que não pode ser adiado. Estamos nos referindo às ações que podemos ainda empreender diante de coisas que estão por acontecer. A palavra emergência se aplicaria mais às circunstâncias que já estão acontecendo, uma condição que representa risco iminente à vida. No hospital, por exemplo, a emergência é porque o infarto já aconteceu. Urgência é se fazer algo que impeça o infarto.

Nas discussões nas COPs é difícil dizer que estamos vivendo uma urgência climática e verificar que, na parte financeira, essa urgência não se traduz nos valores nem na rapidez do fornecimento dos recursos.

André Aranha Corrêa do Lago: “Brasil procurou acentuar temas que considera prioritários para debate”

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

> “Iremos discutir finanças em Baku, mas ali falaremos de recursos públicos. No G20 falamos de como atrair os trilhões que existem no mercado”

Transições energéticas

Há três prioridades. Uma é acelerar o financiamento nos países em desenvolvimento. O Brasil tem o potencial único de aumentar significativamente a oferta de energias renováveis, porque a matriz elétrica do Brasil, em 2023, foi mais de 90% renovável. Podemos atrair investimentos para o que está sendo chamado de neoindustrialização — que é a industrialização que leva em conta a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

A segunda prioridade é a dimensão social da transição energética. Esse tema é do maior interesse tanto para países em desenvolvimento quanto desenvolvidos. Temos visto em países desenvolvidos uma forte reação ao fato de as novas energias, em alguns casos, aumentarem as contas de luz. É uma reação a não ter sido levada em consideração a dimensão social da energia nos países ricos, porque ali o problema não é acesso à energia, mas pagar por ela.

O terceiro ponto é sobre perspectivas inovadoras de combustíveis sustentáveis. O Brasil vai trabalhar para desfazer os mitos negativos dos biocombustíveis. Nos países desenvolvidos, excetuando os EUA, os biocombustíveis são associados a preocupações ambientais.

Bioeconomia

Nunca se falou de bioeconomia no G20. Para nós é uma prioridade. A questão da bioeconomia vem sendo muito debatida, mas não existe consenso sobre uma definição. O Brasil acredita que debater desse tema no G20 não necessariamente levará a uma definição, mas poderá criar uma série de consensos sobre o que podemos considerar como bioeconomia. Uma das nossas intenções no G20 é ter um acordo sobre princípios de alto nível sobre o tema. O Brasil quer que o mundo, ao debater a bioeconomia, não a reduza a um número limitado de interpretações. Porque bioeconomia, no Brasil, vai desde a produção extrativista sustentável de açaí na Amazônia até a produção sustentável de etanol.

Conceito em construção

Na preparação dessa discussão promovemos um debate interno no governo brasileiro e com a sociedade civil, e isso já foi muito interessante. Conseguimos consenso entre diversos ministérios. Para provocar esse debate o Brasil criou três principais áreas de discussão: pesquisa, desenvolvimento e inovação para a bioeconomia; uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia e o terceiro tema é bioeconomia como instrumento de desenvolvimento sustentável.

Queremos orientar a tecnologia para a bioeconomia na agricultura, na pesca, na produção agroflorestal, e a tecnologia como instrumento para extração, processamento e utilização de recursos biológicos. A bioeconomia já é uma fonte de importantíssimos recursos, mas tem o potencial de ser ainda muito maior.

G20 e COP 30

Em todas as reuniões que temos ido nossos interlocutores mencionam as expectativas elevadas diante do fato de o Brasil estar presidindo dois dos mais importantes processos de debates e decisões num momento tão crítico da urgência climática — o G20 e a COP 30, em 2025. Estamos integrando questões do G20 e da COP 30. Há um grande esforço brasileiro em criar uma coerência entre o que está sendo discutido no G20 e o que será a COP 30 no Brasil.

Diferenças

O Brasil está tendo cuidado de assegurar que o G20 aqui não pareça uma substituição dos debates muito mais legítimos que ocorrem entre os 196 países que compõem as Nações Unidas. O G20 é um foro de países de número limitado. As COPs são reuniões que tomam decisões com valor legal e são debatidas entre todos os países do mundo. É diferente a maneira como os temas são tratados em um lugar e no outro. São foros diferentes.

Tradicionalmente os debates no contexto do G20 têm influência sobre as COPs. Mas isso é muito diferente de se substituir as negociações das COPs. Por exemplo, a questão de triplicar as renováveis no mundo e se duplicar a eficiência energética foram sugestões que surgiram primeiro no contexto do G20 e foram adotadas formalmente na COP 28.

Finanças
Fundos têm captação líquida de R$ 105 bilhões no 1º trimestre
C8

Consolidação Conhecidas no setor como 'junior oils', companhias independentes negociam fusão para se fortalecer no mercado brasileiro

Seacrest contrata banco para vender ativos de petróleo

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Em uma forte onda de consolidação no setor de petroleiras independentes no Brasil, a Seacrest está em busca de um comprador, apurou o **Valor**. A companhia, que abriu seu capital no ano passado na bolsa da Noruega, contratou o Goldman Sachs como assessor financeiro, segundo fontes que falaram na condição de anonimato.

Outras empresas do setor já teriam sido sondadas sobre potencial interesse na petroleira independente, novata no segmento.

O processo de venda da companhia chega em um momento de ampla movimentação no mercado. Nesta semana, a Enauta fez proposta para uma fusão com a 3R Petroleum — a expectativa é que um memorando de entendimentos seja assinado na semana que vem, segundo fontes.

A 3R já tinha recebido proposta para combinação de ativos com a PetroReconcavo, mas as conversas não avançaram porque as duas companhias não chegaram a um acordo em relação à troca de ações entre elas, de acordo com pessoas a par do assunto. A Enauta passou por mudanças recentes na base acionária e no conselho e seu movimento é reflexo da agilidade dos seus credores, Bradesco e Jive. Até o ano passado, a empresa independente era apontada como alvo de consolidação, não como protagonista neste processo.

Na proposta de fusão com a 3R, a Enauta passou a mensagem de que, caso a união com a concorrente se concretize, o resultado poderá ser de uma empresa capaz de fomentar outros processos de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) no setor, liderando o movimento de consolidadora neste segmento liderado pela Petrobras.

Um movimento de consolidação dessas companhias de menor porte já era amplamente esperado pelo mercado, já que o setor de óleo e gás tem como necessidade a busca de escala. O jogo mudou depois da Petrobras ter interrompido o processo de desinvestimento de poços mais maduros com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram esses ativos, vendidos em gestões anteriores, que deram origem às petroleiras independentes.

> Goldman Sachs foi mandatado pela empresas listada em Oslo para buscar comprador

A Seacrest foi uma das empresas que nasceu desse processo de venda de ativos da Petrobras, com a compra do campo Norte Capixaba. A oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), feita há um ano na bolsa de Oslo, teve como um dos objetivos financiar essa aquisição. A companhia levantou à época US$ 260 milhões (R$ 1,3 bilhão no câmbio atual).

A empresa listada em Oslo foi fundada em 2020 por Erik Tiller e Paul Murray, que são cofundadores da petroleira norueguesa OKEA, também listada na bolsa de Oslo. A primeira investida da empresa foi o campo de Cricaré, que compreendia 27 concessões de petróleo em terra, além de ativos de produção de petróleo, operação que foi concluída no fim de 2021.

Procurados, Seacrest e Goldman Sachs não comentaram.

SEACREST PETRÓLEO/DIVULGAÇÃO

Petroleiras independentes intensificaram movimento de fusão e aquisição no mercado em busca de maior escala

Azevedo & Travassos adquire blocos

De São Paulo

A empresa de infraestrutura e petróleo Azevedo & Travassos informou ao mercado na noite de quarta-feira (3) que adquiriu a totalidade da participação detida pela Phoenix Óleo e Gás Natural em sete campos e blocos no Polo Periquito: Bloco POT-T-565, Bloco POT-T-610; Campo de Periquito, Campo de Periquito Norte, Campo de Periquito Nordeste; Campo de Concriz; e Campo de Rio do Carmo.

A aquisição do Polo Periquito faz parte do plano da companhia de retomada da exploração de óleo e gás, como motor de crescimento. "A administração entende que tal aquisição é estratégica e representa uma oportunidade única no setor, uma vez que os ativos são considerados não maduros e parcialmente desenvolvidos", informou a empresa em um comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários, no qual não há menção a valores da transação.

A Azevedo & Travassos cita ainda que os ativos estão localizados no centro da bacia do Potiguar, uma zona produtora com geologia conhecida e altamente promissora. A aquisição também prevê a cessão onerosa de bens e equipamentos relacionados às concessões, e está sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A companhia informa ainda que tem os recursos financeiros necessários para concluir a aquisição e financiar a retomada e crescimento operacional dos ativos adquiridos e, caso entenda necessário, buscará financiamento complementar por meio de linhas de crédito lastreadas em seus ativos, não havendo previsão de novas propostas de aumento de capital.

Dona do Ozempic faz acordo para produção de energia em MG

DIVULGAÇÃO

Costa, da Novo Nordisk: Estratégia do grupo é criar alternativas sustentáveis

Renováveis

Robson Rodrigues
De São Paulo

A farmacêutica dinamarquesa Novo Nordisk, maior produtora de insulina do mundo e fabricante do Ozempic, fechou contrato de 15 anos com a Elétron Energy, empresa que atua em geração e comercialização de energia, para a construção de um parque solar de grande porte no Norte de Minas Gerais para abastecer toda a demanda da fábrica de medicamentos de Montes Claros (MG).

Neste arranjo societário, a Elétron fará investimento de R$ 245 milhões e o pagamento será feito pela locação da usina, ou seja, um acordo diluído no tempo, referente à autoprodução de energia por arrendamento. Denominada Usina Fotovoltaica Riacho, a unidade ficará em Buritizeiro (MG) e terá capacidade instalada de 75 megawatt-pico (MWp), podendo ser ampliada para 100 MWp.

As licenças da usina já foram emitidas e as obras de terraplanagem começaram. A previsão é que a usina inicie a operação comercial no começo de 2025 e utilize o Sistema Interligado Nacional, por meio de linha da Cemig, para injetar a energia na rede.

Ao **Valor**, o vice-presidente corporativo da Novo Nordisk, Reinaldo Costa, diz que o objetivo é descarbonizar a produção no Brasil, com a previsão de que a companhia tenha redução de 46 mil toneladas de CO_2 por ano ao utilizar apenas energia renovável para produção de medicamentos. Ele acrescenta que isso faz parte da estratégia global da empresa em que todas as unidades fabris espalhadas pelo mundo precisam ter um consumo sustentável em suas operações.

Neste modelo de autoprodução, há também ganhos financeiros. No período de uma década e meia, a previsão é de uma redução de 8% ao ano nos gastos com energia. Isso ocorre, principalmente, porque as empresas que aderem a este arranjo deixam de pagar alguns encargos setoriais, o que as torna mais competitivas. Por outro lado, como os custos do sistema permanecem os mesmos, o montante acaba sendo rateado pelos demais consumidores.

> Temos aprovado o financiamento de 50% do projeto com recursos do BNB"
> *André Cavalcanti*

O interesse das companhias no Brasil por esse tipo de acordo começou com empresas intensivas em energia, como mineradoras, cimenteiras, siderúrgicas, entre outras. Entretanto, outros segmentos têm migrado numa espécie de "corrida do ouro", já que se discute no setor elétrico a redução deste subsídio. Só em 2024, importantes contratos foram anunciados, como a parceria da Casa dos Ventos com a Ypê e da Comerc com a Grendene.

"O viés econômico é importante, mas não foi o principal vetor desta ação, já que há uma estratégia da companhia de criar alternativas sustentáveis (...). A usina trará benefícios à cidade de Buritizeiro, que ainda tem um IDH baixo", diz.

Isso porque a comunidade ganha com a geração de empregos durante a fase de construção e há contrapartidas socioambientais.

Os projetos de autoprodução no Brasil têm sido o principal canal de expansão do setor elétrico, com contratos principalmente de energia eólica e solar. Tais empreendimentos geralmente são financiados a partir de contratos-âncora entre as empresas consumidoras e geradoras, que viabilizam os novos negócios para reduzir a volatilidade e incerteza dos preços da energia.

No caso desta usina solar, o CEO da Elétron Energy, André Cavalcanti, conta que o projeto foi gestado a partir das conversas entre as duas empresas e que os recursos já estão garantidos. "Já temos aprovado o financiamento de 50% do projeto com recursos do Banco do Nordeste (BNB), que é o limite atual para empreendimento de energia. A diferença será feita com recursos próprios", diz Cavalcanti.

Ele afirma que a Novo Nordisk fez ainda demandas para que o projeto tenha ações ambientais, já que será construído em uma área degradada e precisará de recuperação e plantio de árvores nativas e espaço ecológico de 40 hectares.

8%
será a economia anual com energia

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Jaraguá Clínica Odontológica Ltda. -** CNPJ: 43.582.096/0001-56 - Endereço: Av. Bernardo Sayão, S/nº, Quadra 01, Lote 19, Centro - Requerente: Oral Sin Franquias S/A - Vara/Comarca: Vara Cível de Jaraguá/GO

Requerido: **Nacional Expresso Ltda. -** CNPJ: 18.260.422/0001-61 - Endereço: Av. Afonso Pena, 3774, Garagem 814, Bairro Brasil - Requerente: Elaine da Conceição Santos - Vara/Comarca: 6a Vara de Uberlândia/MG

Requerido: **Rm Comércio e Transporte de Frutas Cítricas Ltda., Nome Fantasia Frutax Brasil -** CNPJ: 10.432.306/0001-70 - Endereço: Rua Manoel Fumeiro, 245, Bairro Jardim São Francisco - Requerente: Marka Veículos Ltda. - Vara/Comarca: Vara Única de Monte Azul Paulista/SP

Requerido: **Telhaferro Comércio de Perfilados Ltda. ME -** CNPJ: 32.018.200/0001-68 - Endereço: Av. Saudade, 1325, Bairro Mirante - Requerente: Br Steel Indústria e Comércio de Aço Ltda. - Vara/Comarca: 5a Vara de Marília/SP

Requerido: **Verdeco Indústria, Comércio e Importação de Artefatos Para Jardim Ltda. -** CNPJ: 08.031.381/0001-88 - Endereço: Av. Dr. Humberto Gianella, 707, Bairro Jardim Belval, Barueri/sp - Requerente: Place Resinas Termoplásticas Comércio, Importação e Exportação Eireli - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Central Vidros e Esquadrias Ltda. -** CNPJ: 47.527.389/0001-91 - Endereço: Rua Ferdinando Pichelli, 766, Parque Cidade Nova, Mogi Guaçu/sp - Administrador Judicial: Ssl Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Gilmar de Souza Lino - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Clinical Center Clínica Médica Ltda. -** CNPJ: 04.733.394/0001-48 - Endereço: Av. Guilherme Campos, 500, Bairro Santa Genebra - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 10a Vara de Campinas/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Clinical Serviços e Locações de Salas Ltda. -** CNPJ: 24.158.098/0001-78 - Endereço: Av. Guilherme Campos, 500, Bairro Santa Genebra - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 10a Vara de Campinas/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Kotar Comércio de Metais Eireli -** CNPJ: 33.310.213/0001-79 - Endereço: Rua Hilda Del Nero Bisquolo, 102, Sala 1812, Edifício The One Office Tower, Bairro Jardim Flórida, Jundiaí/sp - Administrador Judicial: Fvs Administração Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Kotar Metais Ltda. -** CNPJ: 33.310.213/0008-45 - Endereço: Av. Fritz Beiser, 250, Pavilhão 09, Distrito Industrial Ritter, Cachoeirinha/rs - Administrador Judicial: Fvs Administração Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Bela Prata Transportes Sorocaba Ltda. -** CNPJ: 26.308.104/0001-51 - Endereço: Av. Monsenhor Mauro Vallini, 873, Bairro Jardim Santa Esmera, Sorocaba/sp - Requerente: Guará Organização e Logística de Transporte Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Innovatore Engenharia e Construção Ltda. -** CNPJ: 22.632.588/0001-39 - Endereço: Rua Funchal, 263, 13º Andar, Cjto. 131, Bairro Vila Olímpia - Requerente: Pedreira Diabásio Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Manoel de Lima Pacheco Júnior -** CNPJ: 29.887.169/0001-97 - Endereço: Rua Júlio Prado, 930, Bairro Parque Residencial da Solidariedade - Requerente: Manoel de Lima Pacheco Júnior - Vara/Comarca: 4a Vara de São José do Rio Preto/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Matriz Fotogravura Ltda. ME -** CNPJ: 00.727.172/0001-61 - Endereço: Setor Sig Quadra 3, S/nº, Sig/sul, Cc Ci, Quadra 03, Bloco B, Loja 22, Zona Industrial - Requerente: Roseli Silva Honesko - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Maxxii Consultoria, Gestão Empresarial & Organização Eireli -** CNPJ: 23.749.566/0001-16 - Endereço: Av. Paulista, 1439, Cjto. 12, Bairro Bela Vista, São Paulo/sp - Requerente: Guará Organização e Logística de Transporte Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa -** CNPJ: 12.532.753/0003-99 - Endereço: Fazenda Bacuri, Ipiguá/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Empresa: **Costa Gestão Administrativa Ltda. -** CNPJ: 30.708.893/0001-95 - Endereço: Av. Paraná, 240, Bairro Eldorado, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Empresa: **Rede de Convênios do Brasil Service Ltda. ME -** CNPJ: 05.946.982/0001-22 - Endereço: Av. Getúlio Vargas, 3446, Bairro São João Bosco - Vara/Comarca: 6a Vara de Porto Velho/RO

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Consórcio Brt Goiânia -** CNPJ: 21.889.358/0001-97 - Endereço: Av. Goiás Norte, 8100, Quadra 02, Lote 01 C, Bairro Jardim Ipê, Goiânia/go - Vara/Comarca: 16a Vara de Goiânia/GO - Observação: Face à homologação do plano apresentado.

Empresa: **Epccon Construções Ltda. -** CNPJ: 04.858.174/0001-40 - Endereço: Setor Scia Quadra 08, Cjtos. 08 e 10, Lote 10, Parte F, Zona Industrial, Guará, Brasília/df - Vara/Comarca: 16a Vara de Goiânia/GO - Observação: Face à homologação do plano apresentado.

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Anderson Júnior da Silva, Nome Fantasia Casa do Açaí -** CNPJ: 30.558.624/0001-90 - Endereço: Rua Sete de Setembro, 349, Sala 05, Centro - Vara/Comarca: Vara Cível de Wenceslau Braz/PR

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Catay Malhas Ltda. -** CNPJ: 09.035.359/0001-79 - Endereço: Rua Amadio Baduschi, 320, Galpão de Alvenaria, Bairro Barracão - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Dpr Turismo Ltda. -** CNPJ: 73.506.453/0001-68 - Endereço: Alameda Dom Pedro Ii, 414, Bairro Batel - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Flávia Cristiane Orso -** CNPJ: 18.911.000/0001-09 - Endereço: Rua Pedro Betozek, 99050, Bairro Umbara - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Serraria Entre Ilhas Ltda. -** CNPJ: 02.077.050/0001-00 - Endereço: Rua Manoel Miguel Alves Filho, 530, Bairro Umbara - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Serraria Luiz Gabardo Ltda. -** CNPJ: 00.994.165/0001-26 - Endereço: Rua Nicola Pelanda, 6505, Serraria, Bairro Umbara - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Veículo País tem potencial para se tornar polo exportador para Oriente Médio e África

Brasil pode se beneficiar da sobrevida do motor a combustão

Marli Olmos
De São Paulo

Ao mesmo tempo em que se preparam para fornecer componentes para as futuras linhas de montagem de modernos veículos híbridos e elétricos, os fabricantes de autopeças percebem a oportunidade de aproveitar o conhecimento brasileiro em carros e motores a combustão para fazer do país um polo exportador para mercados que ainda usarão esse tipo de veículo, como vizinhos da América Latina e países do Oriente Médio e África.

Essa chance se tornou ainda mais real com a recente regulamentação do Mover, programa de incentivos do governo federal para o setor automotivo. O Mover permite a importação de linhas de montagem com impostos reduzidos.

Para Claudio Sahad, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças), o benefício traz a oportunidade de o Brasil trazer da Europa e Estados Unidos linhas que começam a ser desativadas para dar lugar às que produzem carros elétricos.

Segundo ele, isso não significa deixar de investir nos projetos dos carros mais modernos. "São ações paralelas, que podem ajudar a incrementar as exportações", afirma o dirigente.

"O mundo produz 80 milhões de veículos por ano. Desse total, cerca de 30 milhões são modelos a combustão ainda fabricados nos Estados Unidos e Europa. Se o Brasil pegar 10% disso estamos bem", destaca Sahad.

US$ 15 bilhões foi o total exportado em 2022

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Sahad, presidente do Sindipeças: "Europa e EUA produzem 30 milhões de veículos a combustão por ano; se o Brasil pegar 10% disso estamos bem"

Há poucas semanas, representantes do setor automotivo encaminharam ao governo um estudo mostrando que o Brasil não está sozinho nessa disputa. Outros sete grandes produtores de veículos estão de olho nesse filão: Índia, China, Tailândia, Turquia, República Tcheca, Japão e México.

O objetivo de compartilhar essas informações com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, além de outros órgãos do Executivo, é levar as preocupações do setor em relação à desvantagem brasileira em custos de produção.

Segundo Sahad, o estudo, organizado pela McKinsey, fez uma análise de competitividade. Entre os oito países com potencial para disputar o fornecimento global de veículos a combustão, o Brasil fica no sétimo lugar na comparação de custos, no sexto em incentivos fiscais e aparece em último lugar no quesito acordos comerciais. "Temos um bom campo para evoluir. Por isso estamos conversando tanto com o governo", destaca o dirigente.

Nas conversas, os fabricantes de autopeças têm pedido medidas que os ajudem a vencer a concorrência externa, como facilidades na exportação.

O mesmo estudo, destaca Sahad, mostrou o risco de perda de participação no mercado externo. Em 2022, a receita obtida com exportações da indústria de veículos mais a de componentes alcançou US$ 15 bilhões.

Segundo Sahad, o estudo mostrou que se o atual quadro de competitividade for mantido a exportação anual do setor tende a cair para US$ 10 bilhões em 2035.

Por outro lado, se o Brasil alcançar pelo menos a média da competitividade de seus concorrentes, destaca Sahad, as vendas anuais do setor ao mercado externo poderão chegar a US$ 56 bilhões em pouco mais de dez anos.

"Se isso der resultado haverá aumento de volume e um resultado que será a força motriz de investimentos em novas tecnologias", afirma Sahad.

Ação sobre fatia da União na Eletrobras é adiada

Conciliação

Luísa Martins
De Brasília

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou por mais 90 dias os trabalhos de conciliação no processo que discute o peso da participação da União no capital social da Eletrobras.

A ação foi ajuizada pela Advocacia-Geral da União (AGU) em maio de 2023. O órgão solicita que a União, como acionista da Eletrobras, tenha o direito de votar de forma proporcional à participação que ela detém no capital social da empresa.

Inicialmente, Marques, que é o relator do caso, havia estabelecido três meses para que as partes chegassem a uma solução consensual. Com a proximidade do esgotamento do prazo, previsto para o dia 8, a AGU pediu a prorrogação. A Eletrobras também concordou com a medida.

Na noite de quarta-feira (3), a companhia informou, em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sua anuência para "tentativa de solução amigável" da controvérsia.

As deliberações eventualmente decorrentes dos trabalhos na Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF) serão submetidas à aprovação das instâncias de governança da empresa, concluiu o comunicado.

Ao analisar o pedido de prorrogação, Marques disse que o tema é complexo, com repercussões potencialmente significativas na ordem econômica e social do Estado brasileiro. "A solução deve buscar equacionar os interesses revelados pela tensão entre grupos controladores e controlados, sem perder de vista tanto o interesse público a nortear a prestação do serviço quanto a rentabilidade econômica da empresa", escreveu o ministro.

"A ampliação é prudente para que as partes promovam o diálogo"
Nunes Marques

Em seu despacho, ele também destacou que a ampliação do prazo é a medida mais "prudente" para que as partes "promovam o diálogo institucional, desenhem alternativas e alcancem uma solução para a questão".

Caso as tratativas não resultem em acordo, o processo deve ir a julgamento na Corte. Nos autos, o parecer mais recente da Procuradoria-Geral da República (PGR) — assinado ainda na gestão de Augusto Aras — é contrário à redução do poder de voto da União, estabelecida na lei de desestatização da Eletrobras. Para ele, o pedido do governo para que o STF derrube a norma deve ser atendido, uma vez que a lei "limita o direito de voto do acionista ordinário", sem fixar mecanismos de compensação.

Curtas

Implemento rodoviário

O emplacamento de implementos rodoviários no Brasil terminou o primeiro trimestre com queda de 4,28%, somando 35,9 mil unidades, segundo números divulgados pela Anfir, entidade que reúne os fabricantes. No mesmo período de 2023 foram licenciados 37,5 mil produtos. José Carlos Spricigo, presidente da Anfir, avalia que o começo de ano não deve ser a tendência do restante de 2024. "Passado o primeiro trimestre, acredito que agora a partir de abril vamos ter uma visão mais assertiva frente ao mercado de 2024", afirmou, em nota. "O desempenho no segundo trimestre deverá refletir de maneira mais realista a situação do mercado atual." O que está puxando o desempenho para baixo é o segmento de leves, chamado no jargão do setor de carroceria sobre chassi. No primeiro trimestre foram 13,8 mil emplacamentos, redução de 17,1%. No mesmo período do ano passado foram 16,6 mil produtos comercializados. O segmento de pesados, os reboques e semirreboques, cresce 5,93% entre janeiro e março. Foram 22,1 mil implementos entregues, contra 20,9 mil na comparação anual. Apesar da queda no segmento de leves, o volume vem crescendo mensalmente. "É um indicativo de que o setor pode estar entrando na mesma rota positiva do segmento de pesado."

Wilson Sons em março

A empresa de logística portuária Wilson Sons movimentou 103,9 mil TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) em março, alta de 19,6% em relação ao volume reportado no mesmo período de 2023. No acumulado dos primeiros três meses do ano, a movimentação somou 293,7 mil TEUs, com avanço de 23,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Do volume total registrado no mês passado, 76,8 mil TEUs foram de unidades cheias, 20,5% a mais ante o reportado no mesmo período em 2023, enquanto os contêineres vazios somaram 27,1 mil TEUs, alta de 17% na mesma base de comparação.

Desempenho Estimativa aponta alta da produção entre 0,8% e 2% no ano; exceção fica por conta do vidro

Setor de embalagem surpreende no início do ano

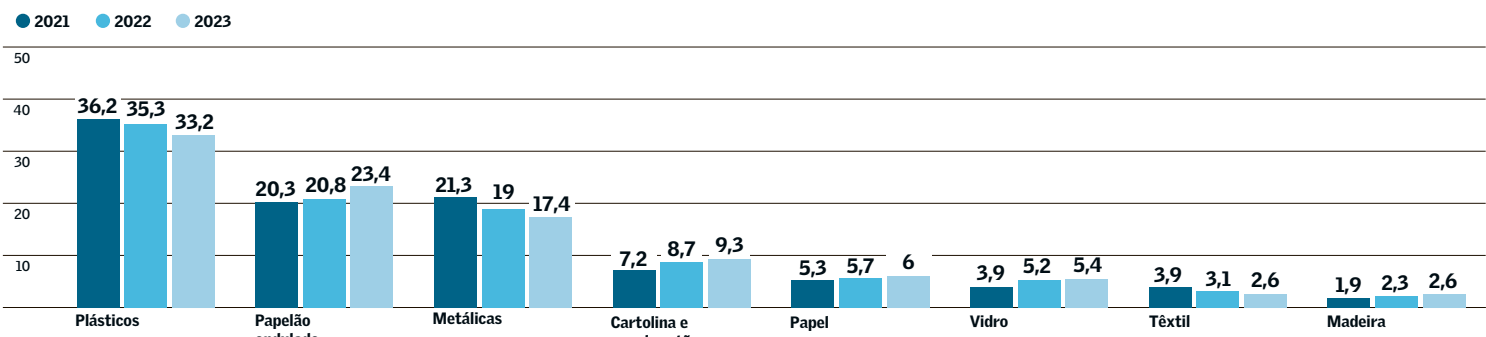
Stella Fontes
De São Paulo

A indústria brasileira de embalagens iniciou 2024 com desempenho acima do esperado, considerando-se a maior parte das matérias-primas utilizadas no processo produtivo. No geral, o setor poderá crescer entre 0,8% e 2% no ano, com ponto médio em 1,4%, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre) para a Associação Brasileira de Embalagem (Abre), em linha com as projeções atuais para o Produto Interno Bruto (PIB). Mas em determinados segmentos, como papelão ondulado e latas de alumínio, a alta pode chegar a até 5%.

A exceção fica por conta do vidro, que vem sofrendo com importações e demanda doméstica fraca, insuficiente para absorver a capacidade produtiva adicionada nos últimos anos. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), o mercado de garrafas e potes andou "praticamente de lado" no ano passado e 2024 segue na mesma tendência.

No geral, a indústria brasileira produziu 1,2% mais embalagens em volume em 2023, com desempenho acima da indústria de transformação, que recuou 1%, segundo estudo do FGV/Ibre. Mais exposto ao mercado de bens não duráveis, o setor tem se beneficiado do consumo doméstico relativamente estável de alimentos e da maior procura por itens de higiene e cosméticos.

Peso dos materiais

Distribuição do valor bruto da produção de embalagens (em %)

Fonte: Abre. Elaboração: FGV/Ibre

De acordo com o presidente do conselho da Abre, Marcos Barros, essa tendência se mantém neste ano. O índice de confiança no setor em fevereiro era o melhor em 12 meses, com otimismo "moderado". "Os consumidores de embalagens continuam com uma expectativa relativamente melhor. Com exceção de alimentos, todos estão experimentando algum crescimento", afirmou.

Depois de dois meses de expedições acima do esperado, a indústria de papelão ondulado acaba de elevar as estimativas para 2024. Inicialmente, considerando-se o cenário moderado, a projeção era de alta de 1%. Agora, nesse mesmo cenário, o setor trabalha com expansão de 2,8% nos volumes medidos em toneladas e de 2,9% em metros quadrados.

"O ano começou muito positivo", disse o presidente-executivo da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel), José Carlos da Fonseca Junior. O novo intervalo, calculado pelo FGV/Ibre para a entidade, vai de 1,2% de alta no pior cenário a 5% no melhor.

Em fevereiro, o Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) subiu 11,1% na comparação anual, para 145,5 pontos, com 326,7 mil toneladas. Esse foi o segundo maior volume para os meses de fevereiro. Em janeiro, o IBPO já havia avançado 5,3%, a 150,2 pontos, equivalentes a 337,2 mil toneladas — o maior volume para o mês desde o início da série histórica, em 2005.

Para Fonseca, condições macroeconômicas mais favoráveis, com redução da taxa de desemprego e aumento da renda, entre salários e programas de transferência, ajudam a explicar a demanda mais aquecida do que esperado neste início de ano. O crescimento constante do comércio eletrônico e do delivery contribuem.

Soma-se a isso a tendência de substituição de materiais de origem fóssil por insumos mais sustentáveis, caso do papelão ondulado, de outros papéis e cartões. "No computo geral, há uma visão mais positiva e persiste a tendência de migração para materiais de origem renovável, sobretudo entre os consumidores mais jovens", disse.

Em 2023, segundo estudo do FGV/Ibre para a Abre, o valor bruto da produção de embalagens no país, incluídos os diferentes materiais, somou R$ 144,4 bilhões. Deste total, o plástico ainda respondia isoladamente pela maior fatia, de 33,2%, mas essa participação vem caindo ano a ano. Em 2021, o peso do insumo no valor bruto da produção estava em 36,2%. "O plástico está perdendo espaço no bolo da produção total. As indústrias estão procurando substratos mais sustentáveis", ressaltou Barros.

Ao mesmo tempo, a soma das participações das embalagens de papelão, cartolina e papel cartão e de papel no valor bruto da produção chegou a 38,7%, à frente do plástico. "Essa tendência de substituição vai deixando marcas importantes e já é visível no varejo", disse Fonseca, da Empapel.

Isso não quer dizer que a demanda de embalagens plásticas não esteja crescendo também. No ano passado, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis (Abief), a produção do setor avançou 2,6%, para 2,224 milhões de toneladas. Um estudo da consultoria Maxiquim para a entidade mostra ainda que o consumo per capita desse tipo de embalagem subiu 2,5% em 2023, para 10,6 quilos por habitante por ano. A indústria de alimentos segue como principal cliente desse segmento.

No mercado de latas de alumínio, influenciado pelo consumo de cerveja, após dois anos de ajustes, houve crescimento em 2023. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas), foram comercializadas 32,3 bilhões de unidades, expansão de 1,65%. A partir do desempenho visto nos primeiros meses de 2024, os fabricantes avaliam como possível um crescimento em torno de 5%.

De acordo com o presidente executivo da entidade, Cátilo Cândido, 2023 foi um período de grande expectativa, após dois anos na contramão da tendência positiva vista em anos anteriores. "Foi um ano que mostraria se continuaríamos na linha da incerteza ou se retomaríamos o crescimento", comentou.

Em 2021, as vendas de latas de alumínio começaram a sentir a mudança de hábitos do consumidor por causa da pandemia e perderam um pouco de ritmo, mas ainda cresceram 5% (contra 7,4% no ano anterior). Em 2022, veio a primeira retração das vendas em cinco anos, com o clima menos favorável ao consumo de bebidas e a reabertura de bares e restaurantes, que favoreceu as embalagens de vidro. Naquele ano, o mercado de latas encolheu 4,7%.

Em 2023, alguns fatores jogaram a favor da indústria: temperaturas mais elevadas no verão, a queda dos preços do alumínio, o avanço das latas em novas categorias de produtos e o consumidor mais consciente, em busca de materiais mais sustentáveis.

Para a indústria do vidro, segundo o presidente-executivo da Abividro, Lucien Belmonte, 2023 foi "particularmente desafiador". Segundo ele, há neste momento sobra no mercado brasileiro, diante dos elevados investimentos em capacidade produtiva, que cresceu cerca de 40%, e dos volumes expressivos de importação. "O aumento da demanda que era esperado não aconteceu", afirmou. Esse ambiente se mantém em 2024, acrescentou.

CLAUDIO BELLI/VALOR

"Os consumidores de embalagens continuam com expectativa melhor" *Marcos Barros*

Agenda Tributária

Mês de Abril de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Março/2024
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	21 a 31/março/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
5	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	21 a 31/março/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"
5	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ	7307**	1º a 29/fevereiro/2024
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque	7315**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Tecnologia Especialistas preveem o agravamento do debate sobre a remuneração de produtores de conteúdo que alimentam as aplicações de IA

Google enfrenta dilema econômico se cobrar buscas com IA

Daniela Braun e Ivone Santana
De São Paulo

O plano do Google de cobrar pelo uso da inteligência artificial (IA) generativa em serviços de busca, e-mail e softwares de produtividade por assinatura indica que a companhia está diante de um dilema de sustentabilidade econômica. Além disso, põe em xeque o seu modelo de negócios baseado em publicidade. A decisão, se adotada, deve impactar o mercado. Especialistas preveem o agravamento do debate sobre a remuneração de produtores de conteúdo que alimentam as aplicações de IA generativa.

Conforme apurou a reportagem do jornal "Financial Times", a reformulação da proposta para o mecanismo de busca, com serviços pagos para o uso do Gemini, a IA generativa do Google, marcaria a primeira vez que a empresa estabeleceria um acesso pago para um de seus principais produtos. Com isso, as ações da companhia caíram 2,8% ontem *(ver gráfico)*.

O Google, controlado pela Alphabet, que é comandado por Sundar Pichai, tem 91,4% de participação nas buscas on-line feitas no mundo, seguido de longe pelo Bing, buscador da Microsoft, com 3,4% de participação, segundo dados da plataforma Statcounter. Mas a versão gratuita do ChatGPT, da OpenAI, e seus recursos embutidos gratuitamente no buscador da Microsoft, pressiona o serviço de buscas do Google.

Analistas consultados pelo "FT" advertiram que a área de publicidade do Google poderia sofrer se seu motor de buscas fornecesse respostas mais completas, geradas por IA, que não exigissem mais que os usuários clicassem nos sites dos anunciantes.

As mudanças também sinalizam como o Google ainda tem dificuldades com uma tecnologia que ameaça sua área de publicidade, quase um ano e meio depois da estreia do ChatGPT.

"A notícia mostra a dificuldade do Google de entender a sua base de clientes, de usuários", diz Gustavo Macedo, cientista político e professor de ética e governança em IA do Insper . "O Google construiu uma imagem, uma reputação, principalmente a partir de produtos que eram vistos como gratuitos. O usuário não pagava para utilizar, mas, em troca, fornecia seus dados, que eram usados para alimentar os motores de busca e melhorar a qualidade dos anúncios."

"Seria peculiar vermos um dos grandes players de publicidade do mundo passando a cobrar por serviços para que o usuário não tenha publicidade", observa Maurício Felício, professor de comunicação e publicidade da ESPM e chefe de mídia da agência de publicidade Energy BBDO. "O modelo bloqueia a publicidade, a receita da empresa e o alcance das marcas sobre os usuários, que seguem pagando a plataforma com seus dados, além do valor monetário."

Alphabet
Cotação* a cada 15 minutos - US$/ação

Variação		Valor de mercado
-2,83%	43,75%	US$ 1,9 trilhão
No dia	12 meses	

Fontes: Valor PRO e Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data. *Listada na Nasdaq

Restringir a oferta da IA generativa a serviços pagos por assinatura, que pressupõem a inexistência de publicidade, pode ser uma jogada prejudicial a uma empresa cujo buscador é responsável por 55,6% de sua receita total. No quarto trimestre de 2023, as buscas geraram uma receita de US$ 48,02 bilhões para a Alphabet, o que representou alta de 12,7% em base anual.

O Google se apresenta até hoje como uma empresa de anúncios, de propaganda. A notícia de que novos produtos serão cobrados deve ser vista com cautela, opina o professor do Insper. Ele lembra que a "big tech" já oferece alguns serviços pagos, como, por exemplo, maior espaço de armazenamento no Google Drive, uma plataforma na nuvem computacional. O problema, segundo o Macedo é a comunicação sobre a iniciativa dar a entender que os serviços hoje gratuitos passem a ser pagos.

Para Marcos Medeiros Raimundo, professor do Instituto de Computação da Universidade de Campinas (Unicamp), o plano parece ser um movimento saudável. "Me parece ser mais um produto para o portfólio das ferramentas de produtividade do Google e parece de acordo com o custo incorrido da operação de grandes modelos de linguagem [LLMs, na sigla em inglês].

O custo das LLMs — softwares que reconhecem e interpretam a linguagem humana — chama a atenção de vários especialistas, bem como o uso de conteúdo jornalístico pelas IAs sem autorização dos seus proprietários intelectuais.

WORLD ECONOMIC FORUM/ GREG BEADLE

O Google, controlado pela Alphabet, do CEO Sundar Pichai, tem 91,4% do mercado de buscas

Macedo, do Insper, fala dos elevados custos de funcionamento da IA, dos data centers, dos microprocessadores e do consumo energético: "O Google está diante de um dilema, que é projetar a sustentabilidade econômica do próprio modelo de negócio porque o funcionamento e o processamento da inteligência artificial são muito mais caros em relação ao sistema atual tradicional".

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) diz ao **Valor** que desconhece que tenha sido feito qualquer pagamento ou acordo de autorização de uso de conteúdos jornalísticos por parte de desenvolvedores de IA no Brasil. "Na verdade, até onde sabemos, os LLMs podem ter capturado todos os conteúdos jornalísticos, incluindo aqueles em arquivos digitais, sem pedir autorização, e os utilizam sem respeito a direitos autorais", diz Marcelo Rech, presidente-executivo da ANJ. "Mais recentemente, os desenvolvedores estão explicando como esses conteúdos podem ser bloqueados pelos crawlers [robôs que fazem varreduras para indexar conteúdos]. Mas, pode ser tarde demais porque sequer se sabe o que foi ingerido pelos LLMs."

A ANJ tem orientado os veículos a alterarem os termos de uso de seus conteúdos para reforçar a desautorização de uso por ferramentas de IA sem acordo prévio.

A IA generativa eleva o nível de dificuldade das negociações entre plataformas digitais e produtores de conteúdo, prevê Rafael Evangelista, conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), representante da Comunidade científica e tecnológica.

"Na definição de critérios para uma distribuição de recursos, o Google vai querer ficar com uma boa parte, argumentando que a IA tem um alto custo", afirma Evangelista. "É uma negociação assimétrica entre uma grande plataforma, com uma posição praticamente monopolista no setor de buscas, e pequenos produtores [de conteúdo]."

Procurado pelo **Valor**, o Google negou que esteja "trabalhando ou considerando uma experiência de busca sem anúncios". Diz que continuará criando "novos recursos e serviços premium para aprimorar nossas ofertas de assinatura em todo o Google" e que não há "nada para anunciar no momento". O Google acrescentou que já atende a "bilhões de pesquisas" com seus experimentos de IA generativa em buscas, com "um crescimento positivo nas consultas em todos os nossos principais mercados".

Sobre a possibilidade de os concorrentes decidirem seguir os passos da "big tech", se houver cobrança do serviço, o professor do Insper se mostra cético. Em sua opinião, esses gigantes sempre cobrarão por serviços premium, como a OpenAI faz com o ChatGPT 4.0 ou a versão empresarial. A assinatura do ChatGPT 4.0 custa US$ 20 por mês (R$ 100,46 pela cotação desta quinta-feira). "É bastante para a população brasileira", diz Macedo. Mas ele diz acreditar que as edições anteriores, como o ChatGPT 3.5, devem continuar gratuitas, sustentadas pelos dados dos usuários.

Sobre o tráfego de resultados de buscas a produtores de conteúdo, o Google disse que sua Experiência de Pesquisa Generativa (SGE, na sigla em inglês), ainda em fase experimental, continua "a priorizar abordagens que enviem tráfego para os sites de um amplo número de criadores de conteúdo, incluindo veículos de comunicação, para continuar a promover uma web saudável e aberta".

A Microsoft não quis comentar, alegando que está em período de silêncio devido ao balanço que será divulgado no dia 23.

CEO do YouTube manda recado à OpenAI

Bloomberg

O uso de vídeos do YouTube , empresa pertencente à Alphabet, para treinar o gerador de textos para vídeos da OpenAI, dona do ChatGPT, seria uma infração dos termos de serviço da plataforma, disse nesta quinta-feira o executivo-chefe (CEO) do YouTube, Neal Mohan.

Em suas primeiras observações públicas sobre o assunto, Mohan disse não ter conhecimento em primeira mão se a OpenAI usou, de fato, vídeos do YouTube para refinar sua ferramenta de criação de vídeos alimentada por inteligência artificial (AI), chamada Sora. Mas se esse for o caso, seria uma "violação clara" dos termos de uso do YouTube, disse ele.

"Do ponto de vista de um criador, quando ele faz o 'upload' [subir um arquivo à internet] de seu trabalho árduo em nossa plataforma, ele tem certas expectativas", disse Mohan à Bloomberg.

"Uma dessas expectativas é que os termos de serviço serão cumpridos. Eles não permitem coisas como o 'download' [baixar um arquivo] de transcrições ou bits de vídeo, e isso é uma violação clara de nossos termos de serviço. Essas são as regras em termos de conteúdo em nossa plataforma."

Tem havido muito debate público sobre quais materiais a OpenAI está usando para treinar os modelos de IA que sustentam softwares populares como o ChatGPT e o DALL-E. A Sora e outras ferramentas de IA generativa funcionam sugando todo tipo de conteúdo da internet e usando os dados como base a partir da qual as ferramentas podem gerar novos conteúdos, incluindo vídeos, fotografias, textos narrativos e mais.

À medida que companhias como OpenAI, Google e outras correm para desenvolver inteligências artificiais mais poderosas, elas buscam obter o máximo de conteúdo possível para treinar seus modelos de IA para obter resultados de melhor qualidade.

Google e YouTube são empresas da Alphabet. A OpenAI, que é apoiada pela Microsoft, não respondeu imediatamente a um pedido para comentários. A diretora de tecnologia da OpenAI, Mira Murati, disse em uma entrevista ao "The Wall Street Journal" no mês passado, que não tem certeza se a Sora foi treinada com vídeos gerados por usuários do YouTube, Facebook e Instagram.

O "The Wall Street Journal" informou esta semana que a OpenAI discutiu o treinamento de seu modelo de linguagem ampla de última geração GPT-5 com transcrições de vídeos públicos do YouTube, citando fontes a par do assunto. Mohan disse que o Google segue os contratos individuais do YouTube com os criadores, antes de decidir se vai usar ou não vídeos da plataforma no treinamento de seu próprio poderoso modelo de IA, o Gemini.

"Muitos criadores têm diferentes tipos de contratos de licenciamento em termos de seus conteúdos em nossa plataforma", disse Mohan. Embora "alguma parte dessa coleção do YouTube possa estar sendo usada" para treinar modelos como o Gemini, o Google e o YouTube garantem que o uso dos vídeos como dados de treinamento para a IA da Google está "de acordo com quaisquer termos de serviço ou o contrato que o criador tenha assinado" de antemão, disse ele.

KYLE GRILLOT/BLOOMBERG

" Isso é uma violação clara de nossos termos de serviço"
Neal Mohan

Dona da Gucci paga € 1,3 bi por edifício em Milão

Luxo

Dow Jones Newswires, de Barcelona

A Kering, proprietária da Gucci, está comprando um edifício histórico no bairro da moda de Milão por cerca de € 1,3 bilhão (US$ 1,41 bilhão), expandindo a sua presença numa das avenidas mais icônicas do mundo, à medida que procura injetar nova vida na sua marca principal.

A Kering informou que o edifício, construído no século XVIII no famoso "quadrilátero da moda" da cidade, inclui mais de 5 mil metros quadrados de espaço comercial, tornando-o um dos maiores na rua comercial de luxo, Via Monte Napoleone.

A gigante francesa de luxo, que também possui as marcas Yves Saint Laurent e Balenciaga, disse que está comprando a empresa proprietária do imóvel na Via Monte Napoleone 8 de uma subsidiária da Blackstone Property Partners Europe, como parte do esforço da Kering para garantir o que considera locais altamente desejáveis para suas casas de moda.

A Blackstone adquiriu a propriedade em novembro de 2021, quando assumiu o controle da Reale Compagnia Italiana, uma empresa italiana que possui um portfólio de ativos no centro da cidade de Milão. Um porta-voz da Blackstone disse que o acordo com a Kering mostrou "uma demanda excepcional dos investidores por imóveis de alta qualidade nos mercados mais fortes".

A Via Monte Napoleone é uma das ruas comerciais mais caras do mundo e o coração do bairro da moda de Milão, repleta de compradores dispostos a adquirir bolsas, joias e roupas de alta qualidade.

A transação é a maior compra imobiliária da Kering até agora neste ano e ocorre quase três meses depois de o grupo ter anunciado que estava comprando propriedades na Quinta Avenida, ma cidade de Nova York.

5 mil
metros quadrados na Via Monte Napoleone

A Kering concordou em pagar US$ 963 milhões por uma propriedade de cerca de 10,7 mil metros quadrados no número 715-717 da Quinta Avenida, na esquina sudeste da 56th Street, depois de ter adquirido recentemente propriedades na Avenue Montaigne e na Rue de Castiglione, em Paris.

O acordo surge num momento em que a principal marca da Kering, a Gucci, continua a enfrentar desafios, particularmente na região da Ásia-Pacífico. A empresa disse no mês passado que esperava que as vendas da Gucci no primeiro trimestre caíssem quase 20% no ano, com as vendas do grupo caindo aproximadamente 10%.

Curtas

Paramount e Skydance

As ações da Paramount fecharam em queda de 8,51% na Nasdaq, com a notícia que a empresa está perto de um acordo de fusão com a Skydance. Na quarta-feira, o diário "The Wall Street Journal" disse que os conselhos de Paramount e Skydance aprovaram o início de negociações exclusivas. O grupo controlado pela família Redstone rejeitou uma proposta de aquisição de US$ 26 bilhões da gestora Apollo Global e outras sondagens de Netflix e Warner Bros. Discovery. Agora, a Paramount, dona dos estúdios de mesmo nome, da plataforma de streaming Paramount+ e de canais como CBS e Nickelodeon, não poderá receber novas ofertas nos próximos 30 dias.

Disney

A Disney informou que planeja reprimir o compartilhamento de senhas seu serviço de streaming, começando em alguns países em junho, antes de uma implementação mais ampla em setembro. O CEO da Disney, Bob Iger, revelou o cronograma para limitar o compartilhamento de senhas em uma entrevista à "CNBC" na quinta-feira (4), um dia depois de a empresa derrotar o ativista Nelson Peltz em uma disputa por assentos no conselho. Iger não disse quais países seriam os primeiros. A empresa há meses afirma que uma iniciativa de repressão está por vir na tentativa de cortar custos e tornar o Disney+ e o Hulu lucrativos. A Netflix no ano passado começou a reprimir o compartilhamento de senhas.

Energia Gestora era apontada como potencial compradora da fatia de 13,87% vendida pela Tarpon

Por que a Actis ficou de fora da oferta da Serena

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

Numa oferta de ações em que a Tarpon vendeu 13,87% do capital da Serena, a Actis era apontada como potencial compradora — mas não participou do "follow-on". A ausência do fundo entre os compradores não tem a ver com uma revisão de sua aposta na companhia de energia, garante Nicolas Escallon, sócio da gestora.

"Não compramos por limitações legais, e não por falta de comprometimento com a companhia. Adicionar participação romperia o limite de exposição do fundo e nosso contrato com os investidores é sagrado", diz Escallon, colombiano que está na Actis há 12 anos e comanda o escritório brasileiro.

A Actis tem 26,83% da Serena e, após a oferta da Tarpon, tornou-se a maior acionista. A Tarpon mantém 19,15% após a venda. Ele destaca que nada muda no acordo de acionistas entre Actis, o fundador Antonio Bastos e a Tarpon, já que as ações vendidas não faziam parte da posição signatária.

Segundo Escallon, a Tarpon já tinha informado à Actis, quando chegou à companhia, que a maior parte do capital que tinha na Serena era permanente, mas uma parcela estava num fundo que ia expirar e teriam que vender em algum momento.

"Adoraríamos ter entrado na oferta, até porque o preço estava mais baixo do que pagamos quando montamos nossa posição e o negócio está indo bem", diz Escallon. A Actis comprou papéis a R$ 13,50 e depois a R$ 16. No follow-on, a ação foi vendida a R$ 9. "A companhia tem uma base grande de ativos de alta qualidade e todos em operação neste ano. No último ano e meio, a Serena entregou um plano enorme de investimentos, cumprindo prazo e orçamento."

Para entregar um volume alto de investimentos, incluindo a expansão americana, a alavancagem empinou. "A desalavancagem vai acontecer à medida que os projetos são concluídos", diz o gestor.

O Ebitda da Serena no quarto trimestre aumentou 46%, para R$ 569 milhões, enquanto o lucro líquido ficou praticamente estável, a R$ 145 milhões. No ano, saiu de prejuízo em 2022 para lucro de R$ 62 milhões. A dívida líquida da empresa é de R$ 9,7 bilhões, numa alavancagem de 3,8 vezes no portfólio operacional e de 6 vezes quando considerado também o portfólio que ainda estava em desenvolvimento.

Escallon não descarta interesse em leilões de energia no país, programados em diferentes segmentos. Mas diz que a estratégia hoje é atuar por meio da investida. "Nosso veículo atualmente para renováveis é a Serena", diz.

A Actis ajudou a estruturar companhias de energia no país quando a base de ativos em renováveis ainda era pequena. "Não tinha muito ativo à venda, as empresas precisam ser formadas. Agora, a base de ativos é grande", diz o sócio da gestora.

Em 2021, a gestora vendeu a Echoenergia para a Equatorial, numa transação de R$ 10 bilhões — R$ 7 bi de equity e o restante em dívida. Em 2022, vendeu a Atlas Renewable para a Global Infrastructure Partners (GIP) — que repassou à Engie um ano depois. Naquele ano, acertou o aporte na Serena, que na época se chamava Omega.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Equidade Foco do Ministério do Trabalho e Emprego é identificar diferença de remuneração sem justificativa, fruto de preconceitos e vieses

Na pauta de gênero, empresas discutem igualdade de salário

PRÁTICA ESG

Suzana Liskauskas
Para o Prática ESG, Do Rio

A sanção em julho da Lei nº 14.611/2023, conhecida como Lei da Igualdade Salarial, foi vista por muitos especialistas como um marco na luta contra a desigualdade de gênero no Brasil. Mas, a exigência de publicação duas vezes ao ano de valores e critérios de remuneração de funcionários, tirou da zona de conforto lideranças de empresas.

"Anteriormente à publicação da lei, quando eu abordava o tema de equidade salarial, em mais de 90% das empresas, a resposta era: 'isso não é um desafio para nós'. Porém, quando eu sugeria analisar os números, não havia predisposição para expor métricas e discutir o tema com profundidade", diz Margareth Goldenberg, CEO na Goldenberg Diversidade e gestora Executiva do Movimento Mulher 360.

O prazo para envio do primeiro Relatório de Transparência Salarial de Critérios Remuneratórios das companhias terminou em 31 de março e seu descumprimento está sujeito a multa e sanções. "Tenho falado com lideranças nos fins de semana e até nas madrugadas. Só esse efeito da lei já é muito positivo, porque conseguimos que as empresas passem a olhar os dados. A única forma de detectar a existência de problemas é mapear e verificar os indicadores", afirma.

Sob a ótica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Lei 14.611 avança ao exigir das empresas a transparência de informações e promover discussões. O próprio Ministério reconhece que, embora a igualdade salarial entre mulheres e homens esteja prevista desde 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na prática, ela não vem sendo cumprida.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad) indicam recorde histórico de ocupação feminina em 2023. No ano passado, cerca de 43,3 milhões de mulheres estavam trabalhando, enquanto, em 2022, eram 42,6 milhões. No entanto, os homens continuam sendo maioria nos cargos de "direção e gerência".

Essa disparidade fica ainda mais clara no 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, divulgado no fim de março pelo MTE e Ministério das Mulheres. O documento expõe que, em média, a remuneração das mulheres é 19,4% menor que a dos homens. A discrepância aumenta para 25,2%, quando são analisados cargos de dirigentes e gerentes.

"Uma coisa é diferença salarial média de grupos, outra é quando os valores diferem porque homens e mulheres desempenham funções diversas, têm níveis diferentes de experiência e outros fatores que explicam essa diferença", comenta Goldenberg.

A consultora orientou os clientes a fazer essas distinções qualitativas na aba complementar do relatório, descrevendo plano de cargos e salários e quais são os indicadores que levam à diferença. "A diferença salarial que não se explica por todas essas variáveis legítimas poderá ser atribuída à inequidade salarial, por gênero, raça, etnia. O foco da fiscalização do MTE é detectar e corrigir essa diferença inexplicável", explica.

Para Fernanda Garcez, sócia e responsável pela área trabalhista do Abe Advogados, a 14.611 é relevante porque pode cobrir a ineficiência do artigo 461 da CLT, que estabelece requisitos objetivos para equiparação salarial.

"A lei traz um escopo maior que o art. 461, cria mecanismos de transparência salarial, incrementa a fiscalização, estabelece canais específicos de denúncia e promove a implantação de programas de diversidade. É uma pressão, de fato, para que a sociedade olhe de frente para a desigualdade", diz.

Ela cita que exigir a divulgação da remuneração em mídias sociais, sites e aos empregados contribui ao debate. Porém, Garcez lembra que, é preciso tratar também a falta de mulheres em cargos de liderança.

Apesar de comemorada por alguns, a pressão pela divulgação de remuneração desencadeou ações judiciais movidas por associações de classe e sindicatos que buscam garantir às empresas o direito de não publicar os relatórios. Entre as alegações, está a violação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LPGD).

Para especialistas, é questionável esse argumento, uma vez que o formato do relatório não discrimina salários por cargos, o que poderia levar à exposição de informações sensíveis sobre, por exemplo, pagamento de lideranças em empresas menores. O que é pedido no texto, na verdade, é que a empresa faça um agregado geral de remuneração média de homens e outro da de mulheres.

"Houve uma comoção sobre a possibilidade de esses relatórios ferirem a LGPD, mas a lei foi muito cuidadosa. No modelo do relatório, não há ofensas à LGPD, porque o foco está em grupos e não na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Não tenho como identificar pessoas olhando para os relatórios, que trazem uma média salarial de homens e outra de mulheres", detalha Garcez.

Em março, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) levaram a discussão ao Supremo Tribunal Federal (STF). O assunto ainda está em análise pelo relator, o ministro Alexandre de Moraes. Segundo as entidades, há o temor da aplicação de penalidades sem que haja prazo para corrigir eventuais erros de inclusão de informação no eSocial.

Mas essa alegação é frágil, segundo Goldenberg, porque o MTE está aberto ao diálogo e tem mostrado predisposição a discutir inúmeras dúvidas e questões trazidas pelas empresas. "Fizemos várias oficinas para tirar dúvidas junto com o MTE. Impetrar ações não é o caminho. No Ministério, há o reconhecimento de que os processos podem melhorar e estão abertos ao diálogo", afirma Goldenberg.

Para Maíra Liguori, diretora da Think Eva, consultoria especialista em equidade e gênero no mercado corporativo, as empresas deveriam estar direcionando os esforços para cumprir a lei e não derrubá-la. A argumentação das empresas que moveram ações vai contra a implementação das políticas que possam garantir a igualdade salarial de fato.

"No cerne da discussão, temos questões como a economia do cuidado e a maternidade, como pedágios que trazem essa desvalorização do trabalho da mulher", diz.

Priscila Schwerter, advogada trabalhista do escritório Peluso, Stupp e Guaritá Advogados, ressalta que a 14.611 identifica distorções nas empresas e traz diretrizes para mitigar o problema, mas acredita que há legitimidade dos pleitos feitos pelas confederações. "No meu entendimento, as discussões que estão ocorrendo agora deveriam ter sido feitas anteriormente à sanção da Lei", diz.

ABE ADVOGADOS/DIVULGAÇÃO

Fernanda Garcez, do Abe Advogados: lei traz um escopo maior que o artigo 461 da CLT e incrementa a fiscalização

Dose dupla Reunir o SUV e a novidade aquática custa mais de R$ 1 milhão, e vale a pena!

Audi SQ8 e 1º jet ski elétrico têm muito em comum

André Schaun
Da Autoesporte

O céu carregado e os relâmpagos já antecipavam a tempestade que chegaria. Na caminhada do elevador do prédio até a garagem, a céu aberto, acelero o passo — os primeiros pingos começam a cair. Entro no Audi SQ8 Sportback e-tron, ligo o SUV elétrico de R$ 864.990 e o limpador automático do para-brisa começa a trabalhar. No imaginário das pessoas, enfrentar chuva forte com carro elétrico pode ser perigoso, principalmente se pegar alagamento.

Mas esse risco não existe, porque as baterias são muito bem seladas. E você ainda está livre do famoso "calço hidráulico", tão comum em carros a combustão durante enchentes. Poucas horas depois, eu estaria boiando na água com um veículo elétrico, mas não o que você está pensando. Refiro-me ao Ventura Taiga Orca Performance, primeiro jet ski elétrico do mundo, que chega ao Brasil por R$ 149.990. Neste caso, existe algum perigo?

Vamos por partes. Primeiro, o SQ8. O trânsito de São Paulo pela manhã é intenso nos dias de semana. E quando chove, piora. Da minha casa até o Yacht Club Santo Amaro são quase 30 km. O conforto do SUV cupê ameniza o trajeto.

Extrair muito dos três motores elétricos (dois traseiros e um dianteiro), com 503 cv e 99,2 kgfm, fica difícil no trânsito, mas a suspensão pneumática se adapta tão bem ao solo irregular que faz o elétrico de 2.715 kg parecer flutuar no asfalto. Só um detalhe tira o conforto e provoca tensão: os retrovisores externos por câmera.

A posição do olhar e a noção de proximidade e profundidade são totalmente diferentes dos espelhos convencionais. As imagens dentro do carro são reproduzidas em telas posicionadas acima das maçanetas. É preciso baixar a cabeça, e a linha do olhar não é contínua em relação ao volante, o que é estranho. Olhar para o retrovisor no trânsito é instintivo. Até se acostumar que, no lugar deles, há duas câmeras mais abaixo, você passa muito frio na barriga, especialmente ao trocar de faixa em uma via com trânsito, na chuva. A boa notícia é que elas são opcionais, em um pacote de R$ 15 mil. Quem não quiser, pode comprar o SQ8 e-tron com retrovisores normais.

DIVULGAÇÃO
O SUV elétrico custa no mercado brasileiro R$ 865 mil, enquanto o Taiga Orca sai por R$ 150 mil

DIVULGAÇÃO

O Orca tem relação peso/potência similar a de carros superesportivos

Quarenta minutos depois do previsto, por causa do trânsito, chego ao Yacht Club. A chuva dá lugar ao sol e troco o SUV de mais de duas toneladas, com baterias de 114 kWh, por um jet ski elétrico de pouco mais de 300 kg e baterias de 24 kWh. O cenário também muda: em vez da movimentada Marginal Pinheiros, estou na Represa Guarapiranga, cercada de árvores e pássaros cantando.

O Ventura Taiga Orca Performance é fabricado pela Taiga Motors no Canadá, de onde vem para o Brasil via Ventura Marine. A moto aquática tem impressionantes 160 cv de potência e 17,3 kgfm de torque. É mais do que muito carro. A velocidade máxima é limitada a 100 km/h. Já o elétrico da Audi leva 4,5 segundos para atingir essa marca e chega a 210 km/h de máxima, também controlados eletronicamente.

No universo automotivo, a relação peso/potência e peso/torque, que nada mais é do que a divisão de potência e torque pelo peso do carro, diz muito sobre o seu desempenho. Por exemplo, o SQ8 Sportback e-tron tem 2.715 kg e 503 cv. Portanto, ao dividir sua potência pelo peso, temos 5,39 kg/cv; já no que tange ao torque, chegamos a uma relação de 27,36 kg/kgfm.

O Taiga Orca pesa 335 kg e tem 160 cv, chegando a incríveis 2,09 kg/cv de relação peso/potência. Tal número é similar ao de superesportivos de Ferrari e Lamborghini. Na relação peso/torque, o jet ski alcança 19,36 kg/kgfm. Quando dou a partida por botão no Taiga Orca, o único barulho que ouço é dos pássaros cantando alto para anunciar que a chuva vai voltar. Não dá para escutar o ruído do motor, assim como nos carros elétricos.

A posição de pilotar é bem confortável. O jet ski tem capacidade para duas pessoas, mas vou sozinho. Do lado direito do guidão ficam o acelerador e os botões de acionamento dos modos de condução: Wild, Sport e Range. Do lado esquerdo, o freio e a regulagem do power trim, sistema que possibilita ajustar a inclinação da moto aquática em relação à água. Quanto mais negativo for o ajuste, mais o jet ski "gruda" na água; quanto mais positivo, mais levantado ele fica. É como se fosse um ajuste de suspensão a ar, comparando com o SQ8 e-tron.

Sabe o torque instantâneo dos carros elétricos? O mesmo acontece com o jet ski. É só apertar o acelerador com a mão direita que a moto aquática responde na hora. O tranco é forte, assim como no SQ8 — se não tivesse trânsito para atrapalhar seu desempenho. Como o acelerador e o guidão são sensíveis, leva um pouco de tempo para pegar o movimento e ficar na trajetória correta.

Enquanto o SUV parecia flutuar sobre o asfalto com tanto conforto, o jet ski se comporta como aquele carro que "passarinha" a frente quando você acelera muito rápido. É uma inversão de papéis. Confesso que a pouca experiência com motos aquáticas pesou para meu desempenho desgovernado no começo, me deixando um pouco tenso. Afinal, o tempo de teste era curto e o jet ski nem sequer retrovisor tinha. Mas, nesse caso, não fez falta.

"Nada como a prática", já dizia meu pai. Com o tempo, deu para pegar melhor o jeito de domar a Orca elétrica. Deixei o trim o mais baixo possível e coloquei no modo Wild, que extrai o melhor do jet ski. É como colocar o SQ8 no modo Sport Plus e deixar a suspensão mais próxima do solo. Isso melhora a aerodinâmica. Eu não atingi a velocidade máxima, mas deu para chegar pelo menos aos 70 km/h — na água parece ser muito mais. Uma coisa é fato: jet ski elétrico é divertido demais.

As baterias ficam na parte central da moto aquática, o que melhora a estabilidade em função do centro de gravidade baixo. Mas é perigoso um jet ski elétrico? De acordo com a Ventura Brasil, não. Além de estarem muito bem isoladas, as baterias têm uma função que praticamente desabilita o fluxo de energia em caso de colisão ou quebra do casco. Em relação à autonomia, o SQ8 Sportback pode rodar 303 km, segundo o Inmetro. No caso do jet ski, o alcance é calculado por hora: duas horas, mais precisamente.

Posso me gabar de não ter caído na água. Só me molhei porque a tempestade veio com força depois do teste (bem que os pássaros avisaram). Tensão não faltou nesse dia — pelas tempestades, pelo trânsito intenso, pela dificuldade com o retrovisor por câmera ou por aprender algo novo. Se você tem R$ 1 milhão, juntar essa dupla é interessante: garante conforto no dia a dia com o SQ8 e diversão nos fins de semana com o jet ski. Tudo elétrico, sem poluir. E quer um conselho? Economize R$ 15 mil e mantenha os retrovisores do e-tron por espelho. Reduzirão sua tensão no trânsito.

O Audi SQ8 Sportback e-tron suporta recargas se até 170 KW; assim, a bateria vai de 10% a 80% em 31 minutos. Já em um Wallbox de 22 Kw, a recarga completa leva cerca de 5 horas. Em tomadas de 220v, a do jet ski elétrico leva de 7h a 8h. Em wallbox de 3,5 kw, demora 40 minutos.

Fiat Fastback Abarth, com 185 cv, é nervoso como todo escorpiano

Raphael Panaro
Da Autoesporte

Nascidos entre 23 de outubro e 22 de novembro, segundo a astrologia ocidental, são do signo de Escorpião. Para os astrólogos, os escorpianos "têm personalidade forte e marcada por uma aura de poder", com "a intensidade como característica marcante". Em 26 de outubro de 2023 surge o Fiat Fastback Abarth, segundo produto da divisão esportiva da fabricante italiana, hoje uma marca do Grupo Stellantis (que ainda reúne Ram, Peugeot, Citroën e Jeep). E o símbolo da Abarth é um escorpião.

Acomodo-me no confortável banco esportivo revestido de couro com costuras vermelhas, piso no freio e aciono o botão de ignição. O motor 1.3 turbo — de Pulse Abarth, Toro, Renegade, Compass e Commander — desperta diferente: grave e rouco. A partida a frio, com a acústica da minha garagem, eleva os decibéis. Pareço estar a bordo de um carro muito mais caro do que os R$ 160.990 cobrados pela versão. O escapamento foi trabalhado para deixar o barulho mais estridente e presente. Além disso, são 185 cv e 27,5 kgfm — potência e torque suficientes para colocar o SUV entre os mais rápidos do segmento.

Em nossa pista de testes, o Fastback Abarth fez o zero a 100 km/h em 8,2 segundos (gasolina), 0,2 s a mais que o divulgado pela Fiat. Com etanol, a marca fala em 7,6 s — parelho com o Citroën C4 Cactus THP. As retomadas também são robustas: 3,4 s de 40 a 80 km/h; 4,1 s de 60 a 100 km/h; 4,9 s de 80 a 120 km/h.

Já a frenagem poderia ser melhor se o conjunto traseiro fosse a disco em vez de tambores: 60 a 0 km/h em 16,3 metros; 80 a 0 km/h em 27,7 m; 100 a 0 km/h em 43,4 m. Um VW T-Cross, por exemplo, precisa de 13,6 m, 23,1 m e 37,9 m, respectivamente. Por outro lado, o consumo é bom: 9,8 km/l (urbano) e 12,6 km/l (rodoviário), números bem próximos dos 10,3 km/l (cidade) e 13,1 km/l (estrada) aferidos pelo Inmetro.

O visual do Fastback Abarth chama a atenção, mas sem exageros. As rodas de 18 polegadas têm design exclusivo e um detalhe vermelho adornando o contorno do pneu. O friso que divide o capô dos faróis é de fibra de carbono nessa versão.

DIVULGAÇÃO
Ao preço de R$ 161 mil, modelo não tem um rival direto no mercado brasileiro

Atrás, há um discreto spoiler preto integrado à tampa do porta-malas. Na contramão, o SUV cupê deixa claro ser um Abarth com o nome gigantesco da submarca na traseira. Pode procurar, mas você não vai encontrar a palavra "Fiat" na carroceria — são nada menos que 13 escorpiões espalhados.

Fora o barulho das duas saídas de escape nas extremidades do parachoque, o Fiat consegue não maltratar os ocupantes mesmo com os ajustes na suspensão, que tem geometria exclusiva, molas mais rígidas e amortecedores 21% mais estáveis. A carroceria está 5 mm mais perto do chão do que em outras versões.

O objetivo é oferecer mais estabilidade e aderência nas curvas rápidas, mas acredito que não veremos o SUV cupê esportivo em "track days" por aí. Outra mudança é vista nos pneus, que são mais largos, nas medidas 215/45 R18. Claro que o conforto não é o mesmo de um Fastback "civil": o carro balança um pouco ao passar por buracos e valetas. Mas a variante envenenada não sofre com pancadas secas nem passa perto de ser desconfortável nesse quesito.

O carro custa R$ 11 mil a mais que o irmão Pulse Abarth e R$ 6.500 acima do Fastback Limited Edition by Abarth, versão logo abaixo que usa o mesmo motor e até aproveita comedidamente o nome da divisão.

Além disso, o Fastback Abarth não tem um rival direto. O possível lançamento do VW Nivus GTS, com o 1.4 turbo de 150 cv, é uma potencial ameaça, mas que até agora não saiu da promessa. Nessa faixa de preço há outro VW esportivo: o Polo GTS, de R$ 151.490, com 35 cv a menos, outra carroceria (hatch).

O Fastback Abarth não tem opcionais. O único item que pode onerar o valor é a pintura. Os tons sólidos vermelho Monte Carlo e branco Banchisa (sempre com teto preto) custam R$ 990. Já o cinza Strato cobra R$ 1.490 a mais. A única opção sem custo adicional é o preto sólido.

Os dois Abarth nacionais trazem o botão Poison (veneno, em português), que muda o mapa do carro. As trocas de marchas do câmbio automático são esticadas e as respostas do pedal da direita ficam 49% mais rápidas — mesmo assim ainda não é direta, há um delay considerável. Aí o barulho vai às alturas, o isolamento acústico não dá conta e o relacionamento da transmissão com o motor (que já não é lá essas coisas no modo Normal) se acirra. Como não estou mais nos meus 20 e poucos anos, a empolgação com essa pujança toda, principalmente o ronco do motor, logo vira um incômodo. O zumbido diminui, mas é constante em marcha lenta, nas acelerações e em velocidade de cruzeiro.

Bioeconomia Grãos ocupam 86% da área do bioma e representam 80% da receita, segundo o OCBio/FGV

Cadeias típicas 'giram' 20% do agro da Amazônia

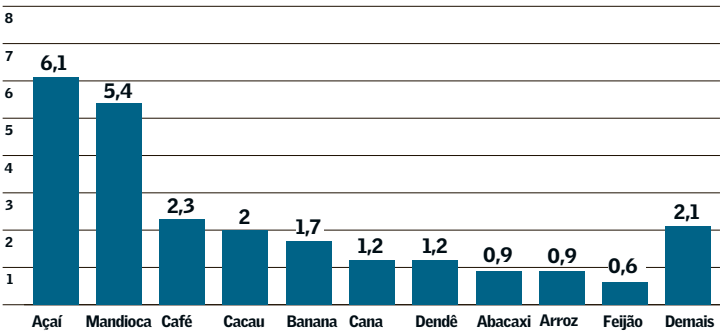
José Florentino
De São Paulo

As cadeias de produção de alimentos tradicionais na Amazônia, como a do açaí e da mandioca, ocupam 13% da área de produção agropecuária no bioma, mas têm uma participação maior no valor de produção local, que chega a 20%. Já os grãos ocupam 86% da área e representam 80% da renda.

A produção agrícola em todo o bioma somou R$ 118,5 bilhões em 2022. Desse total, as cadeias tradicionais responderam por R$ 24,4 bilhões, enquanto soja, milho e algodão renderam R$ 94,1 bilhões. Os dados são da Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, e foram analisados pelo Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV).

A diferença entre as cadeias é bem demarcada pela geografia. Quando são desconsiderados os municípios de Mato Grosso — principal Estado produtor de grãos do país — que fazem parte do bioma Amazônia, o valor de produção dos produtos tradicionais soma R$ 21,9 bilhões, enquanto o valor dos grãos nesses municípios fora de Mato Grosso é menor, de R$ 19,8 bilhões.

Já a ocupação de área de cada cadeia é distinta. Em todo o bioma amazônico, as commodities ocupam 11,2 milhões de hectares, enquanto os produtos típicos ocupam 1,8 milhão de hectares. Se Mato Grosso for retirado das contas, a área de grãos e fibras na Amazônia soma 2,5 milhões de hectares, e os demais produtos, 1,8 milhão de hectares.

A diferença é explicada pelo fato de que 77% da soja, 85% do milho e 96% do algodão produzidos no bioma estão em municípios mato-grossenses. Já praticamente toda a colheita de açaí, mandioca e café amazônicos ocorre fora de Mato Grosso.

Apesar da discrepância de participação na geração de renda no bioma, os pesquisadores do OCBio defendem que a intenção do governo federal de estimular a bioeconomia amazônica precisa abarcar as diferentes realidades.

"Os grãos trazem desenvolvimento para os municípios, mas não podemos desperdiçar os produtos locais", afirma a pesquisadora Roberta Possamai, ao **Valor**.

Talita Pinto, coordenadora de projetos do OCBio, afirma que não existe uma definição universal para bioeconomia, mas defende que as políticas públicas precisam ser pensadas para estimular uma produção sustentável e que gere renda para as comunidades locais que dependem da riqueza da floresta.

"Precisamos parar de olhar de maneira romântica a floresta, entender que a preservação é necessária, mas o desenvolvimento dessa população precisa receber o mesmo valor", defende.

Para ela, um plano de bioeconomia precisa estimular a difusão de conhecimento e de modelos cooperativistas que façam essas cadeias amazônicas ganharem escala e conquistarem mercados de valor agregado, sem tirar suas características de produtos da biodiversidade. "Precisamos de políticas públicas que foquem em educação técnica e geração de conhecimento específico", frisa.

E, apesar da importância ambiental e social das culturas tradicionais da Amazônia, a coordenadora do OCBio também defende que a produção de commodities pode estar inserida em um plano de bioeconomia.

Para Talita Pinto, o potencial que o setor agropecuário tem para recuperar pastagens e adotar técnicas sustentáveis é "gigante", e o agronegócio já mostrou que, com conhecimento técnico, é possível driblar características que não são ideais para produção de algumas culturas.

Bioeconomia na Amazônia
Participação de culturas agrícolas e extrativistas (R$ bilhões)*

Fonte: OCBio, com base em dados do IBGE *Excluídos os dados dos municípios de Mato Grosso

valor.com.br

Cenários
Sem energia, leite vai para o lixo no RS

A falta de energia elétrica em municípios do Rio Grande do Sul, que já dura 15 dias, está afetando o armazenamento e resfriamento de leite, o que levou produtores rurais do Estado a jogar fora parte de sua produção. Na segunda-feira, um grupo de pecuaristas de Arroio Grande protestou derramando leite em frente à agência local da CEEE Equatorial, distribuidora responsável pelo atendimento da região. Mais protestos devem ocorrer.

valor.com.br/agro

Políticas
Preços mínimos de café e laranja

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) reduziu o preço mínimo do café arábica em 6,8%, para R$ 637,91 por saca, que valerá no período de abril deste ano até março de 2025. Para o café conilon, a diminuição foi de 8%, R$ 423,08 por saca. Já para a laranja in natura, o preço mínimo subiu 4,9%, a R$ 23,83 a caixa de 40,8 quilos — o preço terá validade entre julho de 2024 e junho de 2025. Os valores consideram custos de produção.

valor.com.br/agro

Embarque de carne cresceu 25% no primeiro trimestre

Comércio

Paulo Santos
De São Paulo

No primeiro trimestre, as exportações brasileiras de carne bovina cresceram 25,9% em relação ao mesmo período de 2023, para 598,6 mil toneladas, segundo informações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços compiladas pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). A receita com os embarques, por sua vez, aumentou 18,5%, para US$ 2,64 bilhões.

A China, o principal importador, comprou 273,6 mil toneladas, garantindo ao Brasil receita de US$ 1,2 bilhão. O volume das exportações ao mercado chinês aumentou 21,4% e o faturamento, 9,4%. O preço médio do produto, entretanto, caiu 10%, para US$ 4.452 por tonelada.

A segundo maior mercado para a carne bovina brasileira foram os EUA, que importaram 44 mil toneladas, ou 8% a mais do que no mesmo período de 2023. A receita com os embarques, por sua vez, cresceu 13,2%, para US$ 261 milhões. O preço do produto in natura ao país subiu 5,4%.

Os embarques para os Emirados Árabes Unidos foram os que mais cresceram: volume e receita aumentaram mais de três vezes, para 41,1 mil toneladas e US$ 188 milhões, respectivamente.

O presidente da Abiec, Antônio Jorge Camardelli, disse que o aumento da participação dos Emirados Árabes e da Turquia entre os destinos dos embarques deveu-se ao uso dessas rotas como forma de atender indiretamente o Irã.

O México, mercado recentemente aberto para a carne brasileira, começa a mostrar evolução nas exportações. O país importou quase 10 mil toneladas, que movimentaram US$ 46 milhões. "É importante ressaltar que, no mesmo período do ano passado, o Brasil não tinha permissão de embarcar carne para o mercado mexicano", disse Camardelli.

As exportações para Hong Kong, Argélia, Rússia, Filipinas, Líbano e Líbia também cresceram. Em nota, a Abiec afirmou que o aumento das exportações para outros mercados "demonstra o profissionalismo do setor, buscando sempre a diversificação e consolidação cada vez maior, no máximo de países possível".

A entidade observou que o aumento dos preços dos miúdos, que foi de 33,5%, deixou o mercado de Hong Kong mais atrativo às exportações brasileiras. O volume dos embarques a Hong Kong cresceu 45,2% e o faturamento, 94%.

SANEPAR | PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Registro na CVM nº 01862-7 CNPJ nº 76.484.013/0001-45
AVISO AOS ACIONISTAS

A **Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar** informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 81/2022 e às orientações constantes do Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, a acionista Real Investor Asset Management, na qualidade de acionista minoritária e preferencialista da Sanepar, indicou, tempestivamente, a Sra. Joisa Campanher Dutra Saraiva e o Sr. Reginaldo Ferreira Alexandre, às vagas de membros titulares minoritária e preferencialista, respectivamente, do Conselho de Administração da Companhia, cuja Assembleia Geral Ordinária será realizada em 29/04/2024 às 14h00. As informações dos candidatos relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência encontram-se no site de RI da Sanepar.

Curitiba, 02 de abril de 2024.
Abel Demetrio
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

abrasca | SAPR B3 LISTED N2

ITAIPU BINACIONAL

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL
EF 0292-24

Objeto: contratação de Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Executivos (D&O).

Condição de Participação: consórcio binacional formado por companhias seguradoras, sem interveniência de corretoras, estabelecidas no Brasil e no Paraguai.

Caderno de Bases e Condições: disponível nos sites https://compras.itaipu.gov.br ou https://compras.itaipu.gov.py.

Recebimento das Propostas: até às 9h (horário de Brasília) de **06 de junho de 2024.**

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.
Superintendente Adjunto de Compras

Eletrobras Eletropar

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 01.104.937/0001-70 - NIRE 33300162526

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Companhia, à Rua São Bento, nº 01, 9º andar, sala 902, Centro, Rio de Janeiro, RJ, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.eletrobraspar.com.br), no link "Relações com Investidores", os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

NORTE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 12.300.288/0001-07 - NIRE 53.30001164-8
Companhia de Capital Aberto

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
14ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Norte Energia S.A. ("Companhia") convocados, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária - AGO, a se realizar no dia 30 de abril de 2024, às 10h00min, de forma híbrida, comportando participação presencial, na sede da Companhia, localizada no Setor de Edifícios Públicos Sul SEPS Quadra 702/902, Conjunto B, Bloco B, 3º Andar, Edifício General Alencastro, Asa Sul, CEP: 70390-025, e digital, via plataforma Webex, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Apreciar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório da Administração, do Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal; **b)** Dar conhecimento do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **c)** Eleger os membros Titulares e Suplentes para compor o Conselho de Administração, bem como o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho dentre os membros; **d)** Eleger os membros Titulares e Suplentes para compor o Conselho Fiscal; e **e)** Aprovar a proposta de remuneração anual global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024. A Convocação desta AGO foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na 274ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 27.03.2024, em atendimento ao parágrafo 3º do Artigo 8º do Estatuto Social. Conforme detalhado no Manual de Participação em Assembleia da Norte Energia, para sua participação, seja pessoal ou por procurador, o Acionista deverá apresentar comprovante de titularidade de ações de emissão da Norte Energia expedido na data do credenciamento para participação, pela instituição responsável, bem como documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia do último estatuto ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista. Caso tais documentos estejam em língua estrangeira, deverão ser vertidos para o português por tradutor juramentado, não sendo necessária a notarização e a consularização dos mesmos. A Companhia exige o reconhecimento de firma e tradução juramentada dos documentos de representação dos Acionistas. Os Acionistas podem também ser representados por procurador que seja Acionista, administrador ou advogado, constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo, além da documentação pertinente, a procuração com firma reconhecida ou com assinatura digital. Quando o Acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração será examinada antes do início da Assembleia, bem como a titularidade das ações. Participação por meio de plataforma digital: Os Acionistas que tiverem interesse em participar da assembleia de forma digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes aplicáveis, até o dia 26 de abril de 2024 (dois dias úteis antes da realização da assembleia), nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, mediante envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: governanca@norteenergiasa.com.br. Os Acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e/ou não apresentarem os documentos de participação necessários não estarão aptos à participação na assembleia pela via digital. O Manual de Participação em Assembleia da Norte Energia detalha as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os Acionistas possam participar e exercer seu direito de voto, incluindo informações para acesso e utilização da plataforma digital, e está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.norteenergiasa.com.br/pt-br/ri. Todos os documentos e informações necessários para a compreensão da matéria a ser discutida, incluindo a participação e exercício do voto na AGO híbrida, conforme previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, foram disponibilizados aos acionistas por correio eletrônico e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia. **Brasília, 05 de abril de 2024. Rodrigo Limp Nascimento - Presidente do Conselho de Administração.**

Rio de Janeiro

MP CONSTRUTORA/DIVULGAÇÃO

O Miriad, um complexo com quase 13 mil metros de área construída em Arraial do Cabo, tem a fração avaliada em R$ 30 mil

A Região dos Lagos foi a localidade escolhida para o desenvolvimento de três novos empreendimentos deste modelo. O VGV somado pode chegar a R$ 804 milhões

Multipropriedade ganha novos projetos no estado

O modelo de multipropriedade começa a se expandir no Rio de Janeiro. Ainda neste ano, será inaugurado o resort Miriad Arraial do Cabo, na Região dos Lagos, onde também estão em desenvolvimento mais dois novos projetos: o Casa Búzios e o Santé Vivre L'Expérience, em Búzios. Juntos, os empreendimentos somam VGV de R$ 75,6 milhões já lançados, com potencial de chegar a R$ 804,5 milhões.

Os dados são de levantamento da consultoria Caio Calfat, que contabiliza dez multipropriedades em operação no estado, com cerca de R$ 1,5 bilhão em VGV. No Brasil, são 189 projetos, incluindo 83 lançados ou em construção, distribuídos por 81 cidades. O VGV potencial é de R$ 60 bilhões.

"Ainda não fechamos o relatório de 2023, mas podemos afirmar que esse mercado cresceu cerca de 10% no ano passado", estima o consultor Caio Calfat.

Consolidado em todo o mundo, o modelo de compra e usufruto de imóveis por períodos proporcionais ao aporte de capital ainda tem muito campo de expansão no país, em especial no Rio, onde essa modalidade de gestão ainda é pouco explorada.

Vista aérea e sala de banho do icônico Hotel Nacional, em São Conrado, um dos primeiros da cidade do Rio a operar no modelo de multipropriedade

Vice-presidente de Desenvolvimento e Relação com Investidor da Atlantica Hospitality International, Ricardo Bluvol considera o modelo tímido no Rio de Janeiro. A Atlantica é a operadora do Miriad e participa de múltiplos projetos hoteleiros e residenciais com serviço na capital do estado.

"Os imóveis no Rio vêm registrando muita valorização nos últimos anos, o que pode impactar essa janela de desenvolvimento de produtos imobiliários. A curva de crescimento impulsiona mais lançamentos futuros", avalia Bluvol.

Bruno Murta, CEO da MP Construtora, parceira da Atlantica no projeto Miriad, concorda que o Rio está atrasado em relação a alguns polos turísticos em que o modelo já está consolidado. "Serra Gaúcha, Caldas Novas, em Goiás, interior de São Paulo e cidades do Nordeste brasileiro são locais onde se encontram empreendimentos de sucesso com esse perfil", destaca.

Um complexo com quase 13 mil metros de área construída, o Miriad terá 88 unidades de um quarto e varanda e "penthouse" com direito a churrasqueira e jacuzzi. O valor inicial de venda da fração é de R$ 30 mil com direito a uma ou duas semanas de uso por ano, dependendo da cota preestabelecida no ato da compra.

Líder global do segmento de intercâmbio de férias e multipropriedade, a RCI aposta na incorporação de hotéis no Rio para crescer, informa Fabiana Leite, diretora de Desenvolvimento de Novos Negócios na América do Sul. Com mais de 3,9 milhões de clientes em carteira e cerca de 4,2 mil hotéis e resorts afiliados em 110 países, o grupo está entrando no estado por meio de parcerias com o Hotel Nacional, o Casa Búzios e o Santé Vivre L'Expérience.

O icônico Hotel Nacional, projetado por Oscar Niemeyer nos anos 1970, é um dos primeiros multipropriedades da cidade. Começou a ser operado na modalidade em 2021, depois de quase duas décadas fechado.

"Hoje, 40% da carteira é formada por residentes do Rio. A multipropriedade é nossa ferramenta para reposicionar o Hotel Nacional, recuperando o lugar de prestígio que ele sempre teve", diz Leonardo Silveira, diretor de Multipropriedade do hotel, hoje no controle de um consórcio de investidores.

O Casa Búzios, do Grupo ST, tem 130 mil metros quadrados de área na Praia Rasa, incluindo um "beach club". Serão 165 casas no modelo "fractional ownership" e algumas vendidas de forma integral. A fração custa de R$ 115 mil a R$ 314 mil, com duas semanas de uso por ano.

Localizado na Praia de Geribá, o Santé Vivre L'Expérience terá 25 unidades de 41 a 83 metros quadrados. A inauguração está prevista para 2025. As frações, a partir de R$ 45 mil, dão direito a uma ou duas semanas por ano.

FOTOS DE RCI/DIVULGAÇÃO

Recepção, fachada e varanda "garden" do Santé Vivre L'Expérience, em Búzios: fração a partir de R$ 45 mil dão direito a uma ou duas semanas por ano

Acima, foto aérea com a localização do Casa Búzios, na Praia Rasa, que terá um "beach club", no detalhe, uma das casas com fração a partir de R$ 115 mil e direito a 15 dias por ano

Entrevista

ALEX VEIGA, CEO DA PATRIMAR, E CARLOS FELIPE DE CARVALHO, PRESIDENTE DA CARVALHO HOSKEN

A construtora e incorporadora mineira Patrimar fez sua estreia no segmento de alto padrão do Rio de Janeiro em 2021, com o Oceana Golf, na Barra da Tijuca. Logo depois, firmou parceria com a carioca Carvalho Hosken, com 74 anos de mercado, para lançar o Grand Quartier Rio2, com quase mil unidades em dois terrenos contíguos. Nesta entrevista, Alex Veiga, CEO da Patrimar, e Carlos Felipe de Carvalho, presidente da Carvalho Hosken, falam sobre a parceria bem-sucedida, o mercado imobiliário de alta renda na cidade e o futuro do bairro da Zona Oeste, onde as duas empresas atuam.

Como nasceu a parceria entre as duas construtoras?

Carlos Felipe de Carvalho — A produção imobiliária no Rio estava parada, e ninguém sabia para onde o mercado iria. Soubemos que a Patrimar estava se preparando para fazer um belo lançamento na cidade, com preço diferenciado, e ficamos de olho em uma possível parceria. Mostramos ao Alex Veiga o terreno do Rio2, com 33 mil metros quadrados e paisagismo exuberante, um dos mais cobiçados entre os que tínhamos. Ele gostou e assim nasceu nosso primeiro projeto em parceria: o Grand Quartier Rio2.

O alto padrão tem muitos produtos bons. O que, de fato, fisga o cliente?

Alex Veiga — Não oferecer mais do mesmo. É preciso ser ousado na incorporação, no projeto e na forma de colocar o produto na prateleira. Esse é um dos grandes méritos da nossa parceria. Construir para a alta renda fora de onde você nasceu é difícil, porque o jeito de morar da população de cada lugar é diferente. É um trabalho a quatro mãos.

O que difere os compradores de Minas dos do Rio?

Alex Veiga — O mineiro é mais "amarrado", o carioca, mais solto. Por isso, convidamos o cliente a ir à obra e conhecer o empreendimento de perto. São dois mercados completamente diferentes até na forma de comercializar as unidades. Se não houvesse essa escola de aculturamento que a Carvalho Hosken nos proporcionou, a chance de dar errado seria muito grande. ▶▶▶

DIVULGAÇÃO

Alex Veiga e Carlos Felipe de Carvalho

CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM:
valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP:
João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ:
Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA:
imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Câmbio Mudança na percepção sobre diferencial de juros e fluxo de recursos altera perspectivas

Investidor local reduz aposta em valorização do real

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Apesar de ceticismo maior do mercado com o real, Daniel Karp, do Santander, discorda da leitura de que pode haver desvalorização acentuada da moeda

Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

O humor dos participantes do mercado doméstico com o desempenho do real mudou. Se, na virada do ano, a aposta na valorização da moeda brasileira neste início de ano era a grande carta na manga na maioria das gestoras brasileiras, agora o real já deixa de figurar entre as posições favoritas de boa parte do mercado. A perspectiva de redução do diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos e alguma frustração com o fluxo cambial largam na frente entre os principais motivos que têm afastado os agentes da tese de uma forte apreciação do câmbio doméstico.

Foi possível ver neste início de mês uma mudança no humor de parte dos participantes do mercado com o câmbio, que voltou a encostar em R$ 5,10 por dólar nos últimos dias. Isso se refletiu, ainda, na exposição cambial do investidor institucional local. Em janeiro, a posição vendida em dólar (aposta na queda da moeda americana) das gestoras locais via derivativos (dólar futuro, cupom cambial, swap cambial e dólar mini) atingiu US$ 17,4 bilhões.

De acordo com dados da B3, essa aposta na queda do dólar por parte do investidor local diminuiu de forma significativa e totalizava US$ 10,15 bilhões no fechamento dos negócios de quarta-feira.

Entre algumas gestoras importantes, o viés mais otimista com o desempenho do real se esvaiu no momento em que o mercado sucumbiu à percepção de força global do dólar, à medida que agentes financeiros postergaram a visão do início do ciclo de cortes de juros nos EUA pelo Federal Reserve (Fed).

A Genoa Capital revelou ter liquidado as apostas compradas em real (que esperavam valorização da moeda brasileira), enquanto a Legacy Capital disse não projetar uma valorização significativa do real no futuro próximo e preferir “usá-lo como hedge para os demais ativos de risco locais”. A XP Asset Management foi outra casa que passou a comprar dólar contra o real como proteção para posições aplicadas nos juros locais.

O economista Daniel Karp, do Santander Brasil, diz ter observado um ceticismo maior do investidor local em relação ao real, mas discorda de uma leitura de que pode haver uma piora acentuada da moeda à frente. “Nossa visão não corresponde a esse cenário [de ceticismo], assim como não correspondia quando havia um otimismo mais forte no começo do ano, quando havia quem enxergasse o dólar a R$ 4,50”, diz.

“Não vemos razões fundamentais para uma piora mais forte do real. O próprio Banco Central tem adotado uma postura conservadora, ao tirar a perspectiva de mais cortes nos juros, o que, em tese, deveria ser um fator para proteger um pouco a moeda. O fluxo comercial continua forte”, diz. “Mas é comum que, quando o preço muda por algum motivo, as pessoas ficam influenciadas e acabam querendo justificar o movimento.”

O resultado do câmbio contratado no início do ano frustrou a visão de parte dos agentes. A expectativa de que os reflexos da balança comercial no fluxo cambial no primeiro trimestre seriam relevantes perdeu força ao longo do tempo. O resultado bastante negativo do fluxo financeiro surpreendeu os agentes e impediu fôlego adicional do câmbio doméstico.

> “Nossa visão não corresponde a esse cenário [pessimista], assim como não correspondia quando havia forte otimismo”
> *Daniel Karp*

Dados do Banco Central divulgados ontem apontam que o fluxo cambial ficou positivo em US$ 4,8 bilhões no primeiro trimestre. No entanto, no período, houve saída de US$ 9,85 bilhões da conta de capital, compensada pela entrada líquida de US$ 12,62 bilhões na conta comercial. Foi o pior resultado do fluxo financeiro nos três primeiros meses do ano desde 2020.

Na avaliação de Karp, do Santander, a saída mais forte de dólares do Brasil pela conta financeira neste ano se deu mais porque parte do prêmio de risco no país já havia sido eliminada no ano passado, o que retirou espaço para os ativos domésticos apreciarem adicionalmente no contexto atual. Além disso, para ele, oportunidades em outros mercados se mostraram melhores que as do mercado local.

“Se olharmos para o começo do ano passado, havia muitos ruídos em torno da meta da inflação, sobre o fim do teto de gastos e a incerteza de um novo arcabouço fiscal. Isso fez com que os ativos brasileiros ficassem com mais prêmio embutido nos preços, deixando-os mais baratos”, avalia Karp. Isso levou, na visão do economista, o investidor estrangeiro, que é menos sensível às questões domésticas, a perceber uma oportunidade no Brasil, o que intensificou os fluxos para o país ao longo de 2023.

“Neste ano, o ambiente é outro: o nível dos preços dos ativos não está tão baixo. Muito do prêmio foi eliminado, o que tornou o mercado brasileiro menos atrativo do que no passado. Ao mesmo tempo, há mercados que chamam mais atenção, como o mexicano”, nota.

Algumas casas, como a Legacy, têm se valido de posições vendidas em real e compradas em peso mexicano — uma aposta que tem se mostrado bastante forte neste ano. O real está nas mínimas históricas em relação ao peso, após ter caído 5,73% desde o início do ano.

“Não gostamos do real hoje”, disse Marcio Appel, sócio-fundador da Adam Capital, durante “call” da gestora na última terça-feira. O cenário macroeconômico projetado pela gestora aponta para uma erosão do diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos que tende a ser mais pronunciada. “Se tem algum lugar onde parece claro que a economia está acelerando é o Brasil. Estamos cortando juros com uma inflação que mostra resiliência maior e com a economia acelerando, enquanto nos EUA ainda há dúvidas sobre quando os juros serão cortados.”

Esse cenário, na visão de Appel, se manifesta no comportamento da moeda. Para ele, o câmbio será o escape desse cenário de redução do diferencial de juros “e, em algum momento, é possível que bata no mercado de juros no Brasil”. Para ele, com uma situação fiscal expansionista e uma política monetária mais flexível, a tendência é o real sofrer à frente. “Temos um portfólio que reflete essa política monetária mais expansionista, com posição comprada no dólar contra o real”, afirmou o executivo.

Dólar se mantém forte com Fed mais conservador

Gabriel Caldeira
De São Paulo

A perspectiva de uma política monetária mais conservadora do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), após indicadores de atividade, inflação e mercado de trabalho mais fortes nos Estados Unidos no primeiro trimestre, levou a uma apreciação ampla do dólar em relação às principais moedas pares. Embora o mercado mantenha a sua previsão de que o Fed começará a cortar os juros neste ano, a resiliência da economia aponta para uma divisa americana mais apreciada no curto prazo.

Desde o começo de 2024, o DXY, índice que mede a variação do dólar ante uma cesta de seis moedas fortes, passou da casa de 102 pontos e chegou a bater 105 pela primeira vez desde novembro do ano passado. Para Marco Caruso, economista-chefe do PicPay, o movimento deixou a história de “excepcionalismo” da economia americana já bem precificada, mas não há um gatilho para derrubar o dólar tão cedo.

“Nossa visão de câmbio contra o consenso tem sido mais alinhada com um dólar forte. No ponto em que estamos hoje, a novidade está mais para o outro lado”, diz Caruso, que acredita que os dados melhores da zona do euro e da China indicam uma recuperação da atividade global. Isso, por sua vez, tiraria força da ideia de que os Estados Unidos crescem sozinhos entre as principais economias globais.

Gino Olivares, economista-chefe da Azimut Brazil Wealth Management, tem visão diferente e considera que a economia americana segue mais forte tanto em termos absolutos quanto em relativos. “O câmbio nominal não é só o preço relativo entre duas moedas, como também entre duas histórias. E a história americana é bem melhor que a dos pares”, diz.

Segundo ele, o mercado não está incerto apenas sobre o momento do início do ciclo de cortes nos Estados Unidos, como também sobre o ritmo dos cortes e o patamar dos juros ao fim do ciclo.

Na última atualização do Sumário de Projeções Econômicas, o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Fed aumentou sua projeção de taxa de juros neutra — que não impulsiona nem contrai a atividade econômica — pela primeira vez desde 2022, de 2,5% a 2,6%. A presidente do Fed de Cleveland, Loretta Mester, afirmou recentemente que vê a taxa neutra dos Estados Unidos perto de 3%.

Para a chefe em estratégia de câmbio do Rabobank, Jane Foley, o dólar tem espaço para subir mais contra outras moedas desenvolvidas. Ela destaca que o mercado já não está mais confortável com a possibilidade do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) começar a cortar os juros depois do Fed e que a economia da zona do euro enfrenta um problema estrutural difícil de resolver — que mantém a Alemanha, maior economia do bloco, estagnada.

Foley prevê que o euro oscile em torno de US$ 1,05 pelos próximos três meses. Se Fed, Banco Central Europeu (BCE) e BoE começarem a cortar juros ao mesmo tempo, o movimento do dólar vai depender dos indicadores dos Estados Unidos, segundo ela. “Se os EUA mantiverem-se resilientes, o dólar pode muito bem continuar forte. Mas se houver uma recessão técnica, o que é bem possível, o dólar deve sofrer”, diz. Ainda assim, ela não acredita em um dólar fraco, mas apenas numa tendência de alta suavizada.

> **2,6%**
> **é a nova projeção de taxa de juros neutra divulgada pelo Fomc**

Assim como Foley, o chefe global de câmbio do banco Jefferies, Brad Bechtel, acredita que um movimento de busca por segurança foi outro fator a favorecer o dólar recentemente. A estrategista do Rabobank cita que os preços do petróleo e do ouro subiram junto do dólar, o que indica que as tensões geopolíticas no Oriente Médio e no Leste Europeu tiveram algum efeito sobre a moeda americana.

Em um cenário completamente distinto das outras economias globais, o iene japonês depreciou fortemente ante o dólar nas últimas semanas e atingiu seu menor valor desde 1990, apesar de o Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês) ter subido os juros pela primeira vez desde 2007 e encerrado a era de juros negativos após oito anos.

De acordo com Foley, houve uma desconexão entre as expectativas do mercado e a posição do BoJ. Após a primeira alta, os investidores esperavam que novos aumentos de juros fossem feitos em sequência, mas o BoJ sinalizou que a política monetária permaneceria acomodatícia no curto prazo.

“O Japão está mostrando sinais de que está saindo da psicologia deflacionária, mas é muito vulnerável. Todas as mudanças recentes significam que podemos ter algum grau de normalização com inflação sustentada em torno de 2%. E se o BoJ aumentar os juros muito rapidamente, ele poderá voltar à estaca zero. Os mercados ficaram extremamente desapontados com o fato de não haver sinal de mais aumentos”, diz.

Segundo Caruso, do PicPay, a comunicação do BoJ não foi a de um banco central que vai mudar sua postura e, consequentemente, a ideia de que o Japão é o país que “vai continuar financiando a tomada de risco no mundo”.

Além dos bancos centrais, outro fator que pode afetar o dólar na segunda metade do ano são as eleições presidenciais, que vão colocar o incumbente Joe Biden e o ex-presidente Donald Trump em disputa pela Casa Branca pelo segundo pleito seguido.

O aumento da volatilidade e a redução das operações de “carry trade” (quando se toma dinheiro mais barato em um mercado e se aplica em outro, com taxas mais altas) à medida que o pleito se aproxima sugerem um fortalecimento do dólar, diz Bechtel. Ele acredita, no entanto, que as eleições americanas serão mais determinantes para as moedas beneficiadas pelo “carry trade”, como o peso mexicano, e não tanto para o dólar.

Caruso aponta para a perspectiva de um governo e Congresso novamente divididos nos Estados Unidos e posições geopolíticas e de comércio internacional mais acirradas tanto do presidente Joe Biden, que tenta a reeleição, quanto a do republicano Donald Trump como fatores que sugerem um dólar mais forte. Olivares, por outro lado, cita o perfil fiscal expansionista de ambos como uma força que pode depreciar a moeda americana.

Segundo Foley, a imposição de tarifas comerciais dos Estados Unidos em um novo governo Trump é o principal risco de alta para o dólar. “Isso provavelmente aumentaria a inflação, e o Fed não poderia cortar os juros como faria em outro cenário.”

Política monetária Para dirigente, ficou mais difícil visualizar como fica a Selic no final do ciclo de ajuste

Galípolo vê aumento de incerteza na inflação

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, admitiu ontem que aumentaram as incertezas nas perspectivas para a inflação, mas disse que essas condições ainda não se materializaram a ponto de alterar a trajetória no ajuste da Selic. Para o dirigente do BC, ficou mais difícil visualizar como ficará a taxa básica brasileira no final do ciclo de distensão monetária.

Galípolo afirmou, durante evento da Necton, que o mercado de trabalho está relativamente apertado e a inflação de serviços, rodando um pouco mais alta do que o desejável. Segundo ele, "o mercado mais apertado de trabalho e atividade mais forte, porém, podem significar um processo de desinflação mais lento".

Ele afirmou, no entanto, que apesar das incertezas o processo de desinflação continua a ocorrer. "A gente reconhece que o mercado de trabalho mais aquecido e atividade econômica maior ainda não estabelecem um vínculo claro a um processo de aquecimento de economia, que represente uma reversão da trajetória", disse.

O dirigente do BC afirmou que a discussão sobre a retirada do "guidance" do comunicado "aconteceu de maneira muito produtiva, franca e honesta". "Penso mais como uma confissão de humildade em relação ao que está menos óbvio enxergar com clareza de onde podem vir as fontes para colaborar com um processo de desinflação mais acentuado".

Segundo o diretor do BC, "isso reforça a ideia de ser mais dependente de dados" e que, em um ambiente com mais incertezas, é importante ganhar espaço para decisão. "Estamos tateando o problema num ambiente em que os instrumentos normais que usamos para projetar a política monetária não estão se comportando de maneira usual".

Esse cenário não é uma exclusividade do Brasil, reforçou o diretor do BC. "O problema não é só no Brasil, mas acontece em outros lugares, como nos EUA."

Para Galípolo, o BC reconheceu, na ata da última reunião do Copom, que, nos últimos meses, a correlação que poderia ser esperada do cenário de mercado de trabalho mais apertado e atividade mais forte nem sempre está se revelando de maneira mais óbvia.

BRUNO ROCHA/AGÊNCIA ENQUADRAR/O GLOBO

Gabriel Galípolo, do BC: confissão de humildade ao retirar o "guidance"

O diretor fez referência ao fato de que o processo de desinflação tem ocorrido mesmo em um cenário no qual pressões de aumento de preços poderiam se intensificar.

O dirigente citou ainda, como um elemento de como está mais difícil enxergar as funções das variáveis no cenário atual, que, "num passado recente, a gente assistiu ao longo do segundo semestre uma abertura bastante intensa dos yields dos Treasuries, de cerca de 120 pontos-base, e, mesmo assim, a gente não viu o câmbio e nossa curva de juros se comportando mal".

Ele afirmou não ter visto divergência na última reunião do Copom, como muitos analistas interpretaram a partir da ata.

Na questão da ancoragem das expectativas sobre a inflação futura, Galípolo afirmou que "das variáveis que o BC tem na mão, hoje, para eventualmente colaborar com a reancoragem das expectativas, é a própria inflação corrente". Para ele, "se a inflação corrente se comportar bem, o mercado vai ajustando e melhorando as expectativas".

Durante o evento na Necton, Galípolo enfatizou que qualquer tipo de sinalização por parte do BC poderia trazer mais ruídos. "De onde consigo enxergar, não me aventuraria a fazer isso [uma sinalização]. Corro o risco de trazer mais volatilidade", ponderou. "É preciso esperar para ver como as coisas vão se desdobrar." Conforme o diretor, "nesse ambiente, não queremos criar uma mecanicidade".

Para ele, a interpretação de que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, estaria defendo uma antecipação do processo de sucessão na autoridade parece estar equivocada. "O Roberto Campos Neto estava mais alertando que existe uma questão técnica e operacional que demanda que a sabatina ocorra ainda neste ano". Galípolo afirmou que "se está falando [em indicação do novo presidente do BC] no quarto trimestre, me parece um timing adequado e não uma antecipação".

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 04/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.597,3929500	0,04	0,11	2,58
IRF-M	1+**	20.184,7642370	0,06	-0,15	1,22
IRF-M	Total	18.231,0665680	0,06	-0,07	1,61
IMA-B	5***	9.174,3862530	0,10	0,14	2,20
IMA-B	5+****	11.367,8455560	-0,22	-0,54	-2,04
IMA-B	Total	9.903,2777710	-0,07	-0,21	-0,04
IMA-S	Total	6.572,7810870	0,04	0,16	2,85
IMA-Geral	Total	8.079,2921890	0,01	-0,01	1,63

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	20/03	19/03	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	35,16	32,87	31,68	29,19	31,54	37,43
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,46	26,93	26,20	23,72	26,45	26,98
Conta garantida pré - a.a.	44,12	45,11	55,62	42,54	45,78	54,69
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,01	23,79	23,53	24,46	24,46	27,89
Vendor pré - a.a.	15,72	16,31	16,24	15,88	16,30	18,98
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,19	16,54	17,26	17,00	19,80	21,92
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,05	17,14	17,37	15,91	16,67	18,94
Conta garantida pós - a.a.	25,36	26,10	25,69	24,86	25,22	28,11
ACC pós - a.a.	8,72	8,83	8,76	9,05	8,36	8,34
Factoring - a.m.	3,30	3,32	3,34	3,33	3,32	3,64

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	04/04/24	03/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3400	5,3400	5,3100	4,8300
1 mês	-	5,3283	5,3224	5,3224	5,3190	4,6719
3 meses	-	5,3476	5,3506	5,3506	5,3541	4,5335
6 meses	-	5,3895	5,3888	5,3888	5,3879	4,1334
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9110	3,8990	3,8990	3,9110	2,8980
1 mês	-	3,9123	3,9121	3,9121	3,9129	2,6040
3 meses	-	3,9247	3,9239	3,9239	3,9225	2,2837
6 meses	-	3,9419	3,9414	3,9414	3,9198	1,7621
1 ano	-	3,6910	3,6738	3,6738	3,5781	0,7199
Euribor ***						
1 mês	-	3,852	3,855	3,855	3,868	2,899
3 meses	-	3,857	3,892	3,892	3,926	3,052
6 meses	-	3,822	3,851	3,851	3,921	3,359
1 ano	-	3,648	3,669	3,669	3,751	3,638
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,35	5,36	5,38	5,38	5,35	4,53
T-Bill (3 meses)	5,34	5,35	5,36	5,36	5,36	4,81
T-Bill (6 meses)	5,28	5,31	5,31	5,31	5,29	4,74
T-Note (2 anos)	4,66	4,67	4,63	4,63	4,57	3,83
T-Note (5 anos)	4,31	4,33	4,22	4,22	4,16	3,39
T-Note (10 anos)	4,32	4,35	4,20	4,20	4,16	3,34
T-Bond (30 anos)	4,48	4,51	4,35	4,35	4,30	3,60

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês: abr/24*	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado: Ano*	12 meses**
Selic	0,16	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,79	12,35
CDI	0,16	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,79	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,07	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,61	14,03
IMA-B	-0,21	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,04	11,81
IMA-S	0,16	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	2,85	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-0,53	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-5,04	25,74
Índice Small Cap	-1,98	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-5,99	24,13
IBrX 50	-0,49	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-4,53	24,88
ISE	-0,80	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-2,68	26,03
IMOB	-3,00	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-9,08	41,74
IDIV	0,75	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-3,08	27,20
IFIX	0,18	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	3,11	23,44
Dólar Ptax (BC)	0,55	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	3,77	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	0,69	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	4,07	-1,06
Euro (BC) (4)	1,14	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	2,01	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,11	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	1,88	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA (5)	-	0,23	0,83	0,42	0,56	0,28	1,49	4,00
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 04/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,23% para o mês de março

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 01/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - %: no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões: no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.362.210,33					4.483,86	4.483,86	135.648,73	90.177,44
RF Indexados (2)	154.274,72	-0,05	-0,05	1,56	10,66	-126,59	-126,59	1.102,04	-2.875,04
RF Duração Baixa Soberano (2)	659.310,66	0,04	0,04	2,47	11,53	11.806,90	11.806,90	36.079,58	31.407,06
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	788.585,25	0,04	0,04	2,84	13,03	-3.658,55	-3.658,55	13.520,21	1.121,60
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	123.020,06	0,04	0,05	2,86	12,61	326,21	326,21	20.767,65	26.584,56
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.536,64	0,01	0,01	2,43	9,22	108,48	108,48	-1.589,78	-5.678,79
RF Duração Livre Soberano (2)	229.045,65	0,02	0,02	2,27	11,32	-1.617,37	-1.617,37	6.454,75	-6.981,32
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	674.038,10	0,02	0,02	2,52	12,01	-380,84	-380,84	14.126,07	-22.679,92
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	308.068,96	-0,02	-0,02	2,75	14,18	911,98	911,98	30.438,69	82.549,25
Ações	619.410,36					-300,51	-300,51	-2.471,54	23.890,78
Ações Indexados (2)	10.861,28	-0,86	-0,86	-5,21	24,36	9,68	9,68	891,84	-1.116,91
Ações Índice Ativo (2)	35.077,95	-0,99	-0,99	-4,10	24,48	-45,65	-45,65	-1.282,82	-3.345,04
Ações Livre	225.944,57	-0,55	-0,55	-0,97	28,84	-257,27	-257,27	-2.056,36	-15.370,94
Fechados de Ações	126.489,90	0,12	0,12	-1,89	7,64	7,43	7,43	-858,93	29.286,96
Multimercados	1.660.356,87					-611,49	-611,49	-29.196,53	-172.012,03
Multimercados Macro	165.965,28	-0,10	-0,10	1,08	8,81	-639,94	-639,94	-10.494,22	-44.189,29
Multimercados Livre	623.162,55	0,00	0,00	1,54	11,03	91,97	91,97	3.760,79	-46.024,70
Multimercados Juros e Moedas	54.382,27	-0,02	-0,02	2,59	12,38	-34,62	-34,62	-2.182,64	-12.363,41
Multimercados Invest. no Exterior (2)	736.870,34	0,15	0,15	1,59	11,34	-15,50	-15,50	-21.119,27	-62.041,92
Cambial	6.110,52	1,15	1,15	5,90	5,90	21,11	21,11	-152,70	-766,89
Previdência	1.400.456,24					177,44	177,44	11.308,79	36.712,09
ETF	43.293,25					-58,50	-58,50	-2.417,08	-523,70
Demais Tipos	1.959.799,59					-2.737,03	-2.737,03	27.731,85	30.486,11
Total Fundos de Investimentos	**7.091.837,58**					**3.711,91**	**3.711,91**	**112.719,67**	**-22.522,31**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.555.058,90**					**3.887,37**	**3.887,37**	**-1.414,29**	**96.953,36**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.694.335,71**					**7.599,28**	**7.599,28**	**111.305,38**	**74.431,05**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	04/04/24	03/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	11,00	11,00	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,8425	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	11,00	11,00	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,8425	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,72
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9281
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,57
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9917
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,33	10,34	10,36	10,36	10,62	13,63
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,06	10,06	10,05	10,05	10,18	13,49
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,64	10,66	10,66	10,94	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,47	10,50	10,50	10,79	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,34	10,35	10,37	10,37	10,63	13,64
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,20	10,23	10,25	10,25	10,46	13,60
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,07	10,07	10,06	10,06	10,20	13,50
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	9,91	9,90	9,85	9,85	9,79	12,91

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 04/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.239,20	10,660	49.576	10,656	10,660	10,660
Vencimento em jun/24	98.431,89	10,470	14.214	10,464	10,474	10,474
Vencimento em jul/24	97.682,14	10,351	342.717	10,344	10,356	10,346
Vencimento em ago/24	96.844,38	10,225	834	10,220	10,230	10,230
Vencimento em set/24	96.063,64	10,118	380	10,115	10,125	10,125
Vencimento em out/24	95.318,53	10,064	533.867	10,055	10,075	10,070
Vencimento em nov/24	94.506,73	10,027	4.010	10,015	10,030	10,030
Vencimento em dez/24	93.848,20	9,992	693	9,980	9,995	9,995
Vencimento em jan/25	93.131,09	9,953	853.606	9,935	9,975	9,970
Vencimento em fev/25	92.381,83	9,926	1.392	9,930	9,940	9,930
Vencimento em mar/25	91.708,15	9,903	2.023	9,900	9,915	9,905

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.051,23	0,01	338.855	5.018,50	5.072,00	5.072,00
Vencimento em jun/24	5.063,72	0,00	10	5.060,00	5.071,50	5.071,50
Vencimento em jul/24	5.077,59	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.093,74	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.107,39	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.485,53	0,14	110	5.463,90	5.481,00	5.481,00
Vencimento em jun/24	5.507,10	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.529,75	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em abr/24	127.886	0,07	198.250	127.555	130.105	127.650
Vencimento em jun/24	129.621	-	0	0	0	0
Vencimento em ago/24	131.439	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 04/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações %: No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,0231	5,0237	-0,96	0,55	3,77	-1,03
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,0495	5,0501	0,19	0,69	4,07	-0,63
Dólar Turismo (R$/US$)	5,0537	5,2337	-0,28	0,49	3,69	-0,88
Euro (BC) - (R$/€)	5,4566	5,4593	-0,61	1,14	2,01	-1,80
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,4696	5,4703	0,18	1,11	1,88	-1,76
Euro Turismo (R$/€)	5,5165	5,6965	-0,04	0,99	1,59	-1,83
Euro (BC) - (US$/€)	1,0863	1,0867	0,35	0,58	-1,69	-0,78
Ouro*						
B3 (R$/g)¹ ²	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.292,50	-0,22	2,06	11,01	13,40
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.292,50	0,96	3,87	11,16	15,65

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	04/04/24	03/04/24	No fim de mar/24	No fim de dez/23	Variação - em %: dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	168.221,71	167.921,73	171.154,28	173.997,89	0,18	-1,71	-3,32
Valor-Coppead Mínima Variância	96.840,15	96.759,20	96.143,88	93.533,91	0,08	0,72	3,53

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
República Federativa do Brasil	29/01/24	13/05/54	364	2.250	7,125	7,15	282,0
3R Petroleum	05/02/24	05/02/31	84	500	9,75	-	-
Ambipar (1)	06/02/24	06/02/31	84	750	9,875	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 04/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 04/04/24

Índice	04/04/24	03/04/24	Em 28/03/24	Em 29/12/23	Em 04/04/23	Variação - em %: dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	176,93	178,30	177,78	165,54	152,45	-0,77	-0,48	6,88	16,05
S&P BNY Emergentes	329,60	332,08	327,04	312,75	292,25	-0,75	0,78	5,39	12,78
S&P BNY América Latina	213,72	214,41	215,02	225,28	185,26	-0,32	-0,61	-5,13	15,36
S&P BNY Brasil	211,65	212,92	214,40	232,95	182,40	-0,60	-1,28	-9,15	16,03
S&P BNY México	341,96	339,75	342,11	331,67	306,74	0,65	-0,04	3,10	11,48
S&P BNY Argentina	216,43	219,27	211,50	178,27	115,77	-1,30	2,33	21,41	86,95
S&P BNY Chile	148,78	149,70	147,40	162,12	168,76	-0,62	0,94	-8,23	-11,84
S&P BNY Índia	2.793,27	2.734,37	2.755,62	2.923,01	2.796,35	2,15	1,37	-4,44	-0,11
S&P BNY Ásia	206,07	207,85	206,96	189,60	175,37	-0,86	-0,43	8,69	17,51
S&P BNY China	305,80	310,35	306,36	336,11	358,16	-1,47	-0,18	-9,02	-14,62
S&P BNY Rússia	-	-	-	355,94	271,02	-	-	25,69	65,07
S&P BNY Turquia	24,34	23,85	23,46	22,45	20,10	2,04	3,74	8,38	21,07

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
18/03 a 18/04	0,1017	0,6022	0,6022	0,8124
19/03 a 19/04	0,0985	0,5990	0,5990	0,8092
20/03 a 20/04	0,0935	0,5940	0,5940	0,8042
21/03 a 21/04	0,0628	0,5631	0,5631	0,7632
22/03 a 22/04	0,0340	0,5342	0,5342	0,7242
23/03 a 23/04	0,0514	0,5517	0,5517	0,7217
24/03 a 24/04	0,0869	0,5873	0,5873	0,7575
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131	0,6131	0,7933
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106	0,6106	0,7907
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066	0,6066	0,7868
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789	0,5789	0,7490
29/03 a 29/04	0,0515	0,6028	0,6028	0,7118
30/03 a 30/04	0,0769	0,6028	0,6028	0,7474
31/03 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861	0,5861	0,7563
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854	0,5854	0,7556

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 04/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.428	0,09	-0,53	-5,04	25,09
IBrX	53.763	0,06	-0,49	-4,76	24,72
IBrX 50	21.211	0,01	-0,49	-4,53	24,42
IEE	88.937	0,50	0,32	-6,34	18,11
SMLL	2.212	0,15	-1,98	-5,99	22,64
ISE	3.663	0,55	-0,80	-2,68	25,53
IMOB	919	-0,60	-3,00	-9,08	37,74
IDIV	8.794	0,46	0,75	-3,08	27,87
IFIX	3.414	0,07	0,18	3,11	23,66
Variação % em dólares					
Ibovespa	25.365	1,06	-1,07	-8,48	26,40
IBrX	10.702	1,03	-1,03	-8,22	26,02
IBrX 50	4.222	0,98	-1,03	-7,99	25,72
IEE	17.703	1,47	-0,23	-9,74	19,35
SMLL	440	1,12	-2,52	-9,40	23,92
ISE	729	1,52	-1,35	-6,22	26,84
IMOB	183	0,36	-3,53	-12,38	39,18
IDIV	1.751	1,43	0,20	-6,60	29,20
IFIX	680	1,04	-0,37	-0,64	24,95

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 04/04/24	Spread 03/04/24	Variação - em pontos: No dia	No mês	No ano
Geral	286	291	-5,0	-8,0	-59,0
África do Sul	367	371	-4,0	-12,0	41,0
Argentina	1.359	1.423	-64,0	-93,0	-548,0
Brasil	210	214	-4,0	0,0	15,0
Colômbia	266	264	2,0	-3,0	1,0
Filipinas	78	75	3,0	-2,0	20,0
México	163	166	-3,0	-5,0	-4,0
Peru	107	108	-1,0	1,0	5,0
Turquia	250	256	-6,0	-17,0	-26,0
Venezuela	15.920	16.232	-312,0	-2.203,0	-8.172,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	22/03/24	354.536
set/23	340.324	25/03/24	354.428
out/23	340.247	26/03/24	354.374
nov/23	348.406	27/03/24	354.899
dez/23	355.034	28/03/24	355.008
jan/24	353.563	01/04/24	353.974
fev/24	352.705	02/04/24	353.904
mar/24	355.008	03/04/24	354.152

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	04/04/24	03/04/24	02/04/24	01/04/24	28/03/24	27/03/24
Índice	2.103,36	2.102,33	2.101,89	2.103,01	2.104,11	2.103,63
Var. no dia	0,05%	0,02%	-0,05%	-0,05%	0,02%	0,01%
Var. no mês	-0,04%	-0,08%	-0,11%	-0,05%	0,56%	0,54%
Var. no ano	1,85%	1,80%	1,78%	1,83%	1,88%	1,86%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 04/04/24

Moeda	Em US$ *: Compra	Venda	Em R$ **: Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,6900	36,7100	0,13680	0,13690
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,0231	5,0237
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,1587	36,2493	0,1386000	0,1389000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7176	0,7334
Colon (Costa Rica)	503,0200	515,0000	0,009754	0,009987
Coroa (Dinamarca)	6,8650	6,8654	0,7317	0,7318
Coroa (Islândia)	138,3500	138,6800	0,03622	0,03631
Coroa (Noruega)	10,6905	10,6945	0,4697	0,4699
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2830	23,2930	0,2156	0,2158
Coroa (Suécia)	10,5731	10,5756	0,4750	0,4751
Dinar (Argélia)	134,2691	134,8591	0,03725	0,03742
Dinar (Kuwait)	0,3074	0,3075	16,3353	16,3426
Dinar (Líbia)	4,8240	4,8463	1,0365	1,0414
Direitos Especiais de Saque ***	1,3268	1,3268	6,6646	6,6654
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6723	3,6725	1,3678	1,3680
Dirham (Marrocos)	10,0532	10,0582	0,4994	0,4997
Dólar (Austrália)***	0,6614	0,6615	3,3223	3,3232
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,0231	5,0237
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,4705	2,5141
Dólar (Canadá)	1,3494	1,3498	3,7214	3,7229
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,0157	6,0893
Dólar (Cingapura)	1,3460	1,3468	3,7297	3,7323
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,0231	5,0237
Dólar (Hong Kong)	7,8285	7,8288	0,6416	0,6417
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6038	0,6042	3,0329	3,0353
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7274	6,8260	0,7359	0,7468
Euro (Comunidade Européia)***	1,0863	1,0867	5,4566	5,4593
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,7599	2,8152
Franco (Suíça)	0,9048	0,9052	5,5492	5,5523
Guarani (Paraguai)	7362,8600	7374,4400	0,0006812	0,0006823
Hryvnia (Ucrânia)	38,9500	39,0500	0,1286	0,1290
Iene (Japão)	151,6400	151,6700	0,03312	0,03313
Lev (Bulgária)	1,7998	1,8005	2,7898	2,7913
Libra (Egito)	47,3000	47,4000	0,1060	0,1062
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000056	0,000056
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00039	0,00039
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2665	1,2670	6,3618	6,3650
Naira (Nigéria)	1250,0000	1450,0000	0,00346	0,00402
Lira (Turquia)	31,8624	31,8696	0,1576	0,1577
Novo Dólar (Taiwan)	32,0350	32,0650	0,15670	0,15680
Novo Sol (Peru)	3,6729	3,6746	1,3670	1,3678
Peso (Argentina)	861,5000	862,0000	0,00583	0,00583
Peso (Chile)	938,8900	939,4400	0,005347	0,005351
Peso (Colômbia)	3762,1000	3763,1000	0,001335	0,001335
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2093	0,2093
Peso (Filipinas)	56,4300	56,4500	0,08898	0,08903
Peso (México)	16,5120	16,5140	0,3042	0,3042
Peso (Rep. Dominicana)	59,0300	59,4100	0,08455	0,08510
Peso (Uruguai)	38,2500	38,2800	0,13120	0,13130
Rande (África do Sul)	18,6633	18,6681	0,2691	0,2692
Rial (Arábia Saudita)	3,7508	3,7510	1,3391	1,3394
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001196	0,0001196
Ringgit (Malásia)	4,7370	4,7420	1,0593	1,0605
Rublo (Rússia)	92,2705	92,2795	0,05443	0,05445
Rúpia (Índia)	83,3635	83,3775	0,06025	0,06026
Rúpia (Indonésia)	15890,0000	15895,0000	0,0003160	0,0003162
Rúpia (Paquistão)	277,8700	278,1800	0,01806	0,01808
Shekel (Israel)	3,7137	3,7175	1,3512	1,3527
Won (Coréia do Sul)	1344,7500	1345,1400	0,003734	0,003736
Yuan Renminbi (China)	7,2330	7,2345	0,6943	0,6946
Zloty (Polônia)	3,9446	3,9461	1,2729	1,2736

	Cotações: Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1): Compra	Venda
Dólar Ouro	2291,78	0,01357	370,1621	370,2063

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	04/04/24	03/04/24	Variações %: No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses: Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.596,98	39.127,14	-1,35	-3,04	2,41	15,55	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.878,78	18.160,19	-1,55	-2,06	6,26	36,48	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.049,08	16.277,46	-1,40	-2,02	6,91	32,35	11.799,16	16.428,82
EUA	Nova York	S&P 500	5.147,21	5.211,49	-1,23	-2,04	7,91	25,52	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.051,79	22.112,46	-0,27	-0,52	5,22	8,76	18.737,39	22.185,25
México	Cidade do México	IPC	57.882,76	57.503,39	0,66	0,90	0,87	6,84	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.407,95	1.383,91	1,74	5,62	17,80	19,47	1.046,70	1.407,95
Venezuela	Caracas	IBVC	57.754,91	57.595,93	0,28	3,84	-0,13	100,00	28.114,73	63.455,81
Chile	Santiago	IPSA	6.588,75	6.616,76	-0,42	-0,83	6,31	26,03	5.226,93	6.643,76
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.164,74	28.371,28	-0,73	-0,71	8,49	28,07	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.183.127,22	1.212.639,06	-2,43	-2,50	27,26	370,45	251.488,29	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.529,90	1.531,46	-0,10	0,23	9,63	12,20	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.403,13	18.367,72	0,19	-0,48	9,86	17,94	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.151,55	8.153,23	-0,02	-0,66	8,07	10,98	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	34.454,58	34.480,87	-0,08	-0,85	13,52	27,48	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.872,45	3.856,10	0,42	0,70	4,44	2,88	3.290,68	3.872,45
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.626,72	2.659,92	-1,25	-1,60	15,03	31,46	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	11.090,90	11.032,30	0,53	0,15	9,79	20,77	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.386,38	1.383,69	0,19	-2,53	7,21	29,65	1.069,32	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	884,17	884,05	0,01	0,27	12,37	16,59	714,05	884,17
Hungria	Budapeste	BUX	66.625,06	66.839,15	-0,32	1,90	9,91	52,58	42.687,24	66.839,15
Polônia	Varsóvia	WIG	83.866,96	82.863,21	1,21	1,36	6,89	42,08	58.538,87	83.866,96
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.309,65	6.304,03	0,09	0,46	-1,36	4,13	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.163,76	1.157,39	0,55	2,36	7,41	18,33	967,11	1.163,76
Suécia	Estocolmo	OMX	2.521,86	2.513,52	0,33	0,14	5,16	13,81	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.691,13	11.616,87	0,64	-0,34	4,97	5,58	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.129,02	8.945,80	2,05	-0,15	22,21	83,16	4.400,76	9.374,20
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.975,62	2.007,44	-1,59	-2,84	5,32	13,85	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	75.373,00	74.097,94	1,72	1,12	-1,98	-2,69	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.773,14	39.451,85	0,81	-1,48	18,85	40,60	27.472,63	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.072,50	8.033,60	0,48	-1,00	3,10	8,63	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	Feriado	1.767,96	-	1,16	-3,80	-17,36	1.433,10	2.158,41
China	Xangai	SSE Composite	Feriado	3.069,30	-	0,92	3,17	-7,34	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.742,00	2.706,97	1,29	-0,17	3,27	10,54	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	Feriado	16.725,10	-	1,11	-1,89	-17,51	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	74.227,63	73.876,82	0,47	0,78	2,75	25,58	59.567,80	74.227,63
Indonésia	Jacarta	JCI	7.254,40	7.166,84	1,22	-0,47	-0,25	6,16	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.373,89	1.375,69	-0,13	-0,29	-2,96	-13,81	1.356,54	1.600,41
Taiwan	Taipé	TAIEX	Feriado	20.337,60	-	0,21	13,42	28,17	15.370,73	20.466,57

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares